

*Simone Carneiro da Silva*

# **DE LAGOA DAS CONCHAS À SANTA RITA DO TRIVELATO**

*memórias, narrativas e ensino de História Local*



**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

**EDITORA**  
UNEMAT

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S586l

De Lagoa das Conchas à Santa Rita do Trivelato: memórias, narrativas e ensino de História Local / Simone Carneiro da Silva. – Cáceres: Editora UNEMAT, 2024. 173 p.

ISBN: 978-85-7911-273-7

DOI: 10.30681/978-85-7911-273-7

1. Ensino de História. 2. Ensino de História Local. 3. Campesinato. I. De Lagoa das Conchas à Santa Rita do Trivelato. II. Simone Carneiro da Silva.

CDU 325 (817.2)

Simone Carneiro da Silva

# **DE LAGOA DAS CONCHAS À SANTA RITA DO TRIVELATO**

memórias, narrativas e ensino de História Local



Cáceres - MT

2024

## **CONSELHO EDITORIAL**

Portaria nº 1629/2023

## **PRESIDENTE**

Maristela Cury Sarian

### **TITULARES**

**Josemir Almeida Barros**

*Universidade Federal de Rondônia - Unir*

**Lais Braga Caneppele**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Fabrcio Schwanz da Silva**

*Universidade Federal do Paraná - UFPR*

**Gustavo Rodrigues Canale**

*Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT*

**Greciely Cristina da Costa**

*Universidade Estadual de Campinas - Unicamp*

**Edson Pereira Barbosa**

*Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT*

**Rodolfo Benedito Zattar da Silva**

*Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT*

**Cácia Régia de Paula**

*Universidade Federal de Jataí - UFJ*

**Nilce Vieira Campos Ferreira**

*Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT*

**Marcos Antonio de Menezes**

*Universidade Federal de Jataí - UFJ*

**Flávio Bezerra Barros**

*Universidade Federal do Pará - UFPA*

**Luanna Tomaz de Souza**

*Universidade Federal do Pará - UFPA*

### **SUPLENTE**

**Judite de Azevedo do Carmo**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Maria Aparecida Pereira Pierangeli**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Célia Regina Araújo Soares**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Nilce Maria da Silva**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Rebeca Caitano Moreira**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Jussara de Araújo Gonçalves**

*Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat*

**Patrícia Santos de Oliveira**

*Universidade Federal de Viçosa - UFV*

**PRODUÇÃO EDITORIAL**  
**EDITORA UNEMAT 2024**

Copyright © Simone Carneiro da Silva, 2024.

A reprodução não autorizada desta publicação,  
por qualquer meio, seja total ou parcial,  
constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Esta obra foi submetida à avaliação  
e revisada por pares.

---

**Reitora:** Vera Lucia da Rocha Maquêa

**Vice-reitor:** Alexandre Gonçalves Porto

**Assessora de Gestão da Editora e das Bibliotecas:** Maristela Cury Sarian

**Imagens da capa:** Wikipédia; Simone Carneiro da Silva

**Capa:** Potira Manoela de Moraes

**Diagramação:** Potira Manoela de Moraes

**Revisão:** Samara Caroline Santos

---

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

  
**EDITORA**  
U N E M A T

**EDITORA UNEMAT**

Av. Tancredo Neves, 1095, Cavalhada III  
Cáceres - MT | CEP 78217-900  
Fone: (65) 3221-0023  
editora@unemat.br | www.unemat.br

  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

# AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela coragem e persistência, e, principalmente pela oportunidade de realizar um sonho que se tornou um projeto de vida. O mestrado foi por muito tempo apenas um sonho, e esse sonho parecia estar cada vez mais distante da minha realidade profissional.

Agradeço aos meus pais Hormízio da Silva e Natalina Carneiro da Silva, pela vida e pelo incentivo para enfrentar as dificuldades e desafios da vida, o exemplo de vocês é minha força diária.

Ao meu irmão Francisco José Carneiro da Silva, a cunhada Andrea Elizabete Pereira, e a sobrinha Vitória Elizabete Pereira Pirão pelo carinho e incentivo.

Ao Gilberto Rossi, meu companheiro de vida, por sonhar os meus sonhos e estar presente em cada etapa para realizá-los, seu apoio e carinho me motiva a continuar sempre.

Agradeço a Deus pelos anjos revestidos de seres humanos que no percurso do Mestrado Profissional em Ensino de História, a minha prima e amiga minha prima, Jéssica Aparecida de Melo, e ao seu esposo Manoel da Silva, anjos que Deus colocou em minha vida, obrigada pela acolhida,

carinho e zelo, o apoio e cuidado de vocês foi fundamental nesse período.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha trajetória como estudante, e, especial aos professores da Universidade do Estado de Mato Grosso, Departamento de História, os Professores do Mestrado Profissional em Ensino de História do Campus “Jane Vanini” – Cáceres – MT.

Ao Professor Doutor Osvaldo Mariotto Cerezer, meu orientador no curso do Mestrado Profissional em Ensino de História, por me apontar o “caminho das pedras”, um ser humano maravilhoso, um sábio, professor exigente e acima de tudo um incentivador, pois em cada correção do texto da dissertação vinha um incentivo para não desistir.

Ao Professor Doutor Marion Machado Cunha, pela valiosa contribuição na banca examinadora da dissertação, sua avaliação apontou possibilidades para a conclusão do texto final da dissertação, e também para o ingresso no curso do Doutorado.

Ao Professor Doutor Carlos Edinei de Oliveira, por caminhar comigo no curso, desde o primeiro crédito até a banca final da dissertação, um excelente professor, atencioso e cuidadoso com os seus alunos.

E, por último a Professora Regiane Cristina Custódio, minha inspiração na escrita da dissertação, o seu conhecimento me guiou no caminho da pesquisa, procurei seguir seus passos,

por me identificar com sua escrita e organização, professora que ao mesmo tempo em que é exigente e rigorosa também é generosa, delicada.

A senhora Jaqueline Batistela Dürks, tabeliã do Cartório de Registro Notarial de Santa Rita do Trivelato, por colaborar com a pesquisa, disponibilizando alguns documentos pessoais sobre o loteamento de Santa Rita do Trivelato.

Ao senhor Cleiton Martinelli Taborda, neto de um dos “pioneiros” da cidade senhor Segundo Martinelli, que atuou em prol do desenvolvimento da Gleba Trivelato, atual Santa Rita do Trivelato. Graças a sua solidariedade, e respeito à pesquisa, tive acesso ao livro Ata (da família Martinelli), onde constam os registros mais significativos para o Senhor Segundo Martinelli, datado a partir de 1979. Nesse livro constam atas de criação da Associação Cooperativa Mista de Trivelato (COOPEVALTI), solicitação de uma linha de ônibus para atender as demandas do povoado, a formação de um time de futebol, da construção da Escola de 1º e 2º Grau para os filhos dos colonos, bem como a elevação da Gleba de Trivelato a Distrito do município de Nobres – MT.

Aos meus colegas professores da Escola Municipal “Três de Novembro”, por compreenderem as minhas necessidades de um horário diferenciado na escola. A diretora da Escola Municipal “Três de Novembro”, Graciele Borelli do Nascimento, pelo incentivo e organização dos horários para que eu pudesse conciliar o meu estudo com o meu trabalho.

Aos companheiros do curso do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) pelos momentos de alegria, de ansiedade e incertezas.

# SUMÁRIO

**Prefácio ..... 12**

**Apresentação..... 16**

## Capítulo 1

**Colonização: um projeto de ocupação do estado de Mato Grosso ...31**

1.1. “A Fronteira Agrícola”: a terra como instrumento de poder .....31

1.2. “Fronteiras Agrícolas”: onde a terra é para poucos ..... 37

1.3. Em nome da ordem pública ..... 45

1.4. E agora, os “espaços vazios” não eram tão vazios? .....54

## Capítulo 2

**Narrativas que produzem sentidos: a colonização  
no relato dos migrantes.....66**

2.1. A “terra prometida” nos relatos dos migrantes..... 66

2.2. A colonização na concepção dos “pioneiros” ..... 84

2.3. Colonização e a construção do lugar ideal ..... 95

2.4. Colonização e a produção agrícola no Distrito Santa Rita ..... 109

### Capítulo 3

<b>Ensino de História Local: memórias e histórias sobre Santa Rita do Trivelato .....</b>	<b>120</b>
3.1. O que o Ensino de História nos revela sobre a História Local? .....	122
3.2. Memória: um elemento importante para o Ensino de História .....	142
<b>Considerações finais .....</b>	<b>158</b>
<b>Referências.....</b>	<b>163</b>
<b>Sobre a autora .....</b>	<b>173</b>

# PREFÁCIO<sup>1</sup>

É com alegria que escrevo estas páginas para apresentar a obra “De Lagoa das Conchas à Santa Rita do Trivelato: memórias, narrativas e Ensino de História”, de Simone Carneiro da Silva, resultado da sua pesquisa no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória Núcleo da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini de Cáceres/MT. A obra apresenta um instigante estudo sobre o processo de migração sulista desencadeada pelo projeto de ocupação e desenvolvimento do imenso território do norte de Mato Grosso na década de 1970, dando origem ao atual Município de Santa Rita do Trivelato.

O estudo de Simone, ao analisar o processo de construção de uma narrativa histórica sobre o município a partir dos “pioneiros esquecidos”, apresenta um potencial importante para a compreensão da História Local ao trazer para o palco da história inúmeros atores/sujeitos silenciados e excluídos da narrativa oficial do espaço/lugar estudado. Ao mesmo tempo, ao propor um diálogo dessas histórias com os estudos sobre “História Local”, apresenta uma importante contribuição para a educação histórica de Santa Rita do Trivelato.

---

1 DOI: 10.30681/978-85-7911-273-7.prefacio

As narrativas hegemônicas que exaltam os “pioneiros vencedores”, ao mesmo tempo em que excluem da história os “não vencedores”, é abordada com maestria em todo o percurso da obra. Compreende-se aqui como “não vencedores” os sujeitos/grupos que não gozam de prestígio econômico e político e, estão ausentes da história oficial do município. Uma narrativa histórica única para uma história diversa.

O estudo de Simone demonstra que há na cidade de Santa Rita do Trivelato dois grupos distintos em disputa pela memória oficial, requerendo para si o lugar de pioneiros. Disputa que representa, por um lado, a memória/narrativa oficial tendo como atores os sujeitos/grupos beneficiados pelo empreendimento migratório e pelo poder econômico e, por outro, por sujeitos que contestam a memória oficial da qual foram excluídos.

Como professora da Educação Básica do espaço/lugar do estudo, Simone constatou em seu cotidiano profissional a ausência de publicações sobre a história de Santa Rita do Trivelato para o Ensino de História Local. Nesse sentido, a obra representa não apenas uma conquista pessoal e acadêmica da Simone, mas uma importante contribuição para a história do município e para o Ensino de História nas escolas.

O olhar aguçado e minucioso da professora/pesquisadora tendo como referência o seu espaço e lugar de atuação profissional, trazendo para a cena sujeitos históricos esquecidos e silenciados pela narrativa dominante, faz da obra

um guia de possibilidades de reflexão, de questionamentos, de visibilidades, de possibilidades de compreensão de vozes silenciadas que foram agora ouvidas, agrupadas, analisadas e, a partir delas, outra história de Santa Rita do Trivelato é apresentada. Uma história de lutas, de conquistas, de esquecimentos e também de perdas para os que migraram para o Mato Grosso em busca de promessas de desenvolvimento e abundâncias feitas pelos governos militares.

A obra contempla um diálogo fluído e muito bem estruturado dialogando com obras de referência sobre as questões abordadas pelo estudo, contemplando um diálogo sólido e teoricamente embasado sobre a temática de pesquisa e o campo das pesquisas em Ensino de História e História Local.

Ao trazer à tona sujeitos e narrativas excluídas, propondo um olhar para as diferentes histórias e sujeitos, a obra de Simone lança alguns questionamentos para o campo do ensino da História Local: que histórias ensinamos nas escolas sobre a História Local? Quem são os sujeitos dessa história? Qual é o lugar social dado aos diferentes sujeitos/atores históricos que compõem o cenário da história de Santa Rita do Trivelato? Que representações são construídas sobre esses sujeitos? A história ensinada é uma história plural, ou única? Tantas perguntas, tantas respostas possíveis!

A obra de Simone proporciona inúmeras reflexões e possibilidades de compreensão sobre as relações de poder presentes na produção de narrativas dominantes e a tentativa

de preservar uma história única, ao mesmo tempo em que o silenciamento é imposto. Nesse sentido, a obra apresenta importante contribuição para os debates sobre a necessidade de combater a história única e a necessidade de defender narrativas históricas que considerem a pluralidade de histórias e sujeitos, sem hierarquias.

Desejo aos leitores e professores de História que se apropriem das narrativas produzidas por Simone Carneiro da Silva na defesa de um Ensino de História Local questionador sobre as narrativas históricas e seus sujeitos, rompendo com a história única e em defesa da inclusão e respeito a todos os sujeitos e histórias.

Boa leitura!

Oswaldo Mariotto Cerezer

Professor Doutor do Curso de História  
e do ProfHistória da UNEMAT

# APRESENTAÇÃO

O Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória ofertado em rede nacional, é um programa de stricto sensu reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes do Ministério da Educação MEC, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui como objetivo a formação continuada dos docentes de História que atuam na Educação Básica, proporcionando qualificação certificada para o exercício da profissão contribuindo para a melhoria da qualidade do Ensino<sup>2</sup>.

A pesquisa que originou este livro teve com o título “De Lagoa das Conchas à Santa Rita do Trivelato: memórias, narrativas e Ensino de História Local”, orientada pelo Professor Doutor Osvaldo Mariotto Cerezer, insere-se na linha de pesquisa “Saberes Históricos no Espaço Escolar”. Esta linha desenvolve pesquisas sobre o processo de ensino e aprendizagem da história, observando as especificidades dos saberes escolares. O foco recai sobre as condições de formação do estudante e do professor e do Ensino de História na escola, pensada como lugar de produção de conhecimento que atende as formas de organização e de classificação do conhecimento histórico por meio do currículo.

---

2 Disponível em: <http://profhistoria.ufrj.br>. Acesso em: 05 maio 2019.

O estudo teve por objetivo compreender o processo de colonização do município de Santa Rita do Trivelato a partir da criação e expansão dos núcleos de urbanização no Estado de Mato Grosso na segunda metade do século XX, com ênfase nas narrativas e memórias dos migrantes oriundos de diversas regiões, sobretudo do sul do país visando a elaboração do conhecimento histórico sobre a História Local voltado para o Ensino de História nas escolas do município de Santa Rita do Trivelato.

A investigação teve como objetivo analisar, a partir do contexto da colonização<sup>3</sup> do norte do Estado de Mato Grosso na década de 1970, como o discurso oficial que produziu a “fronteira agrícola” influenciou o movimento de migração e ocupação de Santa Rita do Trivelato, produzindo a exaltação da

---

3 Apropriamos da definição de Custódio em sua tese de doutorado sobre colonização e migração, por considerar a importância de tal entendimento para a reflexão sobre o período estudado em nosso trabalho, e os efeitos da política de ocupação dos vazios demográficos no norte de Mato Grosso. Custódio considera que a colonização é uma categoria historicamente construída nas e pelas representações que dizem sobre ela. [...] Trata-se de uma categoria presente em diversos estudos, no contexto de ocupação de Mato Grosso, na segunda metade do século XX e, via de regra, comparece ligada à constituição de uma “fronteira agrícola” e os atores sociais em foco são, geralmente, colonos, pequenos produtores, empresas de colonização, agricultores com condições econômicas que lhe permitiam adquirir áreas de terras. A colonização comparece, atrelada à migração, ou seja, para que um núcleo de colonização implantado se expandisse a ponto de emancipar-se era necessária a presença de pessoas, era necessário trabalho, mão de obra, escolas, hospitais, circulação de mercadorias e serviços (Custódio, 2014, p. 16).

história dos “pioneiros<sup>4</sup>” e, ao mesmo tempo, o silenciamento de outros sujeitos históricos no processo de produção da memória oficial sobre a criação do município.

A temática sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato surgiu a partir da problemática vivenciada na escola no Ensino de História, da falta de materiais sobre essa história, bem como o confronto entre as narrativas e memórias<sup>5</sup> que emergem no diálogo com os alunos e com a sociedade em geral, contribuindo para o reforço de uma memória hegemônica, bem como com o silenciamento e ocultamento das memórias e histórias de outros sujeitos.

Nesse sentido, para dar conta de um estudo que se propõe a escrever sobre a História Local de Santa Rita do Trivelato, precisávamos de argumentos que subsidiassem a pesquisa e esses argumentos foram possíveis a partir da revisão bibliográfica de diversos autores lidos nas disciplinas de História e Ensino de História e História Local que deram embasamento teórico para a pesquisa e a escrita da dissertação.

---

4 Para Souza, o termo pioneiro, nessas cidades de fronteira, é uma representação pela qual mulheres e homens apresentam para si e para os outros como sendo os primeiros a chegar a essas localidades (Souza, 2008, p. 118). No dicionário online de português pioneiro é aquele que primeiro abre ou descobre regiões desconhecidas, e nela tenta estabelecer uma colonização, explorador, desbravador. Disponível em: [www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br). Acesso em: 20 abr. 2019.

5 Berutti e Marques pontuaram que chamamos de memória todos os registros (inclusive os mentais), que podemos acionar para recordar dados ou imagens do passado, e que a memória se baseia em lembranças que dispensam fontes para comprovar a realidade dos fatos (Berutti; Marques, 2009, p. 66).

Sobre a temática História do Presente ou História Contemporânea recorreremos às leituras de Ferreira e Delgado (2013) Guimarães (2012), Schimidt e Cainelli (2009) e Bitencourt (2009), Fonseca (2009) que nos possibilitaram compreender a riqueza que a História Local tem e as possibilidades de releituras e reescritas sobre determinadas sociedades e acontecimentos, principalmente aquelas em que somos testemunhas vivas. Por outro lado, também observamos os riscos que os historiadores correm ao trabalhar com essa temática para evitar a reprodução e afirmação de uma memória oficial dominante.

Para Schimidt e Cainelli (2009, p. 139) “o trabalho com a história local possibilita ao historiador a construção de história mais plural, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História”. Nesse sentido, a história é escrita por diferentes sujeitos e composta por vários acontecimentos.

Ao falar da construção de uma história a partir da multiplicidade de vozes e da forma como estes sujeitos históricos são representados, abordamos outro conceito fundamental no trabalho com a História Local, a memória, e como esta nos permite “reconstruir o passado com olhos no presente”.

Fonseca (2009) argumentou que, “nesse sentido, a história local pode ter um papel decisivo na construção de memórias que se poderão inscrever no tempo longo, médio ou curto”. Ainda sobre a importância da História Local para a memória, Fonseca (2019, p. 125); ponderou que,

A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas está

viva entre nós. Nós professores, temos o papel de junto com os alunos auscultar o pulsar da comunidade, registrá-lo, produzir reflexões e transmiti-lo a outros (Fonseca, 2009, p. 125).

O fragmento acima revela para nós professores de história como o trabalho com a memória se constitui num elemento que nos auxilia na compreensão da História Local e do cotidiano, levando os alunos a contextualizar os acontecimentos vividos inserindo-os na história da sociedade nacional e mundial. É também por meio da memória que os alunos constroem suas identidades individuais e coletivas, tanto no convívio familiar, social e nacional.

Neste sentido, o local, o cotidiano, a memória e a identidade, são para o Ensino de História Local conceitos que se entrelaçam e nos permitem o registro e a produção de novos conhecimentos para serem transmitidos a outros, no caso alunos da rede municipal de ensino.

Fonseca (2009, p. 129) definiu que “o local é uma janela para o mundo”, e é por meio dela que esses conceitos se conectam e se articulam revelando para nós outros contextos, silêncios, e produção de outros conhecimentos, nos possibilitando reconhecer as mudanças e permanências nas relações humanas no tempo e no espaço.

Como discutido anteriormente, a história é construída numa relação dialógica entre passado e presente, por meio dos vestígios deixados pelos homens ao longo do tempo.

Assim, construímos o nosso trabalho dialogando com o tempo presente para compreender as representações<sup>6</sup> que foram feitas sobre o passado da história de Santa Rita do Trivelato.

Dialogamos com Guimarães (2012, p. 238) a respeito da História Local que afirma que “o local e o cotidiano, como locais de memória, são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, e formativas”.

Ao discorrer sobre uma das possibilidades educativas e formativas da História Local e do cotidiano, Guimarães (2012) refere-se à construção das identidades individuais e coletivas, como fundamentais para a criação de sujeitos críticos que possam intervir no meio em que estão inseridos.

A identidade<sup>7</sup> marcada pelos discursos oficiais que anulam as diferenças, mascarando as desigualdades e excluindo os sujeitos “comuns” das narrativas, é observada a partir do cotidiano e passa a ser criticada e questionada pelos sujeitos que não se veem representados pelas identidades dominantes.

---

6 Neste trabalho o conceito de representação é entendido não como uma cópia do real, mas uma construção feita a partir dele (Pesavento, 2003, p. 40). Essa construção se dá a partir da significação que produzimos nas relações que estabelecemos com os diferentes grupos sociais.

7 O conceito de identidade aqui empregado, parte da definição do autor Tomaz Tadeu da Silva. O autor define a identidade cultural ou social como conjunto das características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são (Silva, 2006, p. 46).

Ao falar sobre identidade encontramos em Silva (2006) argumentos que nos permitem compreender que ela é socialmente construída, sendo constituída por meio das representações e relações que estabelecemos com os diversos grupos sociais.

A identidade não existe ‘naturalmente’ ela é construída pelo próprio grupo e pelos outros grupos. Não existe nada de naturalmente comum ligando os diversos indivíduos de um determinado grupo. Certamente existem certas condições ‘sociais’ que fazem com que os grupos se vejam como tendo características em comum: geografia, sexo, ‘raça’, sexualidade, nação. Mas mesmo essas condições sociais têm de ser ‘representadas’, tem de ser produzidas por meio de alguma representação (Silva, 2006, p. 33).

Assim, a identidade é forjada a partir das relações que os sujeitos comuns estabelecem entre si e os outros grupos, construindo as representações ligadas por alguns traços comuns tais como o exposto acima. No entanto, ao mesmo tempo em que podem aproximá-los é também um elemento que os possibilita questionar a forma como são representados.

Observamos a partir das referências estudadas que as narrativas de memória<sup>8</sup> ao produzirem identidades passadas

---

8 Neste trabalho o conceito de narrativa é entendido como a ação, efeito ou processo de narrar, relatar, de expor um fato, um acontecimento, uma situação (real ou imaginária), por meio de palavras. Disponível em: [www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br). Acesso em: 05 maio 2019.

Assim, as narrativas de memórias é a ação que os nossos interlocutores exercem de nos contar os acontecimentos que estão registrados em suas memórias, externalizando valores, símbolos e ideias, como importantes de serem lembrados e contados.

e presentes são concebidas a partir das representações que os diferentes grupos sociais fazem de si e das relações que estabelecem com o “outro”.

Ao abordamos a representação, ressaltamos que o enfoque dado na história de fundação do município de Santa Rita do Trivelato nos poucos documentos existentes, guia-se pelas representações dos grupos dominantes. Assim, entendemos que os sujeitos comuns por meio de suas vivências, experiências e participação na história do lugar, não são meros expectadores ou coadjuvantes, mas sujeitos que interpretam as mudanças vividas pela cidade a partir do seu lugar de fala.

Estabelecemos interlocuções com Bitencourt (2012), Errante (2000) e Silva (2006) que afirmam ser as narrativas produtoras de identidades, Hobsbawn (1998, p. 94) nos diz que “a narrativa é atividade criadora que produz a História”, ou seja, é por meio das narrativas que conferimos sentido a experiência do tempo”, pois quem conta uma história cria afinidades e empatias, e ao compartilhar suas vivências se veem representadas nessas histórias.

Nesta perspectiva, recorreremos à história oral considerando que por meio do seu uso tratamos da subjetividade, da memória, da identidade e do diálogo que os diferentes sujeitos históricos estabelecem no presente com os acontecimentos do passado.

Nos diálogos estabelecidos com os diferentes sujeitos sobre a história da colonização de Santa Rita por meio da metodologia da História Oral, encontramos subsídio teórico no livro “História Oral, como fazer, como pensar” de José Carlos Meihy e Fabíola Holanda. Em sua obra os autores nos dizem que “o espaço e o tempo da história oral são o aqui e o agora e o seu produto é o documento” (Meihy; Holanda, 2007, p. 15).

Dessa forma, os relatos de memória, foram se materializando em documentos escritos, e para que isso fosse possível, utilizamos o conceito de “transcrição” definido por Meihy e Holanda.

A transcrição surge da necessidade de se reformular a transcrição literal para torná-la compreensível a leitura. Na transcrição literal há inúmeras frases repetidas, enquanto outras são cortadas pelo entrevistando ou pela qualidade da gravação; há muitas palavras e expressões utilizadas incorretamente, devido a própria dinâmica da fala da conversa informal – que é o que tentamos fazer das entrevistas (Meihy; Holanda, 2007, p. 156).

Para tornar as falas compreensíveis e coerentes, evitando a repetição de frases, optamos pela transcrição<sup>9</sup> ao colocar no papel as narrativas de memórias dos colaboradores. O ato de transformar as entrevistas em documento escrito exige cuidado não só com a coerência sobre o que se escreve, como também com a estética dessa escrita, sem, contudo,

---

9 O conceito de transcrição é uma mutação, ‘ação transformada, ação recriada’ de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza, se torna outro (Meihy; Holanda, 2007, p. 133).

alterar a ideia que se quer transmitir, ou nas palavras de Meihy e Holanda “é o mesmo e outro”, simultaneamente.

Alguns colaboradores demonstraram essa preocupação, então lhes foi explicado que não alteraríamos as suas falas, pelo contrário utilizaríamos a transcrição, fazendo as adequações necessárias para que a escrita se tornasse inteligível.

Ao escrevermos sobre a produção de uma memória oficial<sup>10</sup> e a busca pela identidade local poderíamos indagar sobre qual é a relação entre o Ensino de História e colonização de Santa Rita do Trivelato? Por que essa abordagem na introdução deste trabalho?

São várias as possibilidades de análise e reflexão sobre a colonização do município a partir do Ensino de História. Pensar a colonização do município voltada para o Ensino de História representa uma possibilidade de levar os educandos a refletirem sobre a importância da História enquanto disciplina escolar, levantando questionamentos e formulando hipóteses/narrativas para determinados acontecimentos, inserindo os alunos nesse diálogo visando a apropriação e elaboração de outras narrativas, rompendo com a finalidade a priori pensada para o Ensino de História Local nas escolas, desconectadas da história nacional e mundial.

---

10 Memória oficial sobre a emancipação do município é um discurso homogeneizador sobre a participação das pessoas num processo, em que apenas um grupo foi “responsável”, ou seja, é uma forma de criar nas pessoas um pertencimento junto à história da cidade.

Na perspectiva da construção de um saber escolar voltado para a realidade dos alunos, a partir do Ensino de História, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia – PCNs (1998) nos trazem como um dos seus pressupostos teórico-metodológico a importância do estudo da História Local, na efetivação dos saberes necessários para que os alunos desenvolvam a percepção de si e do outro na sociedade em que vivem e convivem, ou seja, “[...] Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem o que existiram no mesmo espaço [...]” (Brasil, 1998, p. 40).

Entender a colonização a partir do Ensino de História proporciona aos alunos ampliar a sua compreensão do próximo e do distante, a percepção de que a realidade em que estão inseridos é marcada por diferenças étnicas, religiosas, culturais e econômicas, que suas vidas são marcadas pelos diferentes grupos que convivem, evitando, assim, a institucionalização de uma memória oficial em detrimento das outras memórias.

Para escrever sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato a partir dos projetos de colonização implantados no estado de Mato Grosso na década de 1970, optamos por trabalhar com os autores Custódio (2005), Moreno (2007), Joanoni Neto (2007), Guimarães Neto (1986).

Estabelecemos uma interlocução com os autores acima citados pela relevância que sua produção acadêmica trouxe a este trabalho, por considerar seus estudos como importantes

fontes que nos aproximam do tema sobre a colonização do norte do estado de Mato Grosso, considerando a dificuldade em encontrar documentos específicos sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a História Oral por meio do registro das histórias narradas pelos diferentes sujeitos que compõem os relatos sobre a fundação da cidade, mas que não estão representados nos discursos oficiais. Essas memórias ganharam materialidade nas entrevistas realizadas com homens e mulheres migrantes que chegaram nos primeiros anos da colonização a partir da década de 1970.

Realizamos entrevistas com 06 moradores do município, sendo 04 homens e duas mulheres, que tem entre 60 a 80 anos, e começaram a se deslocar para Mato Grosso nos de 1977, 1978, e 1979.

A escolha dos entrevistados foi realizada a partir da temporalidade escolhida para o estudo - 1977 a 1999. Esse período foi selecionado por se tratar do início da colonização da Vila Trivelato até o ano de sua emancipação e a criação do município Santa Rita do Trivelato.

Ao pesquisar nos documentos disponíveis, alguns nomes dos primeiros migrantes não constavam, no entanto, nas rodas de conversas com os alunos e outros moradores do município, os nomes dos “pioneiros” eram citados.

A partir do levantamento dos nomes dos primeiros moradores do município, foram apontadas 06 pessoas da comunidade que são consideradas por alguns moradores antigos e novos do município como “pioneiros” de Santa Rita do Trivelato.

Assim, cada um dos entrevistados foi nominalmente indicado nos momentos de conversa informal na igreja, clube dos idosos, posto de saúde e escola, pontos estratégicos da cidade que me possibilitaram fazer um levantamento mais próximo dos sujeitos que poderiam colaborar com o trabalho. Depois deste levantamento, realizamos o primeiro contato para explicar sobre o projeto de pesquisa, bem como a finalidade do mesmo.

Além das entrevistas, os documentos pesquisados sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato que deram embasamento para o presente estudo foram encontrados no site da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, composto por texto informativo sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato, com início no ano de 1977, bem como no livro “Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato: História e Fundação”. Encontramos documentos no arquivo da Câmara Municipal, especificamente o Livro Ata da Família Martinelli. As Atas e Decretos sobre a elevação da Vila de Santa Rita à Distrito e o Decreto de Emancipação de Santa Rita do Trivelato estavam disponíveis no Cartório de Registro Notarial de Santa Rita do Trivelato.

Sobre a colonização do norte de Mato Grosso na década de 1970, realizamos pesquisa no Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica e Informação (NDHIR) e no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Esses foram os principais lugares e documentos pesquisados que deram suporte e embasamento teórico.

O trabalho é composto por três seções. A primeira seção denominada “Colonização: um projeto de ocupação do estado de Mato Grosso”, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a colonização do norte do estado de Mato Grosso apresentando a colonização de Santa Rita do Trivelato como um projeto alinhado aos interesses econômicos do país que, ao mesmo tempo, firmava-se a ocupação dos “espaços vazios” revelando-se um compromisso com a manutenção da ordem social e segurança pública, na mesma medida em que, também, vislumbrava o enriquecimento do país por meio da política de desenvolvimento econômico internacional. Sob essa medida, a região norte do Mato Grosso faz parte desse processo em uma condição de produtora de riqueza por meio do incentivo à distribuição de terras destinadas a agricultura mecanizada.

Na segunda seção, “Santa Rita do Trivelato: ‘a terra prometida’ nos relatos dos migrantes”, apresentamos a colonização de Santa Rita do Trivelato na voz dos migrantes. Esta seção é composta pelas narrativas orais de 05 colaboradores que ao lembrar o momento de sua chegada à nova terra, têm suas vidas marcadas pelo sofrimento, mas, sobretudo, pela crença de uma vida melhor onde pudessem oferecer para

seus filhos o provimento das necessidades básicas. Esses sujeitos constroem suas narrativas associadas à busca da “terra prometida” assemelhando suas histórias ao povo hebreu retratado no livro do Êxodo no Antigo Testamento da Bíblia; esta comparação foi feita pelo senhor S.T.B., um dos entrevistados.

Na terceira seção estabelecemos uma relação entre o Ensino de História, as memórias e histórias contadas sobre a colonização de Santa Rita, que mais tarde se transformou em Santa Rita do Trivelato em homenagem a Colonizadora Trivelatto, evidenciando a contribuição das memórias para a construção da História Local e produção de uma identidade social dos educandos.

# COLONIZAÇÃO: UM PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

## 1.1. “A FRONTEIRA AGRÍCOLA”: A TERRA COMO INSTRUMENTO DE PODER

Nesta seção apresentamos uma breve análise sobre a colonização do estado de Mato Grosso, projeto alinhado aos interesses econômicos nacionais desde a segunda metade do século XIX até o século XX, evidenciando, a partir da interlocução estabelecida com diversos autores que pesquisaram esse tema, a interferência dos governos estadual e federal na definição da política fundiária de colonização e das terras públicas e devolutas nacionais e, em especial das mato-grossenses.

A colonização do estado de Mato Grosso conforme assinalou Moreno (1999), foi estimulada e favorecida pelos diversos governos de Mato Grosso, distribuindo grandes porções de terra aos latifundiários e empresas de colonização e agropecuária.

Desde 1892, os diversos governos de Mato Grosso vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas/devolutas no Estado, quando estas passaram para o seu domínio, por força da Constituição Republicana de 1891 (Moreno, 1999, p. 68).

Essa forma de colonização em que o governo estadual transferia grandes porções das terras públicas para os grupos econômicos e empresas capitalistas estava pautada nos princípios da Lei Imperial de Terras de 1850, regulamentada em 1854, e no Estado de Mato Grosso regimentada na lei estadual nº 20/1892, regulamentada pelo decreto nº 38/1983<sup>11</sup>.

Sobre as leis fundiárias do Estado de Mato Grosso no período imperial, observa-se uma “manobra política” de adaptação da lei para garantir o acesso às terras por um pequeno grupo de proprietários que concentrava em suas mãos grandes áreas de terras e em contrapartida dificultavam o acesso dos pequenos posseiros e proprietários que não tinham condições financeiras para comprá-las.

---

11 Essa discussão é apresentada por Gislaene Moreno no texto - O Processo Histórico de acesso a terra em Mato Grosso mostrando como as terras públicas e devolutas favoreceram a colonização do território mato-grossense por parte dos grandes capitalistas (Moreno, 1999, p. 67-90).

A legitimação das irregularidades das leis fundiárias mato-grossenses se dava a partir da justificativa de aumentar a receita do Estado e a concentração de grandes latifúndios nas mãos de poucas pessoas. Era vista como uma possibilidade de aumento no recebimento dos impostos, inibindo dessa forma a expansão da pequena propriedade e descartando o camponês ou colono que não tinha poder de compra.

Já a colonização voltada a atender o pequeno proprietário no período de 1890, a partir da regularização da posse de terras regulada pela Lei de Terras do Estado criada no ano 1850<sup>12</sup>, foi considerada por Moreno (1999, p. 73) uma “utopia” uma vez, que a política fundiária estadual orientava a expansão territorial destinada às grandes propriedades, atendendo os interesses oligárquicos.

No período denominado Estado Novo que se estendeu de 1930 até 1945, o governo Getúlio Vargas adotou uma política intervencionista nos estados. E, nesse sentido, passou a orientar e controlar a política fundiária desenvolvida pelos estados brasileiros. Diferentemente do período anterior, o governo federal via na colonização uma estratégia de ocupação dos “espaços vazios”<sup>13</sup> fomentando a expansão da pequena

---

12 A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecido como Lei de Terras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 06 maio 2019.

13 O estado de Mato Grosso para os governos federais por muito tempo foi considerado “espaços vazios”, devido a sua extensão territorial e a baixa densidade demográfica do Estado (Moreno, 1999).

propriedade com vistas a atender a indústria nacional que estava sendo implementada pelo governo.

A política denominada “Marcha para o Oeste” instituída pelo governo federal em 1938 tinha como objetivo conquistar o interior do país e integrá-lo à economia nacional, atuando na quebra do monopólio fundiário que predominou do final do período imperial e início do republicano, criando as colônias agrícolas nacionais e impulsionando a “fronteira agrícola”<sup>14</sup>.

Nota-se, a partir do texto de Moreno (1999), que o fomento à criação das colônias nacionais e a expansão da pequena propriedade foram direcionados para o sul do Estado, como por exemplo, o monopólio da empresa Mate Laranjeira, atual Mato Grosso do Sul. Porém, o norte do estado de Mato Grosso não foi contemplado por essa política de colonização,

Na porção setentrional do então Estado e que hoje compreende o atual Mato Grosso não foi implantada nenhuma colônia federal, embora o Governo Estadual tivesse reservado 200.000 ha no vale do rio São Lourenço para este fim. [...] O Norte do antigo Estado não chegou a ser atingido pela política oficial de colonização, embora o Governo Federal tivesse criado organismos especiais, como a Expedição Roncador Xingu (1940), que deu origem à Fundação Brasil Central, (1943) objetivando a exploração e a colonização de regiões ‘desconhecidas’ (Moreno, 1999, p. 76).

---

14 Fronteira Agrícola é uma expressão utilizada para designar o avanço da produção agropecuária sobre o meio natural. Trata-se de uma região na qual as atividades capitalistas fazem frente com as grandes reservas florestais e áreas poucas povoadas (PENA, Rodolfo F. Alves. “Fronteira Agrícola do Brasil”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fronteira-agricola-brasil.htm>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Embora, no período do Estado Novo a política de colonização foi direcionada para a criação das colônias agrícolas no sul do Estado, o governo por meio da regularização fundiária revelava a intenção de explorar e colonizar os vazios demográficos, compreendidos como regiões “desconhecidas”.

A partir do discurso nacionalista elaborado pelo Governo Federal de 1930 até 1945, a colonização das regiões “desabitadas” passou a ser incentivada visando atender aos interesses capitalistas nacionais da indústria nascente. Para isso, criou a “fronteira agrícola” na Amazônia Legal, considerando a baixa densidade demográfica da região como “espaços vazios”.

Sobre a exploração da Amazônia, o autor Oliveira (1991, p. 11), observou que “a sua história no século XX, é marcada pela rapina, violência, conflitos e luta. E que se confunde com a história do país”.

Assim, a questão da terra vem sendo um objeto de controle e relações de produção, evidenciando as marcas da violência, conflitos e lutas. E, no período da ditadura civil-militar a capitalização da região amazônica deixa as suas marcas sob o discurso da modernização da agricultura.

Martins (1996, p. 26) sobre a ocupação e exploração da Amazônia, argumenta que ela foi alvo de diferentes movimentos de penetração, desde a caça ao índio à atividade extrativista. Em diferentes temporalidades a Amazônia esteve relacionada à ideia de “espaços vazios” associados a terras livres que

deveriam ser colonizadas e integradas ao sistema capitalista dominante, consolidando a política nacional da venda das riquezas do país ao capital estrangeiro, e no caso da Amazônia aos Estados Unidos da América.

No período de 1945 até 1964 a colonização do Estado de Mato Grosso foi desenvolvida pela Comissão de Planejamento de Produção (C.P.P.), ligada ao Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.), criado pelo governo federal em 1946, após a promulgação da Constituição de 1946, em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas (Moreno, 1999).

Nesse período, o Governo Estadual por meio do Departamento de Terras e Colonização e Comissão de Planejamento de Produção, deu continuidade à política de ocupação do Oeste brasileiro executada durante o Estado Novo, com a concessão de terras públicas/devolutas gratuitas inicialmente e, mais tarde, por meio da colonização particular com a venda indiscriminada das terras devolutas, transformando a política de colonização num negócio rentável e fraudulento.

## 1.2. “FRONTEIRAS AGRÍCOLAS”: ONDE A TERRA É PARA POUCOS

A partir de 1964 houve a federalização<sup>15</sup> das terras devolutas do Estado, sobretudo as terras dos estados que compunham a Amazônia Legal<sup>16</sup>, interferindo diretamente na política de regularização fundiária.

Na década de 1970, o governo federal, para direcionar e acompanhar a colonização dos “espaços vazios” criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/1970) e, em particular, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT/1968), e em 1978, o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT).

Além da criação dos órgãos INCRA, o governo federal elaborou programas de apoio financeiro e de redistribuição das terras para viabilizar o processo de ocupação dos “vazios” demográficos. Entre esses programas destacam-se o Plano de Integração Nacional (PIN - 1970) do INCRA, e o Programa

---

15 No período de 1964, no auge do golpe militar, os movimentos sociais, e em especial, o movimento pela reforma agrária e luta pela terra, levaram os governos militares a transformar a questão fundiária num problema militar, ou seja, federalizaram a questão da terra, e a partir daquele momento os governos militares souberam explorar muito bem as pressões sociais em favor da centralização política, ao mesmo tempo que tentavam diminuir os conflitos pela terra, eliminavam o poder dos latifundiários locais, que na visão dos militares emperravam o desenvolvimento econômico do país (Martins, 1984).

16 Amazônia Legal é composta pelos estados Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialelegal.shtm?c=2>. Acesso em: 21 jun. 2019.

de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra - 1971), e programas destinados a atender a colonização do estado de Mato Grosso como Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia - 1974), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro - 1975), Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil (Polonoroeste - 1981) (Custódio, 2005).

Os programas criados pelo governo federal e estadual objetivavam promover a ocupação dos “espaços vazios” na Amazônia Legal e o controle do governo federal sobre as novas áreas concedidas aos “colonos”. Para isso, o governo federal desenvolveu obras de infraestrutura como a construção de estradas e rodovias como a Transamazônica e Rodovia da Produção Cuiabá – Santarém (BR 163), Manaus – Porto Velho, concessão de empréstimos e financiamento aos projetos agropecuários e agroindustriais destinados a modernização da “fronteira agrícola” nacional (Custódio, 2005).

A federalização das terras públicas/devolutas do estado e a interferência do governo militar nos projetos de colonização surgiram como estratégias para conter os conflitos sociais no campo que estavam ocorrendo nesse período, alterada pela nova estrutura fundiária no país, sobretudo pela mecanização das lavouras destinadas à exportação de soja no sul do país.

Sob a tutela do governo federal, a colonização intensificada no período da década de 70 teve um caráter social, conforme destacou Joanoni Neto,

As pressões dos camponeses, em todo país, motivada por necessidades imediatas (como a seca no Nordeste), ou politicamente (como as ações dos camponeses sem terras), forçaram os poderes estabelecidos a agir mediando soluções para evitar crises sociais de elevado alcance. A maior ou menor intensidade das ondas migratórias para Mato Grosso, tem relação com os períodos e locais onde estes se agudizaram, como o Nordeste, no início do séc. XX, e o Sul/Sudeste nas décadas de 70 e 80 (Joanoni Neto, 2007, p. 26-27).

O fragmento acima nos possibilita uma reflexão sobre a política fundiária desenvolvida no país, em especial sobre a política promovida nos governos militares, que buscavam solucionar as tensões sociais que se agravavam no Nordeste devido aos problemas ambientais no final do século XIX e início do século XX, e a ampliação das propriedades agrícolas para o cultivo de soja voltada ao mercado internacional, ocasionando uma elevada onda migratória para a Amazônia Legal, incluindo o norte do estado de Mato Grosso<sup>17</sup>.

Para além da questão das tensões e dos movimentos sociais, havia outro problema que justificou a interferência do governo federal na questão da terra, que foi o combate ao

---

17 As populações expulsas do Nordeste, pela seca ou pelo latifúndio, prosseguiram e acentuaram as correntes migratórias na direção da Amazônia Oriental, na direção do Maranhão, de Goiás, do Mato Grosso e do Pará. Na mesma direção se lançaram populações nordestinas que há menos de 20 anos haviam se instalado em Goiás e no Maranhão (Martins, 1984, p. 37).

poder das oligarquias locais e regionais, vista com entrave para a política do desenvolvimento econômico do país alinhada ao capital estrangeiro.

A federalização das terras da Amazônia era condição necessária à geopolítica da centralização. Era impossível sobrepor o poder federal ao poder local e regional sem confiscar a sua principal base de sustentação, que é a terra, e o controle dos mecanismos de distribuição de terras entre os membros das oligarquias. O combate à oligarquia implicava em expropriá-la do seu principal meio de poder que, é a terra (Martins, 1984, p. 50).

Alinhados aos interesses políticos e econômicos estavam os interesses sociais, observando que nesse momento o país vivia um período de grande insegurança e instabilidade, pois os governos militares ainda estavam formando o seu projeto nacional. E os movimentos sociais, que tinham se iniciado nos governos anteriores, ganhavam força na luta pelas reformas sociais e em especial a reforma agrária.

Dessa forma, a Amazônia e o Centro-Oeste foram apresentados nos discursos políticos como uma solução para o agravamento da crise social, econômica e política vivenciada naquele momento histórico. Assim, nas palavras de Custódio (2005), podemos compreender que:

A Amazônia e o Centro-Oeste, especialmente a partir de 1970, foram representados como a nova fronteira agrícola, que deveria ser (re)ocupada, evitando talvez, o acirramento de conflitos sociais no Sudeste, mas, sobretudo, no Sul do Brasil (Custódio, 2005, p. 31).

Nesse caso, a ocupação da Amazônia conforme Custódio (2005) foi considerada uma alternativa para solucionar os conflitos sociais existentes no Sudeste, no Sul e no Nordeste, assegurando ao governo o controle sob as pressões populares internas, que subvertiam a ordem nacional e contrariavam os interesses hegemônicos<sup>18</sup> da nação.

Os programas desenvolvidos no país a partir da década de 70 do século XX funcionariam conforme Custódio (2005) como “válvulas de escape” para diminuir as tensões sociais no campo pela “perda da terra”.

Enquanto no sul e sudeste faltava terra para abrigar a mão de obra excedente daqueles que não tinham condições de concorrer com quem já dominava a mecanização da agricultura e a economia nacional, as terras de Mato Grosso representavam uma alternativa para os governos estaduais, principalmente para os governos militares, que produziram o discurso de terras férteis e desabitadas, direcionando o fluxo migratório para o norte do estado, pois a terra era considerada farta, mas faltava a mão de obra, conciliando os interesses dos trabalhadores como também dos grandes empresários.

---

18 O conceito de Hegemonia utilizado nesse texto compartilha a elaboração conceitual de Gramsci, em que “hegemonia política” em relação à genérica acepção de “preeminência”, “supremacia” de uma classe social sobre as outras, ou seja, a classe dominante sobre as demais, aqui compreendemos que o Estado brasileiro que é possui influências em termos econômicos, culturais e políticos, garantindo os privilégios que uma classe em especial, a burguesia representante da nova elite nacional, detinha sobre as demais. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo-SP: Boitempo, 2017.

Sobre a questão da terra farta e a mão de obra para os novos projetos que estavam sendo implantado no norte do estado, Oliveira (1991, p. 75) observou que o INCRA nasceu de um Decreto-Lei nº 1.110 de 09/07/1970, como parte do plano de ocupar a Amazônia, e, considerando que de nada adiantaria arquitetar os projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho, ou seja, para suprir a falta de trabalhadores na Amazônia, lançaram-se os programas de colonização, ou conforme Oliveira (1991, p. 75) juntava-se “assim a fome com a vontade de comer”.

No discurso proferido pelo representante da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), senhor Renê Pompeo de Pina no lançamento oficial do Programa “Centro-Oeste a Nova Fronteira” no ano de 1980, verifica-se a projeção da ocupação dessa região como uma solução para os problemas nacionais vivenciados neste período, repassando para a iniciativa privada esse grande empreendimento<sup>19</sup>.

[...] ao iniciar-se a década de 80, o Centro-Oeste apresenta-se como Região Solução. Em organização econômica, merece uma vez que apenas ao seu setor primário vem sendo expandida uma abordagem de desenvolvimento, mais ampla e global, de modo a ser aproveitada em todas as suas potencialidades. [...] Ao expandir-se

---

19 O Superintendente da Sudeco ressaltou a contribuição que a região Centro Oeste pode oferecer para solucionar os problemas nacionais decorrentes de dificuldades externas. Essa informação está no Jornal Do Dia. 5 de setembro de 1980, ano I, nº 149. P. 5. Programa Centro-Oeste a Nova Fronteira. Essa fonte foi inventariada por Custódio (2005) e consultada por mim em 2019, seguindo os vestígios da autora. Disponível em: [www.iomat.mt.gov.br](http://www.iomat.mt.gov.br). Acesso em: 20 maio 2019.

economicamente em toda plenitude do seu potencial, o Centro-Oeste, em virtude de sua baixa densidade demográfica, vira contribuir para uma melhor distribuição espacial da população brasileira, absorvendo os excedentes populacionais de outras regiões, através da incorporação de suas imensas áreas ao processo produtivo do país. Isto equivaleria a reversão das expectativas de geração de empregos hoje reservados às grandes capitais, com a desconcentração cultural e profissional necessárias ao equilíbrio sócio-político do país (Cuiabá, 1980b, p. 05).

Nessa perspectiva, a representação da Amazônia Legal como a nova fronteira estava diretamente ligada à noção de “vazio” demográfico. A fronteira foi imaginada como o “lugar das oportunidades”, expressão usada pelos governantes e empresários com vistas a garantir o sucesso de tais empreendimentos (Custódio, 2005, p. 20).

Dessa maneira, a fronteira não pode ser entendida apenas como fronteira geográfica, ela é conforme escreveu Martins (2014) “a fronteira do humano”, ou nas palavras de Joaroni Neto (2007, p. 26), “a fronteira é o lugar de paradoxo”, em que os migrantes, sujeitos de “boa fé”<sup>20</sup> buscavam uma vida melhor.

---

20 Sobre a fronteira da crença, encontramos no livro *Fronteiras da Crença* a presença marcante da Igreja Católica em que os leigos vivenciaram as práticas católicas na experiência da ocupação do espaço do projeto de colonização Juína. Assim como no caso de Juína, em Santa Rita do Trivelato, a vivência a partir das práticas religiosas foi fundamental para a ocupação de Santa Rita do Trivelato, que será abordada na Seção 3 deste trabalho (Joaroni Neto, 2007, p. 26 – 27).

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo fronteira do humano (Martins, 2014, p. 11).

Esse discurso nos revela que a fronteira na Amazônia ao mesmo tempo em que surge como uma “válvula de escape”, ou nas palavras do governo como “região solução”<sup>21</sup> foi um espaço marcado por diferentes intencionalidades e práticas, costumes e espaço de produção de identidades locais.

A fronteira é esse lugar de disputa política, econômica, cultural e territorial, um espaço que simboliza as tensões sociais e lutas entre os diferentes sujeitos, por isso ela é a fronteira do humano<sup>22</sup>. Conforme Aubertin (1998) *apud* Custódio (2005, p. 34), [...] a fronteira é reputada como devendo oferecer ao país inteiro novas perspectivas (crescimento econômico, soluções de problemas sociais, domínio do território num sentido nacionalista, etc.).

A fronteira para além da ocupação dos “espaços vazios” revela outra face, nela estão contidas as marcas do governo

---

21 A expressão “região solução” faz parte do pronunciamento do Superintendente da Sudeco, em visita à Cuiabá, no lançamento do Programa “Centro-Oeste, a Nova Fronteira” (Cuiabá, 1980a, p. 5). Essa fonte foi inventariada por Custódio (2005) e consultada por mim em 2019, seguindo os vestígios da autora.

22 Essa definição é de José de Souza Martins, no texto: “o tempo da Fronteira – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira” (Martins, 1996, p. 26).

nacionalista<sup>23</sup>, que sob o lema de “integrar para não entregar” dominou o território em nome da segurança pública, da ordem e do desenvolvimento econômico tão necessário ao país.

### 1.3. EM NOME DA ORDEM PÚBLICA

O processo de colonização das terras do estado se deu no contexto da criação da Doutrina de Segurança Nacional (1969) elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob o comando do alto escalão das Forças Armadas, que após o golpe civil militar de 1964 passou a defender a ocupação dos “espaços vazios” como forma de defender a nação contra a “invasão dos inimigos” e também garantir a integridade territorial do país.

O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político (Bueno, 2014 p.?).

---

23 O governo nacionalista do período de 1964 – 1985, traz as marcas da ideia de identidade nacional e sentimento nacionalista, cunhado no início do século XX, voltados a atender os interesses de determinados setores da sociedade, em especial a elite governante, predominando o sentimento de pertencimento e de união, que anulava e omitia os descontentamentos internos em torno dos problemas sociais pelo qual o país estava passando. Sobre o conceito de nação, no livro *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, diz que na recente *Enciclopédia Brasileira Mérito*, a nação é “comunidade de cidadãos de um Estado vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade de grupo (grifos do autor); o povo de um Estado o poder governamental”. [...] As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências (Hobsbawn, 1990, p. 19-29).

Segundo Fagundes (2014) o embasamento teórico e legal para a criação da ideologia da Doutrina de Segurança veio da política externa adotada pelos Estados Unidos da América, pois entendiam que a ameaça em nome da qual deveriam combater eram os grupos de oposição interna, uma vez que estes eram influenciados pelo “comunismo internacional”.

Ao abordar essa questão, Calonga (2015) nos mostra que o governo brasileiro, em nome de uma ideologia externa, elaborou os dispositivos de poder e de controle, não somente das terras, mas das vidas das pessoas vistas como ameaçadoras da ordem e do progresso da nação em nome da garantia da identidade nacional que destinava aos trabalhadores de modo geral o lugar de obediência e submissão aos projetos de governo.

Por meio da Doutrina de Segurança Nacional, instituída no governo do General Castelo Branco (1964-1967), que articulava ao mesmo tempo a segurança nacional ao desenvolvimento econômico por meio da ocupação territorial, o governo federal incentivou a ocupação dos espaços geográficos com menor densidade demográfica naquele momento produzido como “espaços vazios”.

A finalidade foi controlar não apenas o acesso à terra como também combater os ideais e movimentos sociais que estavam surgindo no país inspirados no socialismo, que era considerado um grande inimigo das nações capitalistas e os projetos de colonização cumpriam essa função.

Sobre a intervenção do Estado militar nos projetos de colonização no país, Martins (1984), revela que,

Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o desejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais. Esses conflitos têm exigido uma crescente intervenção do Estado militar, que tem feito esforços desesperados para mantê-los circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade (Martins, 1984, p. 11).

Talvez, a grande ameaça que governo “temia” era a aquisição de um novo direito que os trabalhadores adquiriram, não apenas o direito a posse da terra, mas o direito de questionar a ocupação indevida das terras “ociosas” do estado brasileiro. A tomada de consciência sobre a grande propriedade concentrada nas mãos de poucos na concepção do governo era uma ameaça, pois poderia agravar ainda mais as tensões sociais.

Diante da existência de uma “crise política” em torno da questão agrária e econômica do país, o governo federal resolvia os problemas por meio da centralização política com uso do dispositivo legal, que é a criação da Doutrina de Segurança Nacional, ligada a Escola Superior de Guerra, punindo os líderes dos movimentos sociais e concedendo empréstimos para aqueles que “necessitavam”.

Durante o governo Castelo Branco, a questão fundiária fora encaminhada a partir da perspectiva

de que era possível dar uma solução empresarial e econômica ao problema social da terra, sem produzir lesões no direito de propriedade, até mesmo como recurso para atenuar as tensões sociais, diminuir o êxodo rural, aumentar a produção de alimento. [...] O Ministério do Interior, ocupado pelo general Albuquerque Lima, um general identificado com o pensamento da Escola Superior de Guerra, definiu como objetivo nacional prioritário a política de integração da Amazônia (Fagundes, 2014, p. 60).

Essa estratégia eliminava ao mesmo tempo dois problemas, que na concepção do governo poderia interferir nos planos políticos de transformar o país num “celeiro agrícola”, voltado para a exportação dos alimentos. O primeiro, e talvez mais grave, exigia do governo aniquilamento dos movimentos sociais e a reforma agrária, e o segundo, não menos grave, mas com certa “tolerância política ou jurídica”, a eliminação das oligarquias regionais e locais, por meio da concessão de terras às grandes empresas de colonização privada e projetos agropecuários.

Para uns, o governo criava e incentivava a colonização dirigida pelo Estado, e quando isso não era suficiente, usava a “força” do Estado. Para outros, o incentivo vinha por meio dos programas de financiamento e crédito a longo prazo e concessão da exploração dos recursos naturais.

Ainda sobre o debate teórico em torno da expansão da sociedade nacional e integração territorial a fronteira nos apresenta outra figura, não mais a dos trabalhadores que buscavam melhores condições de vida. Figura em torno dela a

imagem “mítica do pioneiro” que tende a ser representado nos documentos oficiais municipais e até mesmo nacionais como o “grande herói” responsável pela colonização.

Alguns autores afirmam que a colonização não substituiu a Reforma Agrária política fundiária que consistia na distribuição de terras pública/devolutas para os pequenos agricultores, camponeses e trabalhadores “sem terra”, uma vez que ela foi desenvolvida por meio das empresas particulares, que concediam o direito à terra apenas àqueles que pudessem pagar por ela.

Nesse contexto é pertinente retomarmos a concepção de frente de expansão e frente pioneira estudada por Martins (1997), que nos leva a refletir sobre a forma que se deu a ocupação das terras da Amazônia, principalmente, aquela que se destinou a analisar a frente pioneira.

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo [...] A frente pioneira é mais que deslocamento da população sobre territórios novos [...] A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização. [...] Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineira, tradicionalistas e mortas (Martins, 1997, p. 29).

No processo de ocupação do norte do Estado, a concepção de frente pioneira não anula a de frente expansão, pois a primeira se volta para explicar e atender o interesse dos grandes empreendedores, que tem uma imagem positiva sobre o seu papel enquanto agente de transformação, já a frente de

expansão inclui as populações pobres, na “fronteira agrícola” (Martins, 1997, p. 28).

Custódio (2005) ao se referir à colonização observou que ela é entendida como uma contra reforma agrária,

A colonização é apontada como uma Contra Reforma Agrária, pois aparece como condição e consequência da maneira pela qual o estado foi levado a (re)criar a ‘fronteira amazônica’ com a intenção de favorecer o extensivo desenvolvimento do capitalismo (Custódio, 2005, p. 51).

A expansão territorial na Amazônia e Centro-Oeste brasileiro foi orientada pelas empresas de colonização particulares, dessa maneira favorecendo a aquisição de grandes áreas por parte dos empresários, que tinham seus objetivos entrelaçados com os objetivos do estado, desenvolvendo o capitalismo a partir do agronegócio.

Assim, a colonização dirigida pelo governo federal deu origem a diversos municípios no estado de Mato Grosso, e nesse contexto iniciou-se a ocupação de Santa Rita do Trivelato por migrantes vindos do estado do Paraná e Rio Grande do Sul.

Sob a ótica da colonização de Santa Rita do Trivelato fizemos um levantamento das fontes para compor este trabalho. Listamos os documentos escritos, tais como jornais, revistas e leis no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); Cartório

de 1º Ofício dos municípios de Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum, Nobres, Cuiabá, e Chapada dos Guimarães; Prefeitura Municipal de Santa Rita – Secretaria de Planejamento e Gestão e na Câmara Municipal.

Essa busca por documentos nos apresentou um desgaste muito grande, pois a cada negação de informações e documentos nos inquietava e ao mesmo tempo a angústia se intensificava. Várias indagações surgiram: seria de fato a colonização de Santa Rita do Trivelato um projeto legalizado pelos órgãos oficiais do Estado? Ou essas terras seriam terras de litígio, de grilo?

Sobre a colonização do norte do Estado na década de 1970 encontramos no Arquivo Público do Estado de Mato (APMT) os jornais “O Estado de Mato Grosso” e o “Jornal do Dia”, estes traziam em suas páginas os discursos dos governantes e empresários sobre a oportunidade que as “terras livres” ofereciam aos migrantes.

Em relação à colonização de Santa Rita do Trivelato, localizamos no arquivo da Câmara Municipal apenas a publicação da lei nº 4.265, de 12 de dezembro de 1980, que criou o Distrito de Santa Rita no município de Nobres, publicado no Diário Oficial.

LEI Nº 4.265 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1.980.

Cria o Distrito de Santa Rita no Município de Nobres.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º — Fica criado o Distrito de Santa Rita no Município de Nobres.

Artigo 2º — O Distrito de Santa Rita terá os seguintes limites e confrontações: partindo da barra do Rio Telles Pires e o Ribeirão Morocó, segue pelo Rio Telles Pires acima, em sua margem esquerda, ate a barra a barra com o Ribeirão do Caixão Desta barra, segue por uma Unha com o Ribeirão Beija-Flor Desta barra. Segue o referido ribeirão acima, ate seca ate a cabeceira do Rio Moderno Daí, segue pelo Rio Moderno ate a barra do Rio Verde. Desta barra segue por uma linha seca ate a barra dos Rios Telles Pires Morocó, ponto inicial do presente memorial.

Artigo 3º — Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio Paiguás, em Cuiabá, 12 de dezembro de 1980.

159º da Independência e 92º da República.

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS  
ARNALDO BORGES  
AFRO STEFANINI  
JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA  
DOMINGOS SAVIO BRANDAO LIMA  
SALEM ZUGATR  
PAULO SANTA RITA CARVALHO DE ATHAYDE  
EZIO FRANCISCO CALABRIA  
ROMULO VANDONI

HELIO PALMA DE ARRUDA  
HUGO LEOPOLDO SOARES CAMPOS  
OSVALDO DE OLTVEIRA FORTES  
UBIRATAN FRANCISCO VTLELA SPINELLI  
CARLOS JOSÉ AVELINO DE SOUZA VTETRA  
JOSÉ LUIZ PINTO COELHO DE OLIVEIRA  
EVARISTO ROBERTO VIEIRA CRUZ

(Diário Oficial, Mato Grosso, 1980, p.1)

No arquivo do Cartório de Registro Notarial de Santa Rita do Trivelato, encontramos uma publicação da Lei Estadual nº 5.916, de 20 de dezembro de 1991, cópia de atas com assinaturas dos moradores antigos - “pioneiros”, que desmembrou Santa Rita do município de Nobres e o incorporou ao município de Nova Mutum.

No acervo da Câmara Municipal existe um Livro Ata doado por um dos membros da comissão de Pró-emancipação, senhor Segundo Martinelli, que atuou ativamente junto aos órgãos governamentais tanto no processo de criação do Distrito de Santa Rita, como no desmembramento e incorporação de Santa Rita a Nova Mutum. O Hino da cidade é uma das fontes, pois nele “pioneiros” são representados e enaltecidos como desbravadores, que mesmo diante das adversidades enfrentadas, não desistiram do empreendimento de transformar o distrito em cidade (Santa Rita do Trivelato, 1999).

O livro do Padre José Renato Schaeffer Nova Mutum – História e Fundação e a letra do Hino do município apresentam o “pioneiro” com uma imagem positiva de si e do momento

histórico que vivenciaram. Esses foram os documentos encontrados na busca ativa para a escrita.

Essa imagem elaborada pelos “pioneiros” sobre si os permite classificá-los como um povo que cumpria as ordens instituídas pelos governos federal e estadual, a começar pela questão da posse da terra.

Tomando como base os relatos dos “pioneiros” e atas sobre a fundação de Santa Rita, as terras adquiridas pela Colonizadora Trivelatto eram terras documentadas e legalizadas. O projeto de colonização a princípio foi orientado para os pequenos proprietários vindos do sul do país e depois aos grandes fazendeiros.

Nesse empreendimento as terras foram compradas ou trocadas pela Colonizadora Trivelatto, não havendo neste espaço nenhuma forma de posse ilegal das terras, como a grilagem.

## **1.4. E AGORA, OS “ESPAÇOS VAZIOS” NÃO ERAM TÃO VAZIOS?**

Ao pesquisar sobre a colonização no norte do estado de Mato Grosso e a ocupação dos ditos “espaços vazios”, observamos que esse discurso gerou um processo de

discriminação e exclusão da população local, que habitavam essas terras antes da chegada dos “pioneiros”<sup>24</sup>.

Esse discurso, amplamente divulgado pelos governos federal e estadual, anulava a presença de indígenas e dos mato-grossenses no desenvolvimento econômico, social e cultural do estado, anterior a década de 1970.

Embora de forma velada, um dos entrevistados atribuiu o atraso de Lagoa das Conchas<sup>25</sup> - Gleba Trivelato, em relação

---

24 No livro *Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato – História e Fundação*, o autor Pe. José Renato Schaefer escreveu que a região que compreende Santa Rita do Trivelato e Pacoval (distrito de Santa Rita do Trivelato), pertencia há décadas aos irmãos Spinelli. Os irmãos Spinelli exploravam borracha nessa região desde 1944, construindo na sede da Fazenda Rio Novo (atual Beija Flor), uma usina de beneficiamento de borracha, que depois era levada a Cuiabá. Na década de 1960 cessou a extração da borracha, surgindo assim os projetos agropecuários e de colonização, apoiados pelo governo federal e estadual (Schaeffer, 2018, p. 116-117).

Ao falar da exploração da borracha nas terras que pertencem atualmente a Santa Rita do Trivelato, verifica-se que embora no local onde a Colonizadora Trivelatto escolheu para criar a sua sede, não existia outros moradores, mas no entorno havia, pois nos seringais havia trabalhadores paulistas, indígenas e mato-grossenses. A partir de 1965, houve uma tentativa de colonização iniciada pelos irmãos Brunini, vindos de Bragança Paulista (SP), nas áreas que atualmente estão localizadas as Fazendas São Carlos e Santa Madalena, entre os rios Moderno e Verde. Essas terras não pertenciam aos irmãos Spinelli, eram terras devolutas e foram cedidas aos irmãos Brunini pelo governo do estado, esta área totalizava 40 mil has. Os lotes eram de diversos tamanhos, e eram comercializados de acordo com a condição financeira de cada comprador, que se deslocavam do estado de São Paulo para Mato Grosso. Esse projeto se deu num local denominado Sertania, próximo da cidade aos 20 km, mas por falta de assistência técnica e financeira acabou sendo abandonado, e os proprietários se viram obrigados a vender suas terras para o Grupo PEBB (hoje Fazendas Paulistas Reunidas), com sede em Lucas do Rio Verde.

25 O nome original das terras adquiridas pela colonizadora era Lagoa das Conchas, por existir uma lagoa em forma de concha a 3km da cidade, nos fundos do sítio do Taborda (Schaeffer, 2018, p. 127).

à colonização de Nova Mutum, Sorriso e Lucas do Rio Verde, aos “cuiabaninhos”<sup>26</sup> não serem dados ao trabalho.

Mas, ao serem indagados sobre a existência de outros moradores no lugar que se localiza Santa Rita do Trivelato, dos 06 entrevistados apenas um disse que havia sim moradores nesta área que a Colonizadora Trivelato comprou, eram os nativos de Mato Grosso, que trabalharam na extração da borracha.

Essa fala não faz parte do registro da entrevista porque foi dito após o término da mesma, no momento em que o senhor A.G.S., um dos entrevistados, comentava sobre a letra do Hino de Santa Rita do Trivelato, afirmando que ela não cita os indígenas e cuiabanos que moravam na Gleba Trivelato antes da chegada deles.

O trabalho de registrar no caderno de campo as informações que não foram contadas no momento da realização das entrevistas nos possibilitou retomar alguns pontos que foram “ignorados” pelos entrevistados, como o fato de existir moradores na gleba antes da chegada dos “pioneiros”.

Os diferentes relatos nos elucidaram questões que até então estávamos buscando respostas e não encontramos escritas em nenhum documento ou arquivo pessoal.

---

26 Ao se referir aos mato-grossenses, os pioneiros os chamavam de cuiabanos ou cuiabaninhos.

Este caderno de campo se tornou para nós uma das fontes históricas, observando que algumas anotações nos permitiram entender questões que estavam sendo dadas como “sem importância”.

Pereira e Seffner (2008, p. 113) nos dizem que “o conceito de fonte histórica tem se ampliado e se transformado significativamente”. Se anteriormente, somente os documentos escritos eram utilizados como fontes para a produção histórica, agora tudo aquilo que deixa vestígios e pistas sobre os acontecimentos do passado são considerados fontes históricas.

Atualmente os documentos são questionados, dado que sua produção não é neutra, sendo considerado um “instrumento de poder e uma manifestação dele”, elaborado intencionalmente pelos homens. Os documentos são monumentos que gerações anteriores deixaram. “Eles são construções a partir de onde os homens procuraram imprimir uma imagem de si mesmos para as gerações futuras” (Pereira; Seffner, 2008, p. 116).

Nessa discussão teórica sobre a importância das fontes históricas para feitura do trabalho do historiador, Oliveira (2009, p. 43) argumenta que, “portanto, sabemos que não existe diferença de importância entre as fontes, sejam elas escritas, orais ou iconográficas, todas devem ser tratadas pelo historiador com o mesmo rigor”.

Sendo assim, adotamos essa postura teórica-metodológica para escrevermos sobre a história de Santa Rita

do Trivelato, pois as diferentes fontes históricas não concorrem entre si em grau de importância, elas se complementam, devem receber o mesmo tratamento pelo historiador, ou seja, as fontes “não falam por si”, mas podem revelar aquilo que os historiadores querem saber a partir da metodologia utilizada (Pesavento, 2003).

Sobre o rigor metodológico na pesquisa científica as fontes são também objetos de questionamentos e problematizações, uma vez que elas são elaboradas a partir das percepções, vivências, sentidos e emoções de diferentes sujeitos, elas sempre expressam a “visão de alguém” sobre determinado acontecimento, portanto, não são neutras e nem imparciais.

Sobre o trabalho com as fontes orais, Custódio (2005) destacou que:

Para o poder estabelecido não há interesse em focalizar estas histórias singulares que não estão registradas nos documentos oficiais. Em geral, os documentos representam uma história dos grupos dominantes e neste caso, o trabalho com as fontes orais constitui-se da maior importância. Permite dar visibilidade a uma história silenciada, muitas vezes, oculta. Por intermédio das fontes orais, pode-se também questionar as formas de abordagem que tenta universalizar situações particulares (Custódio, 2005, p. 73).

O trabalho com as fontes orais nos possibilita questionar os documentos escritos, considerando que eles geralmente são portadores da história dos grupos dominantes, dos sujeitos bem sucedidos, legitimando os discursos oficiais que criam os mitos nacionais.

As fontes orais nos forneceram subsídios para escrever sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato no período de 1977 até 1999. Após a revisão bibliográfica para a escrita do texto, compreendemos, como aponta Custódio (2014) que as narrativas escritas e orais não são cópias do passado, elas são a representação feita no presente daquilo que foi vivenciado no passado, ou daquilo que gostaríamos, no caso específico de narrativas orais, de ter vivenciado.

No trabalho com entrevistas, optamos a partir do uso do termo de autorização e uso das entrevistas, não divulgar a identidade dos colaboradores, para evitar conflitos entre amigos, parentes e conhecidos, por se tratar de um município pequeno, em que todos diretamente ou indiretamente convivem nos mesmos espaços e grupos. Na publicação das entrevistas utilizaremos somente as iniciais do nome de cada entrevistado.

No contexto das entrevistas e da história oral, Thomson (2002) nos revela que a migração se tornou um dos assuntos recorrentes da história oral, uma vez que busca documentar os processos de ocupação a partir das narrativas dos marginalizados e excluídos da ocupação das terras ditas “colonizadas”.

A história da migração está interessada nos processos pelos quais os migrantes individual e coletivamente, se estabelecem em uma nova região ou país, e pelas maneiras em que as redes de trabalho e os estilos de vida do local de origem são recriados e modificados no novo mundo (Thomson, 2012, p. 342).

A migração que originou a ocupação Santa Rita do Trivelato se deu de forma complexa e contraditória. Para uns foi um período marcado por sentimentos de fracasso e renúncia, para outros o sofrimento vivenciado foi necessário, pois hoje estão colhendo “bons frutos”, são donos de terras geradoras de oportunidades e riquezas.

Assim, interessa para nós compreendermos como os migrantes se estabeleceram na nova região, como as redes de trabalho e costumes e os estilos de vida contribuíram para elaboração de uma identidade dos “pioneiros” de Santa Rita do Trivelato.

A história oral se materializa na produção escrita dos relatos de experiências dos diferentes sujeitos. E, os relatos de experiências são portadores de narrativas subjetivas, uma vez que residem na memória os fatos que marcam os relatos e a memória é dinâmica.

Da mesma forma que a história oral nos deu subsídio para transformar os relatos em documento escrito, também nos forneceu os vestígios e informações a respeito dos outros moradores da Gleba de Trivelato antes de 1977.

Outro aspecto relevante foi a negação da presença de outras pessoas no período da colonização, bem como a ausência de conflitos pela posse da terra. Os entrevistados “quiseram passar” uma imagem de tranquilidade sobre a ocupação das terras em Santa Rita do Trivelato.

Sobre os conflitos pela posse da terra, 05 entrevistados disseram que nas terras vendidas pela Colonizadora Trivelato não existiu nenhum tipo de conflito, eram áreas documentadas, não havia posseiros.

Um dos entrevistados, ao ser indagado sobre o conflito e disputa pela posse da terra em Santa Rita do Trivelato no período estudado, pediu para desligar o gravador e disse que tem conhecimento de 02 (dois) conflitos envolvendo a disputa pela terra no entorno da vila, os anos ele afirmou não se lembrar, no entanto, estes conflitos não envolveram as terras da colonizadora.

Segundo o entrevistado essa disputa se deu próximo do rio Teles Pires, na divisa do município de Sorriso e Santa Rita do Trivelato, envolvendo pistoleiros, posseiros e fazendeiros, e que um dos pistoleiros ainda está vivo e sua família atualmente reside no município e por isso não poderia falar muito, mas que ainda hoje tem terras em litígio no município, no entanto, afirma que essas não foram vendidas pela Colonizadora Trivelatto, e sim por terceiros. Conforme relato, “[...] *mas com as terras da colonizadora não tinha problema nenhum, era tudo legalizada. Quando nós chegamos aqui não tinha ninguém, nós fomos os primeiros a abrir aqui [...]*” (S.T.B.).

Em relação aos indígenas e “cuiabanos”<sup>27</sup>, a afirmação é que eles moravam no município de Nobres e sempre moraram

---

27 Cuiabano é a denominação que os “pioneiros” usam para falar dos mato-grossenses. Para eles todos os mato-grossenses, independente da naturalidade, são sempre chamados de cuiabanos.

lá, não havia deslocamento de lá para cá, o que os levou a afirmar que as terras onde a vila se desenvolveu de fato constituía um “espaço vazio”.

*Aqui na cidade não tinha índio e nem cuiabano, mas nessa estrada aqui na BR 163, tinha uma balsa no rio Teles Pires, que atravessa o povo, mas aqui não tinha nada, aqui em Santa Rita digamos tinha 04 moradores e com a minha família 05 moradores (S.T.B.).*

O começo da colonização de Santa Rita do Trivelato para os entrevistados foi marcado por tempos difíceis, no entanto, o fato das terras serem legalizadas, teve uma avaliação positiva em relação à colonizadora.

Os entrevistados atribuem a legalização da área adquirida pela Colonizadora Trivelatto pertencerem anteriormente ao senhor Ubiratan Spinelli, deputado estadual de Mato Grosso, que era um “homem sério e honesto”.

A seguir apresentaremos o mapa de Santa Rita do Trivelato, considerando que este trabalho foi escrito a partir História Local. Compreendemos que é importante situarmos os nossos leitores sobre a localização geográfica e o histórico do município.

Fotografia 1: Imagem cartográfica de Santa Rita do Trivelato



Fonte: IBGE (2019)<sup>28</sup>.

O município de Santa Rita do Trivelato foi criado por meio da Lei Estadual nº 7.234, de 28 de dezembro de 1999 de autoria do Deputado Estadual Nico Baracat, sendo desmembrado do município de Nova Mutum. Tem uma extensão territorial de 3.345 km<sup>2</sup>, está localizado a 357 km da capital Cuiabá, fazendo limites com os municípios de Nova Mutum, Sorriso, Boa Esperança do Norte, Rosário Oeste e Nobres. Pertence à Mesorregião Norte Mato-grossense Microrregião Alto Teles Pires (Ferreira, 2001). O relevo pertence à Chapada dos Parecis, Bacia Hidrográfica, Grande Bacia Amazônica e o clima é Tropical quente e úmido com quatro meses de seca de maio a agosto. Precipitação anual de 2.000 mm, com intensidade

---

28 Disponível em: [www.cidade.ibge.com](http://www.cidade.ibge.com). Acesso em: 05 jun. 2019.

máxima em janeiro, fevereiro e março, temperatura média anual de 24° C, maior máxima 38° C, menor 4° C<sup>29</sup>.

A sua população estimada é 3.330 habitantes, densidade demográfica de 0,53 hab./km. O município ocupa a posição de 133° dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso em relação à economia, pois apresenta um Produto Interno Bruto - PIB per capita de R\$ 167.966, 16, ocupando 18° lugar dos 5.570 municípios do país, o 2° lugar dos 141 municípios do estado, e 1° lugar na microrregião 9<sup>o30</sup>. Tem na agricultura e pecuária a sua principal atividade econômica<sup>31</sup>.

O município de Santa Rita do Trivelato é cortado por diversos rios e nascentes, incluindo o Rio Teles Pires, o Rio Verde, o Rio Beija Flor, o Rio Morocó e a nascente do Rio Cuiabá. A vegetação existente no município é constituída principalmente por cerrado e mata de transição amazônica<sup>32</sup>.

No município de Santa Rita do Trivelato estão situadas duas Áreas de Proteção Ambiental Estadual, sendo elas: a APA Salto Magessi e a APA Cabeceiras do Rio Cuiabá. O Salto Magessi, no Rio Teles Pires, é a principal atração turística

---

29 Disponível em: [www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br](http://www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br). Acesso em: 06 jun. 2019.

30 Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br). Acesso em: 06 jun. 2019.

31 Disponível em: [www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br](http://www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br). Acesso em: 06 jun. 2019.

32 Disponível em: [www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br](http://www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br). Acesso em: 06 jun. 2019.

do município, sendo um dos mais belos pontos turísticos do Estado de Mato Grosso, onde é realizado o festival da pesca<sup>33</sup>.

Na seção 03, dialogamos a partir das narrativas dos migrantes sobre a colonização, produzindo sentido para História Local a partir do que os “pioneiros” consideram ser importante de serem preservados, contado e recontado as gerações futuras.

---

33 Disponível em: [www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br](http://www.camarasantaritadotrivelato.mt.gov.br). Acesso em: 06 jun. 2019.

# NARRATIVAS QUE PRODUZEM SENTIDOS: A COLONIZAÇÃO NO RELATO DOS MIGRANTES

## 2.1. A “TERRA PROMETIDA” NOS RELATOS DOS MIGRANTES

*Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.*

(Holanda, 1985, p. 173)

O excerto acima expressa a intenção que almejamos nas narrativas dos migrantes, ditos “pioneiros”. Essas narrativas são importantes e produzem um sentido para aqueles que narram e para os seus ouvintes. Narrar é próprio da condição humana, que nos deixam as suas marcas e testemunhos, escritas ou

contadas, enunciando a sua presença e demarcando um espaço e tempo definido.

Nesta seção analisamos a colonização de Santa Rita do Trivelato a partir das vozes dos migrantes, por meio das narrativas orais de homens e mulheres que foram os primeiros a chegar ao lugarejo chamado Gleba Trivelato, nos anos de 1977, 1978 e 1979, respectivamente e requerem para si o título de “pioneiros”.

Ao escrever sobre as narrativas, tomamos como a base a definição elaborada por Hobsbawn (1998), que nos permite pensar a “narrativa como processo de constituição de sentido a experiência do tempo” (Hobsbawn, p. 95). Ou seja, as narrativas dos nossos interlocutores correspondem aos objetivos do nosso trabalho de elaborar um sentido que represente a identidade dos “pioneiros” da cidade, não por meio de outras histórias, mas das histórias que eles contam.

Sobre a produção de sentido das narrativas, Errante (2000), escreveu,

Sabemos que todas as narrativas, sejam elas orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais e não oficiais, são ‘narrativas de identidades’, tanto que elas são representações da realidade nas quais os narradores também comunicam como eles vêem a si mesmos e como eles são vistos pelos outros (Errante, 2000, p. 45).

As narrativas de memórias se inserem na produção de patrimônios que dizem respeito à sociedade a que pertencem

os seus interlocutores que se reconhecem como participantes da história sobre o município de Santa Rita do Trivelato.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC/2018 (Brasil, 2018), no seu texto orientativo para o Ensino de História, traz contribuições importantes no sentido de romper com uma visão homogênea da produção de sentido pelos diferentes sujeitos.

Ao elencar as competências para o Ensino de História, o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos convida a refletir sobre a intencionalidade da produção do conhecimento escolar no âmbito das salas de aula, destacando a importância do ensino da História Local a partir dos diversos registros, entre eles as memórias como produtoras de identidade dos grupos sociais.

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e pode ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos específicos (Brasil, 2018, p. 404).

Ao falarmos das narrativas recorreremos à memória. Se o ato de narrar é próprio da condição humana, a memória por sua vez é um elemento essencial do ato narrativo, pois é ela a conexão necessária entre a narrativa, a história e a construção da identidade local.

A memória e a história, embora constituam as narrativas, não significam a mesma coisa e também não se opõem uma à outra, mas se complementam, mantendo entre si uma relação dialógica, se materializando na escrita (Ricouer, 2007). A memória nas palavras de Cardozo (2013, p. 35) “inscreve-se como uma construção social e coletiva”, por isso mesmo, se dá no campo da subjetividade, mediada por um processo de interpretação sobre as experiências vividas e seus significados.

As lembranças sobre a chegada e os primeiros anos da colonização de Santa Rita do Trivelato vão tomando forma por meio das narrativas, pessoas e acontecimentos; são as histórias que marcaram esses momentos que compõem as narrativas dos migrantes.

E, por isso, diante da existência de poucos documentos escritos, passamos a organizar este trabalho na perspectiva da história oral, partindo da definição de Ferreira (2012),

[...] na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes, e a instância da memória passa necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes; a narrativa, a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador [...] (Ferreira, 2012, p. 172).

As narrativas de memórias dos colaboradores nos permitiram construir outra história, uma história recuperada e recriada por diferentes sujeitos, construindo outros enredos e

possibilidades de leitura, diferenciando-se substancialmente da história oficial do município estudado.

Os documentos escritos, assim como as fontes orais, são relevantes para a escrita sobre a fundação de Santa Rita do Trivelato, não como um testemunho do passado, mas como indícios e vestígios sobre o passado. “As fontes não são mais as provas positivistas, mas devem ser lidas, interpretadas, compreendidas como indícios e vestígios” (Oliveira, 2009, p. 43).

Concordamos com Oliveira (2009) de que as fontes escritas, orais e iconográficas devem ser tidas como vestígios, portanto, devem ser tomadas pelos historiadores como ponto inicial para a pesquisa e nunca como ponto final, pois são possibilidades de leitura e escrita, e, ainda não é a história.

Ainda sobre o uso das diversas fontes históricas, vimos uma renovação na compreensão da noção de documento, uma vez que passou a considerar os vestígios deixados pelo homem como fonte, sejam elas os documentos escritos, relatos orais, fotografias, monumentos, entre outros.

A partir das leituras feitas sobre a história oral, compreendemos que ela é um recurso que nos permite “produzir” fontes históricas quando não há outras, ou quando as fontes existentes não respondem aos objetivos da pesquisa, e assim elaborar uma documentação diferenciada para a escrita da História.

A história oral possibilita aos pesquisadores ouvir os sujeitos que estão à margem da produção da historiografia oficial, geralmente aqueles que são excluídos dos movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Sendo assim, a história oral é subjetiva, representando uma visão parcial dos acontecimentos. Ela se dá a partir das diferentes memórias, sendo elas individuais ou coletivas. Sobre a história oral Thompson (1998, p. 337) escreveu que “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas”.

Nesse sentido, nos apropriamos da escrita de Thompson (1998) observando que essa história contada pelos entrevistados, relatam experiências individuais e coletivas a partir do referencial da história oral, trazendo para a história de município de Santa Rita do Trivelato narrativas plurais sobre a colonização, “[...] vivemos um fato, uma situação que compartilhamos com outros, mas cada um vive essa situação individual, pessoal, e, nesse sentido, singular [...]” (Cardozo, 2011, p. 49-50).

Embora os sujeitos pesquisados tenham se referido ao mesmo tempo histórico e acontecimentos, suas experiências foram únicas e ganharam sentidos diversos, considerando que as narrativas não são cópias da realidade, mas representações nas quais atribuem significados às experiências vividas.

Entendemos que a colonização não se deu de forma isolada ou contando com a participação de apenas um

indivíduo ou grupo, mas inserida no contexto de deslocamento e ocupação da Amazônia Legal em que vários grupos e sujeitos, por diferentes razões, migraram de outras partes do país para o norte do estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, os relatos de memórias dos “pioneiros” são importantes fontes históricas que nos permitem pensar em outras formas de documentar e narrar a história da fundação do município Santa Rita do Trivelato, a partir das narrativas daqueles que a vivenciaram e selecionaram nas lembranças os momentos que consideram importantes para serem registrados. Essas narrativas não se apegam a comprovação de “verdade”, mas cabe observar que para aqueles que narram elas são expressão de uma verdade sobre aquilo que é narrado.

O fragmento abaixo, nos mostra como a história oficial do município é apresentada no site da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, constando somente que a área foi adquirida pela Colonizadora Trivelatto no ano de 1977.

A região onde se localiza a cidade de Santa Rita do Trivelato foi adquirida pela Colonizadora Trivelato no ano de 1977, que iniciou a venda dos terrenos rurais para agricultores provenientes da Região Sul do Brasil atraídos pelas atividades agropecuárias, principalmente pela cultura do arroz. A cidade é atualmente conhecida no país por ter sido o município com o maior crescimento econômico do país entre os anos de 1991 e 2003, cerca de 82% ao ano<sup>34</sup>.

---

34 Este fragmento sobre a história do município foi retirada do site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato. Disponível em: [www.santaritadotrivelato.mt.gov.br](http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br). Acesso em: 10 jun. 2019.

Além do texto disponível no site da prefeitura, temos outra versão que faz uma apresentação sobre a fundação da cidade. O livro *Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato: fundação e história*, de autoria do Padre José Renato Schaefer revela que a Colonizadora Trivelatto adquiriu uma área de terras de Ubiritan Spinelli dono da Empresa Rio Novo com sede em Várzea Grande, destinado à colonização particular dessa gleba que era conhecida como Lagoa das Conchas.

No relato de Schaefer (2003) os “pioneiros” começaram a chegar ao local a partir de 1978, atraídos pelas propagandas

da Colonizadora Trivelatto, vindos de Cascavel<sup>35</sup> e Corbélia<sup>36</sup> no estado do Paraná.

35 A vila começou a tomar forma em 28 de março de 1928, quando José Silvério de Oliveira, o Nhô Jeca, arrendou as terras do colono Antônio José Elias nas quais se encontrava a Encruzilhada dos Gomes, localizada no entroncamento de várias trilhas abertas por ervateiros, tropeiros e militares, onde montou seu armazém. Seu espírito empreendedor foi fundamental para a chegada de novas pessoas, que traziam idéias e investimentos. Na década de 1930, com o ciclo da erva-mate já extinto, iniciou-se o ciclo da madeira, que atraiu grande número de famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, em especial, colonos poloneses, alemães e italianos, que juntos formaram a base populacional da cidade. Em 1934, foi criado o distrito policial de Cascavel. Posteriormente, instalou-se o distrito judiciário e o distrito administrativo, todos integrantes do município de Foz do Iguaçu. Na medida em que as áreas de mata nativa eram esgotadas, a extração madeireira cedia lugar ao setor agropecuário, base econômica do município até os dias atuais. A vila foi oficializada pela prefeitura de Foz do Iguaçu em 1936, já com a denominação de Cascavel. Entretanto, o prelado daquela cidade, monsenhor Guilherme Maria Thiletzek, rebatizou-a como Aparecida dos Portos, nome que não vingou entre a população.

Em 20 de outubro de 1938, já com a denominação definitiva de Cascavel, a localidade foi alçada à condição de sede de distrito administrativo, nos termos da Lei n.º 7.573. A emancipação finalmente ocorreu em 14 de dezembro de 1952, juntamente com a cidade vizinha Toledo, mas por muito tempo a comemoração se deu no dia 14 de novembro de cada ano, devido a uma confusão entre a proposta do governador do estado da época, e a efetiva assinatura da lei. Encerrado o ciclo da madeira, no final da década de 1970, Cascavel iniciou a fase de industrialização da cidade, concomitantemente com o aumento da atividade agropecuária, notadamente soja e milho. Cascavel possui uma topografia privilegiada, fato que facilitou seu desenvolvimento e permitiu a construção de ruas e avenidas largas e bairros bem distribuídos. Hoje, Cascavel é conhecida como a Capital do Oeste Paranaense, por ser o pólo econômico da região e um dos maiores municípios do Paraná. Disponível em: [www.cascavel.atende.net](http://www.cascavel.atende.net). Acesso em: 20 abr. 2019.

36 O município de Corbélia era distrito de Cascavel e através da Lei Estadual nº4382 de 10 de junho de 1961 foi emancipado e fundado em 08 de Dezembro de 1961. Os habitantes primitivos da região foram os índios caingangues. Na década de 40, no início da colonização da região chegaram as primeiras famílias dos pioneiros vindos de diversas localidades do país. O nome de Corbélia vem do francês “Corbeille” e significa pequeno cesto de flores. Segundo a tradição esta foi a designação sugerida por Dona Iracema Zanato, florista e esposa de Armando Zanato, um dos primeiros colonizadores fundadores da cidade de Corbélia. O crescimento inicial de Corbélia foi rápido. De 2.252 habitantes, no início da década de 60, evoluiu para 39.834 habitantes, no princípio dos anos 70, na sua primeira década a zona rural tinha 1.852 habitantes e na década seguinte, 36.799, isso se conclui que a expansão do espaço agrário em Corbélia centrou-se na ampliação das áreas agrícolas. É interessante registrar uma particularidade de Corbélia, os nomes de suas avenidas é uma homenagem aos colonizadores do município, com referência aos seus estados

Dessa forma, cabe a nós indagarmos: o que os documentos oficiais nos dizem a respeito da colonização? Todos os colonizadores estão representados, ou há silêncios e omissões acerca de sujeitos e/ou grupos de colonizadores? Que memórias e identidades são produzidas sobre os pioneiros nos discursos e documentos oficiais?

O hino de Santa Rita do Trivelato, ao compor os documentos oficiais da cidade, produz um discurso de exaltação ao migrante, ao mesmo tempo em que silencia aqueles sujeitos e grupos não pertencentes ao poder político e econômico da cidade<sup>37</sup>.

Nele os “pioneiros” representados como personagens de sucesso e com grande importância para o desenvolvimento local, reforçam a ideia de progresso e crescimento econômico, dando visibilidade aos “pioneiros” que conseguiram ascender social e economicamente, por isso, dignos de serem lembrados.

A partir destes questionamentos, compreendemos que as respostas podem ser obtidas no trabalho com as fontes orais, pois elas nos possibilitam ouvir aqueles que por algum

---

de origem. As praças públicas recebem denominações de Países. Enquanto todas as ruas são denominadas com nomes de flores, para simbolizarem uma Corbélia. Corbélia esteve ligada a Cascavel até 1961, tem sua história de ocupação do espaço vinculada a este município. Uma história que faz parte do contexto amplo da ocupação e desenvolvimento do Oeste e do Brasil. Disponível em: <http://www.corbelia.pr.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2019.

37 Letra do Hino de Santa Rita do Trivelato. Disponível em: <https://santaritadotrivelato.mt.gov.br/home>. Acesso em: 20 abr. 2019.

motivo foram silenciados intencionalmente nos discursos oficiais.

Dessa maneira, a história oral tem contribuído para a produção de outras narrativas, configurando-se como uma possibilidade para que os grupos excluídos possam produzir narrativas diferentes das que foram produzidas oficialmente. Sobre isso Meihy e Holanda (2007) argumentam que:

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas – principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, pessoas com necessidades especiais, além de migrantes, imigrantes e exilados – têm encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias (Meihy; Holanda, 2007, p. 26).

Assim, a história oral nos subsidiou no exercício de ouvir os diferentes migrantes, escrevendo outro enredo sobre a fundação da cidade, não numa perspectiva memorialista e nem de exaltação dos “pioneiros” como mito fundador, mas como narrativas de contestação, produzidas a partir daquilo que teve significado para cada entrevistado diante dos discursos oficiais e em contraposição aos mesmos.

Estabelecemos com os colaboradores um diálogo pautado na confiança e respeito, pois para termos êxito nas entrevistas fizemos alguns combinados, garantindo a eles que

não divulgaríamos os assuntos que não nos autorizassem, embora fossem importantes para a feitura deste trabalho<sup>38</sup>.

Através das entrevistas houve uma aproximação entre o pesquisador e pesquisado. No entanto, observamos que embora estejamos conectados para falar de um mesmo acontecimento os interesses são diferentes, o interesse do pesquisador ao ouvir e registrar as narrativas é obter respostas para o objeto de estudo e, ao pesquisado, interessa o relato daquilo que foi importante para ele, ou que tem um sentimento afetivo, criando uma identidade sobre e para si.

As histórias narradas são como escreveu Pollak (1989, p. 05), “reconstrução da identidade e essa reconstrução permite a cada indivíduo definir o seu lugar social e suas relações com os outros”.

As entrevistas permitiram aos entrevistados reconstruir a sua identidade, pois no momento em que falam são autores de sua história, reconhecendo o seu projeto de vida como sujeitos que transformam a sociedade em que vivem ao mesmo tempo em que são transformados por ela.

---

38 O percurso realizado para gravação das entrevistas deu-se a partir da orientação no livro *História Oral*, como fazer como pensar, iniciamos pela a apresentação do projeto, explicando o motivo da escolha de cada colaborador para a escrita da dissertação, alguns demonstraram insegurança por “falarem errado”, esclarecemos a eles que utilizaríamos a transcrição no momento da escrita, em que faríamos a correção sem alterar o que eles nos contaram, em seguida marcamos o horário, o dia e o local que ficasse melhor para cada um. Meihy e Holanda definem que a história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas (Meihy; Holanda, 2007, p. 15).

Nesse contexto, é importante especificar a temporalidade acima, considerando que no transcorrer dos anos de 1980 em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas pelos “pioneiros” e a intensa propaganda do estado, começaram a chegar à Vila Trivelato grandes empresários, iniciando uma segunda fase no processo de colonização.

A colonização de Santa Rita do Trivelato na década de 1970 está conectada a política fundiária lançada pelo governo federal no mesmo período, com o objetivo de ocupar os ditos “espaços vazios” como estratégia para controlar e diminuir as tensões sociais que estavam se agravando no país.

Sendo assim, a partir de 1977 começaram a chegar às primeiras famílias vindas de Santa Cruz, Nova Aurora, Marechal Cândido Rondon, Corbélia e Cascavel, municípios do estado do Paraná.

Nos anos de 1970, o governo federal investiu na propaganda divulgada nos principais jornais do país, com o intuito de produzir uma imagem positiva da Amazônia como alternativa para a solução da crise social existentes no país.

No final da década 1970, o estado de Mato Grosso seguindo o exemplo do governo federal, nas edições do Jornal do Dia e Jornal Estado de Mato Grosso<sup>39</sup> traziam estampadas

---

39 O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 07 de janeiro de 1976. Ano XXXVII – nº 7.261, p. 06. Editorial: Uma nova imagem para Mato Grosso. Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional (NDHIR). Essa fonte foi inventariada por Custódio (2005) e consultada por mim em 2019, seguindo os vestígios da autora.

em suas páginas notícias e manchetes que se encarregavam da divulgação e propagandas sobre a ocupação das terras mato grossenses, e a exaltação da Amazônia Legal como um “eldorado”.

Nos discursos oficiais divulgavam a ideia que a colonização da Amazônia deveria ser realizada por brasileiros e o governo federal e estadual apresentavam o argumento que foi também explorado pelo empresário Ênio Pipino, por ocasião da Conferência realizada na Academia de Letras da Universidade Mackenzie, em São Paulo, na 1ª Semana da Amazônia, afirmando ser essa região uma solução para a crise originada pelos minifúndios dos Estados sulinos<sup>40</sup>.

Defendendo a ideia de que o fenômeno de colonização da Amazônia deve ser realizado por empresas brasileiras com tradição nesse campo de trabalho; que os fluxos migratórios do Brasil meridional, face aos problemas criados pelos minifúndios dos Estados sulinos, devem ser encaminhados para as imensidões verdes, inclusive através de um dos ‘portais da Amazônia’ que é Cuiabá (Cuiabá, 1979a, p. 01).

Nesse sentido, o governo estadual por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, juntamente com as empresas de colonização particulares passaram a orientar a venda de terras do e no estado de Mato Grosso. É nesse cenário que a Colonizadora Trivelatto, “seduzida” pela propaganda governamental da criação da nova “fronteira

---

40 Ênio Pipino foi empresário e dono da Colonizadora Sociedade Imobiliária Nordeste do Paraná – SINOP.

agrícola” na Amazônia Legal, e todos os benefícios do governo federal e estadual adquiriu uma área de 27 mil hectares de terras da família Spinelli, repassando aos colonos do sul do país, que estavam sendo “empurrados” daquela região, devido à ampliação e modernização da agricultura voltada aos interesses capitalista nacional e internacional (Cuiabá, 1979a).

Legitimando o discurso do senhor Enio Pipino, embora os pequenos proprietários não se reconhecessem como criadores de problemas para os grandes fazendeiros, essa estratégia pode ser observada na fala do senhor H. O. que nos relatou o seguinte:

*É, nós tínhamos sítio lá, mas lá no Paraná são sítios pequenos. E comércio também... Eu tinha o sítio e o comércio, sempre fui comerciante. O nosso sítio era pequeno, mas não era agricultura familiar. Na região, naquele tempo era tudo sítio de 10 alqueires, depois que os poderosos abraçaram a coisa né, eles foram comprando..., é igual aqui, aqui tá mesma coisa (H.O.).*

Da mesma maneira que os empresários, donos das colonizadoras particulares, viam nos minifúndios um entrave ao processo de mecanização e modernização nas lavouras do sul do país, os pequenos proprietários segundo o relato do senhor H. O. veem os “poderosos”, que foram comprando as terras e os expulsando para outras regiões, como causadores dos problemas sociais, pois os pequenos agricultores eram obrigados a vender suas terras e ir em busca de um novo pedaço de terra.

[...] No Rio Grande do Sul e no Paraná, a disseminação da soja e do trigo, trouxe consigo a concentração fundiária e a expulsão dos lavradores, muitos dos quais se lançaram nas estradas, a caminho do Mato Grosso e de Rondônia (Martins, 1984, p. 37).

Esse relato revela as estratégias em que a Colonizadora Trivelatto trocava as terras férteis e mais valorizadas no Paraná, por áreas maiores e mais baratas em Mato Grosso, garantindo a “fertilidade da terra”. Nas palavras do senhor S. T. B. a colonizadora foi a única que obteve lucros nesse tipo de negociação. De acordo com ele, no Paraná, sua família entregou seis alqueires e aqui conseguiram negociar uma área de 242.40 alqueires, contraindo uma dívida junto à colonizadora,

*Meu pai tinha terra lá no Paraná, tinha seis alqueires e meio escriturado, e um alqueire e meio que não era escriturado. Então para fazer o negócio e vir para o Mato Grosso, trocamos nossas terras lá, e não entrou aquele um alqueire e meio no negócio. Trocamos lá por aqui e ainda ficamos devendo duzentos e sete cruzeiros da troca da terra do Paraná com Mato Grosso. O tamanho da área aqui era 242.40 alqueires (S.T.B.).*

Ao analisar a questão fundiária da Amazônia a partir de 1973 e sobre os lucros obtidos com a colonização, Martins (1984) argumenta que:

Já em 1973, antes, portanto, de encerradas as operações militares de busca e aniquilamento na área de conflito, conforme vimos, o governo reorientara a sua política fundiária em favor da grande empresa, agropecuária ou de colonização. Mesmo a instalação de pequenos produtores passou a ter como clientela preferencial o lavrador

do Sul, capaz de vender sua pequena parcela e comprar outra área maior na Amazônia, fazendo da empresa privada de colonização o instrumento e a beneficiária dessa mudança. Na concepção governamental, a área-problema deixou de ser o Nordeste e passou a ser o Sul, o que permitiu conciliar a segurança e desenvolvimento, desativação de focos de tensão nas áreas mais politizadas de minifúndio e lucro das empresas de colonização (Martins, 1984, p. 53).

Pode-se afirmar que as primeiras famílias que vieram para Santa Rita do Trivelato saíram de cidades próximas a Cascavel, devido a Colonizadora Trivelatto ter escritório na cidade, favorecendo o contato com os corretores para venda de terras, observando que a colonizadora atuou como intermediária - ela trocava os minifúndios por áreas maiores em Mato Grosso.

Nessa negociação a colonizadora repassava os pequenos sítios para os grandes proprietários do Paraná, o que significa dizer que nessa empreitada a colonizadora ganhou muito dinheiro, considerando que as terras de lá eram “melhores”, ou seja, no Paraná, as terras já estavam preparadas e mecanizadas, e as terras mato-grossenses precisavam ser transformadas em áreas produtivas, segundo os relatos.

Desta forma, os colonizadores particulares souberam explorar a imagem da Amazônia como “terras de oportunidades”, elaboradas pelos governantes, como se verifica nos relatos de alguns entrevistados. A Colonizadora Trivelatto para aqueles que não tinham condições financeiras de adquirir um lote em

Mato Grosso, trocava os pequenos lotes no Paraná, por áreas até dez vezes maiores no estado.

A imagem que as colonizadoras criavam sobre si, como se pode observar no discurso do senhor Enio Pipino dono da Colonizadora Sociedade Imobiliária Nordeste do Paraná (SINOP), eram essenciais para que os empreendimentos dessem certo, pois as colonizadoras que atuaram nas vendas de terras no estado possuíam “tradição” no mercado imobiliário.

Enio Pipino, em defesa das empresas imobiliárias com “tradição”, afirmava que elas seriam responsáveis por encaminhar e controlar o acesso a terra convergindo com a ideia dos governos militares de que as terras da Amazônia deveriam ser integradas aos grandes centros produtores e ocupadas somente por brasileiros.

Os contingentes migratórios do sul do Brasil devem caminhar para a Amazônia, não se desviando para outros países, num fenômeno de colonização que precisa ser realizado por empresas particulares que, com tradição, devem procurar multiplicar a presença brasileira na continentalidade amazônica, concluiu o colonizador Enio Pipino (Cuiabá, 1979a, p. 01).

O desafio apresentado, nas palavras Enio Pipino, para o colonizador, era levar os contingentes migratórios do sul do país para ocupar um território comparado nessa passagem a dimensões continentais, reforçando a ideia da Amazônia como um grande “espaço vazio”. E, assim a “missão” das empresas particulares era garantir a efetiva ocupação destes espaços.

E, para multiplicar a presença dos brasileiros na Amazônia, os colonizadores buscavam junto aos órgãos federais apoio por meio dos programas nacionais que concediam créditos e financiamentos àqueles que precisavam, dando a ideia de que estavam contribuindo para o crescimento da economia local, estadual e nacional, ajudando a colonizar áreas até então improdutivas.

De modo semelhante ao que foi proferido por Enio Pipino, alguns colonos afirmaram que a Colonizadora Trivelatto deu suporte à eles, venderam terras legalizadas junto ao órgão estadual competente - INCRA, cumprindo com os compromissos assumidos no contrato de venda das terras.

Para outros, a imagem de empresa com tradição caiu por terra logo no primeiro ano de trabalho em Mato Grosso, uma vez que no Paraná entregaram terras férteis e produtivas e no norte do estado as terras só produziam arroz desde que fossem “corrigidas” com adubos.

## **2.2. A COLONIZAÇÃO NA CONCEPÇÃO DOS “PIONEIROS”**

No contexto da colonização do norte do estado na década de 1970, figura a colonização de Santa Rita do Trivelato, apresentada pelos primeiros moradores do lugar, como portadora de uma diversidade de informações e

conhecimentos que nos é possível conhecer por meio da memória, na qual os “velhos são os guardiões”.

Assim, concordamos com Bosi (1994, p. 63), ao escrever sobre “lugar social” dos velhos, cuja finalidade principal seria “a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”.

Apresentamos a seguir alguns daqueles que, conforme Bosi (1994), podemos considerar como guardiões da memória e da história da colonização de Santa Rita do Trivelato.

As entrevistas que compõem o trabalho foram realizadas entre os meses de abril a junho do ano de 2019, com 04 homens e 02 mulheres na faixa etária de 60 anos a 80, no momento das entrevistas, moradores de Santa Rita do Trivelato há mais de 40 anos. Os entrevistados são identificados apenas pelas iniciais dos nomes e sobrenome.

Quadro 1: Quadro de entrevistados

Nome	H.O.	S.T.B.	A.G.S.	L.B.	M.B.O.	R.O.
Nascimento	1939	1958	1959	1942	1944	1960
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Naturalidade	Guarani das Missões – RS	Conselheiro Pena – MG	Marechal Cândido Rondon – PR	Frederico Westphalen – RS	Toledo – PR	Florianópolis – SC
Procedência	Santa Cruz – PR	Nova Aurora – PR	Marechal Cândido Rondon – PR	Corbelia – PR	Cascavel – PR	Cascavel – PR

<b>Ano da chegada em Santa Rita do Trivelato</b>	1977	1978	1979	1979	1977	1977
<b>Profissão</b>	Agricultor e comerciante	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Técnica em Enfermagem	Professora
<b>Estado civil</b>	Casado	Casado	Casado	Casado	Casada	Solteira

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses “guardiães da memória”, nos relataram sobre os sonhos e motivos que os fizeram deslocar-se para Mato Grosso, falaram das expectativas e frustrações, do fracasso e do reconhecimento que alcançaram em Santa Rita do Trivelato, que sob a influência do estado por meio da colonização dirigida, vieram aventurar-se nessas terras ou como alguns dizem “tentar a sorte”, passando por alguns lugares antes da chegada a Lagoa das Conchas.

O sentimento de fazer parte dessa história, de poder narrar as experiências vividas no lugar e o fato delas serem tomadas como ponto inicial para o Ensino de História, foi tido pelos “pioneiros” como uma das formas de reconhecimento que eles esperavam, por serem considerados como “gente importante”, na história de Santa Rita do Trivelato.

Narraram as estratégias utilizadas pelos governos federal e estadual de ocupação da Amazônia Legal, tiveram na propaganda e nos incentivos financeiros os elementos essenciais, responsáveis por promoverem o deslocamento

de várias famílias do estado do Paraná para a região norte do estado.

Dos diversos programas elaborados pelo governo federal, notamos que a construção da BR 163, ligando as regiões mais distantes às mais desenvolvidas, foi amplamente explorada, dando aos migrantes a ideia de que além das terras férteis, teriam os financiamentos e condições de locomoção e escoamento da sua produção<sup>41</sup>.

No dia 06 de junho de 1979 em entrevista concedida ao Jornal Estado de Mato Grosso o empresário Enio Pipino afirmava que a tarefa dos brasileiros seria ocupar as novas fronteiras, divulgando a seguinte mensagem,

Insistindo na ideia de que a grande tarefa dos brasileiros está na saga da conquista de novas fronteiras, na Amazônia Legal, Enio Pipino sublinhou que a BR 163, construída pelo Exército, ligando Cuiabá, como um dos 'Portais da Amazônia', a Santarém, no Grande Rio, constituiu-se no maior Corredor de Produção do interior brasileiro. Santarém encontra-se, na sua condição de porto fluvial, a 2.700 milhas marítimas mais próximas aos grandes portos importadores da Europa e dos Estados Unidos, em relação aos atracadouros sulinos (Cuiabá, 1980a, p. 05).

---

41 A BR 163 fez parte do Programa de Integração Nacional – PIN instituído pelo governo federal na década de 1970, sob o lema de “Integrar para não Entregar”. A construção teve início no ano de 1971 e foi concluída 05 anos após. A BR 163 também conhecida como rodovia da integração, foi construída pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção – 9º BEC, ligando Cuiabá a Santarém e interligando as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Disponível em: [www.rotadooeste.com.br](http://www.rotadooeste.com.br). Acesso em: 06 jun. 2019.

A construção da BR 163, idealizada como “corredor de produção”, foi explorada pela Colonizadora Trivelatto na venda de terras em Santa Rita do Trivelato, uma vez que esse corredor passaria pelas terras vendidas pela colonizadora. No entanto, os entrevistados atribuem a alteração do traçado original da “Rodovia da Integração” como um traço negativo que desacelerou o crescimento do lugar.

[...] no início da década de 1970, o traçado original da BR 163, saindo de Cuiabá via Rosário e Nobres, entrava no local chamado Boteco Azul, três quilômetros antes do Posto Gil, à direita na direção do rio Novo, Pacoval e Trivelato (que na época não existiam) e chegava ao rio Teles Pires, onde havia uma ponte de madeira desativada a partir de 1989 com a atual ponte de concreto (Schaefer, 2018, p. 73).

Assim como foi escrito por Schaefer (2018), nos relatos dos colonos, a BR 163 passaria por Santa Rita do Trivelato, Sorriso e Sinop ligando o estado ao Pará, pois lá estava um dos maiores portos de escoamento da safra, o Porto de Santarém inaugurado em 1974<sup>42</sup>.

Essa informação pesou na decisão dos colonos em trocar as suas terras com a Colonizadora Trivelatto, visto que era a oportunidade de realizar o “negócio dos sonhos”, além de ampliarem sua propriedade, teriam empréstimos e financiamentos do governo federal para modernizar a agricultura e a BR 163 facilitaria a venda e o transporte da produção, isso garantiria lucro certo.

---

42 Disponível em: [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br). Acesso em: 08 jun. 2019.

Mas, algumas mudanças no plano político fizeram com que o traçado da BR 163, fosse alterado e a Rodovia da Produção passaria distante da Vila de Trivelato. Um grande fazendeiro paulista, por meio de sua influência política, conseguiu alterar o asfaltamento da rodovia e essa mudança não foi bem vista pelos colonos<sup>43</sup>.

Segundo o colaborador S. T. B. a construção da BR 163 passando por Santa Rita do Trivelato ficou somente nas promessas,

*As firmas fazem dessa maneira, fazem propaganda de qualquer forma, não só firma, como político também. Os políticos vêm e falam uma coisa e fazem outra, por exemplo, aquela ponte que liga Santa Rita do Trivelato a Boa Esperança, distrito de Sorriso, no papel diz que era para ser construída com duas pistas e tal, e ficou só na promessa, promessa é boa, muita gente promete, mas não cumpre, não acontece (S.T.B.).*

Além da construção BR 163, o senhor H. O. relatou que a Colonizadora Trivelatto, ao vender as terras em Santa Rita do Trivelato, divulgava outra informação tentadora, ou seja, havia o projeto de construção de uma usina hidrelétrica

---

43 Segundo Schaefer (2003, p. 73), ao tomar conhecimento do traçado original da BR-163, a mão poderosa de José aparecido Ribeiro entrou em ação, temeroso que sua propriedade e toda a região próxima ficassem “fora de mão” acionou pessoas influentes em Brasília, como o Deputado Federal por São Paulo, Hebert Levy, conseguindo alterar o traçado do asfaltamento da rodovia, contribuindo para que Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde e Sorriso fossem colonizadas.

no Salto Magessi<sup>44</sup>. No entanto, as terras que a colonizadora vendia eram fracas e muitos abandonaram-nas ou acabaram perdendo-as por conta das dívidas.

Dessa forma, a população foi diminuindo. Nos primeiros anos a vila tinha cem famílias e no início da década de 1980 não havia quarenta famílias. Isso contribuiu para que os moradores da Vila Trivelato perdessem alguns benefícios. O senhor H. O. descreveu como a colonizadora convencia as pessoas a comprarem terras em Santa Rita do Trivelato,

*Sim, inclusive veio uma vez um maquinário construir a usina do Salto Magessi, era uma usina hidrelétrica e a rodovia. A rodovia por aqui, porque lá por cima essa só tinha buraqueira. Mas, como lá entrou gen... Porque lá as áreas eram mais limpas, assim parecia que era melhor e era mesmo. Nós fomos mais para o fundo como até hoje né. Então os políticos passaram aquela rodovia por cima, mas ia passar tudo por aqui... (silêncio). E, a colonizadora vendia falando que a rodovia ia passar por aqui, e que a energia seria gerada aqui, inclusive essa usina nossa aí sabe para onde que foi levada? Depois daqui, foi construída em Apiacás. É que na verdade naquele tempo o nosso lugar aqui era fraco, político até nós tinha mas era tão pouca gente. Essa informação pode não ter chegado aos livros, mas tinha o projeto sim,*

44 O acidente geográfico mais importante da região é o Salto Magessi, localizado no rio Teles Pires, limites entre os municípios de Santa Rita do Trivelato e Sorriso. O nome do Salto é uma homenagem ao Barão de Vila Bela, Capitão General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, que governou a capitania de Mato Grosso de 1819 a 1821. Magessi foi o nono e último Capitão General da Capitania de Mato Grosso. Quem descobriu e deu o nome ao Salto, foi Antônio Peixoto de Azevedo que, em 1819, fez um levantamento fluvial do rio, denominado na época, de Rio Paranatinga. O Salto Magessi fica localizado a 30 Km da sede do município de Santa Rita do Trivelato. Disponível em: [www.santaritadotrivelato.mt.gov.br](http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br). Acesso em: 09 jun. 2019.

*veio uma barbaridade de maquinário, tal e coisa, aí ficaram aí uns 90 dias parados, depois levaram tudo para Apiacás, lá tinha mais gente, estourou por causa do garimpo, lá tinha dinheiro, lá tinha ouro, e tem até hoje, acho que hoje Apiacás é o maior lugar de garimpo no Mato Grosso, então nós perdemos essa parada, e acabamos perdendo a BR 163 (H.O.).*

A colonização de Santa Rita do Trivelato iniciada na década de 70 trazia em seu bojo a imagem de progresso e o investimento teria lucro garantido, mas logo no começo os colonos perceberam que algumas ações não saíam do papel.

Ao falar sobre a projeção de Santa Rita do Trivelato como um lugar “predestinado” ao progresso e desenvolvimento econômico, os pioneiros afirmam que a colonização não correspondeu às expectativas.

Para eles, a colonização foi um empreendimento que não deu certo, atribuindo o seu insucesso à questões não só naturais, mas, sobretudo políticas e econômicas.

O senhor A. G. S. nos contou que sua família assim como o senhor H. O., foi influenciada a comprar terras da Colonizadora Trivelatto, considerando que o lugar iria desenvolver com a passagem da BR 163 por Trivelato. No entanto, em seus relatos fazem uma denúncia sobre a mudança do traçado da Rodovia da Integração, que por meio de uma negociação política a BR 163 foi desviada.

*A antiga estrada 163 iria passar por aqui, entrava lá no posto Gil onde é até hoje entrada. Vamos dizer a antiga estrada cortava por aqui com*

*destino a Rio Fértil onde era um seringal aí para dentro. Depois iniciou Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso. E porque lá teve politicagem mais forte, jogaram a BR para lá né. O traçado original da BR 163 ligando o norte do Estado ao Distrito Federal passava por aqui, lá por Mutum não tinha nem estrada (A. G. S.).*

Os relatos dos senhores H.O. e A. G. S. apresentam duas situações que nos permitem constatar a interferência política nas novas áreas colonizadas, bem como a inserção das terras mato-grossenses no projeto nacional de “integrar para não entregar”, política elaborada pelos governos militares<sup>45</sup>.

Observa-se que os programas lançados pelo governo federal, favoreciam o desenvolvimento dos projetos agropecuários na Amazônia Legal, bem como a exploração dos recursos naturais pelos monopólios internacionais.

Sob o lema de “Integrar para não Entregar” elaborado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) desenvolvido através do Plano de Integração Nacional (PIN), o governo federal no entendimento de Souza (2008, p. 58) abria caminhos e criava as condições para que a exploração das terras não fosse restrita apenas a agricultura.

Ao citar em seu relato que os benefícios que seriam concedidos aos colonos da Vila Trivelato foram destinados a Apicás, fica evidente que naquele momento a política nacional

---

45 A partir do Governo Médici, criou-se Programa de Integração Nacional – PIN, destinado a construir as Rodovias Transamazônicas e Cuiabá-Santarém (BR 163) (Souza, 2008).

buscava lucrar não só com os projetos agropecuários, mas com a exploração dos recursos naturais, e, sobretudo, com a descoberta de ouro no final da década de 70, e início da exploração na década de 80<sup>46</sup>.

Os colonos, além dos acontecimentos relatados anteriormente, passaram sobre o sentimento de terem sido enganados pela Colonizadora Trivelatto, pois no Paraná negociaram terras boas e produtivas, e aqui as terras embora fossem maiores eram ruins, mas como alguns vieram de avião e sobrevoaram a área que depois se tornariam proprietários, não tinham noção da qualidade da terra.

A colonizadora Trivelatto era dona de um pequeno avião e ela arcava com todos os custos das viagens para Mato Grosso, trazia os compradores, sobrevoava as terras e voltava para o Paraná. Alguns migrantes alegam terem sido enganados pela colonizadora, pois não chegaram a andar e conhecer de fato a terra que estavam comprando.

Outro aspecto relevante diz respeito ao abandono do projeto de colonização empreendido pela colonizadora, as vendas de lotes rurais não deram o retorno esperado, e então no início da década de 80 os colonos tiveram que caminhar com suas “próprias pernas”.

---

46 Apicás um distrito de Alta Floresta, foi colonizado através da INDECO/AS, na pessoa de Ariosto da Riva. Porém com a descoberta de ouro em meados de 1985, o então distrito começou a chamar atenção chegando a ter mais de 40 mil garimpeiros. O distrito chegou ao seu auge em 1988, quando tinha uma população de 60 mil pessoas entre garimpeiros, comerciantes, pecuaristas e todo tipo de profissão. Disponível em: [www.apicacas.mt.gov.br](http://www.apicacas.mt.gov.br). Acesso em: 09 jun. 2019.

A Colonizadora Trivelatto deixou de prestar assistência aos moradores da Vila fechando o escritório devido às ameaças de morte sofridas por parte dos compradores.

A partir das narrativas dos colonos, observa-se que a Colonizadora Trivelatto, após iniciar a venda dos lotes rurais, manteve por um período de aproximadamente 05 (cinco) anos uma estrutura como a manutenção do escritório administrativo e um funcionário que a representava nos casos mais grave, este funcionário tinha em sua posse um rádio amador para manter a comunicação entre os colonizados e a colonizadora.

E, quando era necessário, a Colonizadora Trivelatto disponibilizava um pequeno avião para socorrer os colonos. Mas, em relação ao projeto de urbanização, houve um recuo da colonizadora, não se sabe se foi devido as ameaças de morte sofridas, se pela qualidade da terra, ou se por ter iniciado outro projeto de colonização em Aripuanã/MT.

## 2.3. COLONIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO LUGAR IDEAL

A colonização oficial ou particular que direcionou a (re)ocupação<sup>47</sup> do norte do Mato Grosso foi alavancada através das propagandas nos meios de comunicação oficial, pois criava-se uma “imagem positiva” sobre o espaço a ser ocupado pelos migrantes.

A imagem elaborada apresentava Santa Rita do Trivelato como uma “terra abençoada”, fértil e produtiva, explorada pela colonizadora que deu origem a cidade, e em seguida fecharam negócio com a colonizadora<sup>48</sup>.

Além da “terra boa”, a colonizadora numa tentativa de criar um núcleo urbano, doava um lote na Vila para quem comprasse um terreno rural, com a expectativa de fazer dessas terras uma cidade próspera, gerando riquezas para os seus moradores e para o país.

---

47 Com algumas ressalvas, pode-se seguir a definição dada por Nelson Tomazi em que o autor, referindo-se à região norte do Paraná, utiliza os termos “ocupação” e (re)ocupação de maneiras distintas: “Ocupação” para caracterizar o longo caminho percorrido, desde há muitos anos por povos que utilizavam todo aquele território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades. “(Re)ocupação”, para caracterizar o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX com preocupação (por parte do Estado), de integrar as terras consideradas “vazias” ao capitalismo no Brasil (Arruda, 2000, p. 28 *apud* Custódio, 2005, p. 30).

48 *A Colonizadora Trivelatto trazia os compradores num avião pequeno, em média viam 10 compradores por viagem, e a colonizadora também dispunha de um jipe velho para levar os interessados nas áreas que mais tarde seriam suas. No entanto, um dos entrevistados alegou que não chegou a pousar na Vila Trivelato, visualizou o campo apenas “por alto” e a terra apresentada parecia ser boa, por isso fechou negócio (H.O.).*

As lembranças das promessas feitas pela Colonizadora Trivelatto estão presentes na memória dos entrevistados, são narrativas que traduzem a um só tempo a “euforia” do momento e o desapontamento em relação à postura da colonizadora.

A colonizadora trouxe de Cascavel/PR um funcionário que teria a função de administrar a vila. Era o responsável para dar assistência às famílias recém-chegadas, manter a comunicação com a Empresa e Organização Imobiliária Trivelatto em São Paulo e com o escritório da colonizadora em Cascavel em caso de emergência ou de conflito.

No entanto, passado o momento de entusiasmo com a área adquirida começaram a surgir os problemas, principalmente no que diz respeito à qualidade da terra. Ao desmatarem o cerrado perceberam que o solo era muito arenoso e a produção talvez não fosse tão boa quanto imaginavam, mas não desistiram de plantar. O senhor L. B. em sua narrativa rememora o desapontamento com a área adquirida,

*É naquele tempo não foi fácil, porque lá no Paraná a gente trabalhava de um jeito, então tentamos trabalhar aqui do mesmo jeito e não deu certo né. Porque as terras de lá (Paraná) o que plantasse não precisavam de adubo, não precisava nada. Plantava e só cuidava da lavoura, deixando-a no limpo produzia, e aqui não. Aqui a gente derrubava o cerrado fazia uma lavoura e plantava um pé de milho, nascia e morria, não colhia nenhum grão de milho. Lá a gente mecanizou a terra e plantava arroz, e produzia sem corrigir, a terra, não precisava por calcário. Aqui chovia muito e, por isso algumas vezes colocava um pouco de adubo e dava arroz, se fosse plantar soja naquele*

*tempo, perdia tudo porque chovia demais. O arroz dava porque não precisava corrigir a terra, se não fosse isso aí eu não sei, não tem nem como responder o que íamos fazer aqui. Teve gente que não aguentou aqui, em primeiro lugar por causa do mosquito e iam embora, outros viam que não ia produzir nada, desanimaram e foram embora. E os que ficaram aqui foi porque se fosse vender a terra para ir embora não achava comprador. Ninguém comprava, aí com o passar do tempo a gente foi aprendendo a trabalhar a terra, pois naquele tempo não tinha técnicos agrícolas e agrônomos, não tínhamos ninguém para nos ensinar trabalhar. Nós fomos aprendendo por conta, assim começou a produzir e nos animou, mas, muita gente desanimou com as terras, porque pegou mata achando que a terra era boa, derrubou a mata e a terra não produzia. Mas valeu a pena (L.B.).*

Ao relembrar dos tempos vividos em Santa Rita do Trivelato, os entrevistados destacaram alguns aspectos comuns que marcaram suas trajetórias de vida, e um dos pontos que os ligam à história do município foi a persistência em permanecer nas terras adquiridas. Para eles, aqueles que resistiram às dificuldades conseguiram “vencer”.

A palavra “vencer” denota para os colonos um sentido de pertencimento e de identidade, uma vez que conseguiram sobreviver às dificuldades encontradas sem vender suas terras, num primeiro momento para os grandes fazendeiros, que a partir de 1985 vivenciaram a segunda fase da migração e aproveitando-se das mazelas encontradas por alguns colonos, compraram as terras e iniciaram um novo momento na história do município.

Porém, no trabalho com os relatos de memórias é preciso cautela, pois a memória pode ser manipulada e o ato de lembrar tem intencionalidade visando colocar o “pioneiro” num lugar de destaque (Oliveira, 2012). A representação que se faz do “pioneiro” é sempre carregada de um apelo social e afetivo como alguém que se sacrificou pelo bem de “todos”.

Portanto, observa-se que nas narrativas sobre a fundação das novas cidades no norte do Mato Grosso, elegem as pessoas que “devem” fazer parte da memória da cidade, geralmente essas pessoas são representadas como trabalhadores pobres que com dedicação e esforço conseguiram prosperar (Heinst, 2003).

A figura do “pioneiro” tende a agrupar e representar os moradores da cidade transformando a colonização num empreendimento de “sucesso”, enaltecendo algumas pessoas e excluindo outras. E de modo particular a memória dos “pioneiros” de Santa Rita do Trivelato tem essa característica.

A letra do Hino de Santa Rita do Trivelato, ao representar o “pioneiro”, afirma que ele é digno de ser lembrado por ter transformado a terra improdutiva em produtora de riquezas, um lugar de prosperidade e de progresso.

Na primeira estrofe do hino somos convidados a olhar para o “pioneiro” de uma maneira positiva. Está surgindo mais uma bandeira de um povo humilde e trabalhador, são pioneiros que tanto lutaram e transformaram um pequeno distrito em um município, uma bela cidade.

Assim, a memória individual ganha status de memória coletiva quando os sujeitos passam a compreender essa representação como a única versão possível sobre a história da cidade.

A memória torna-se coletiva quando os sujeitos, individualmente, passam a compreender fatos e acontecimentos como a única versão possível desses momentos. Na medida em que essa versão passa a ser disseminada e se consolida no imaginário social, ela torna-se coletiva (Oliveira, 2012, p. 80-81).

A memória coletiva, ao legitimar uma versão oficial sobre os ‘pioneiros’ da cidade, tem o propósito de criar uma identidade coletiva agrupando os moradores do lugar em torno do imaginário social da “terra de oportunidades” ou o “mito do lugar ideal” onde o trabalhador que é disciplinado e dedicado consegue enriquecer.

Essa versão a partir das entrevistas é contestada e os primeiros moradores requerem para si o lugar de pioneiro, considerando que aqueles que chegaram depois tinham dinheiro, compraram as terras que já estavam prontas para o plantio, mecanizaram a agricultura, obrigando alguns moradores a migrarem novamente. Por isso, não podem ser considerados pioneiros.

O senhor H. O. nos diz que aqueles que chegaram depois e pegaram tudo pronto não podem ser chamados de “pioneiros”,

*Todos os grandes que vieram depois não são pioneiros. Até os Ferron vieram depois e estão bem de situação. Os que estão bem hoje é porque vieram depois. Os que vieram primeiro, esses dançaram, já os sabidos vieram depois. Porque, assim os 'pioneiros' como é o meu caso, sempre pagam o preço (batendo na mesa) ele entra lá no mato para abrir uma cidade, ou qualquer coisa, trabalham duro, passam necessidades, os primeiros que entram levam chumbo, e os outros que vem vindo já pegam a coisa pronta<sup>49</sup> (H.O.).*

Esse desabafo do senhor H.O. sobre quem são de fato os pioneiros da cidade nos revela uma disputa entre a memória oficial e a memória dos excluídos da história oficial do município. Ao falar dos que chegaram depois e pegaram a “coisa pronta”, evidencia uma competição entre os “pioneiros” e os outros, aqueles que gozam da “fama” e na sua concepção não são merecedores, esse lugar ideal e promissor só pode ser assim entendido, porque eles, os “pioneiros”, trabalharam para isso.

Já sobre os efeitos do capital, embora dito de outra forma, na simplicidade dos interlocutores, o entendimento deles sobre a aquisição das terras e acumulação do capital, está perpassada pela visão contida no texto de Martins (1984),

O capital é uma relação social, relação contraditória, de exploração e expropriação. Se o capital tem a função progressista de introduzir na sociedade a produção social, ele só o faz e só o pode fazer mediante a implantação da apropriação privada dos resultados dessa produção social. O capital introduz a cooperação no trabalho sem introduzir a cooperação na distribuição dos frutos do trabalho.

---

49 Na p. 39, já foi apresentada definição pertinente sobre a frente pioneira.

Os acadêmicos podem não achar importante. Mas as vítimas acham. O capital não promove apenas o aparecimento de um novo modo de produzir a riqueza; é também um modo novo de produzir a miséria. O capital não produz apenas os exploradores; produz também os explorados. Não produz apenas o farto, mas também o faminto (Martins, 1984, p. 14).

O senhor A. G. S. descreveu o seguinte sentimento em relação aos grandes fazendeiros que chegaram a partir de 1985 em Santa Rita do Trivelato e foram comprando as terras dos pequenos e ampliando suas áreas.

Sim, na verdade era para a nossa terra estar aí ainda, mas eles são como cupim<sup>50</sup> vem roendo, roendo os outros e quando vê vai engolindo, compraram tudo. Nós (os pioneiros) fomos vendendo e alguns 'sumiram', eu ouvia muito a Rádio Nacional da Amazônia ouvi dizer que eles foram para o Pará (A.G.S).

Ao rememorar os primeiros anos da colonização de Santa Rita do Trivelato, os primeiros moradores que ainda residem na cidade não aceitam que aqueles que chegaram depois sejam representados como “pioneiros”.

Nesse sentido, concordamos com Le Goff (2013, p. 435) ao escrever que “a memória coletiva é instrumento e um

---

50 Os moradores antigos comparam os novos migrantes a cupins, pois estes insetos onde se instalam causam destruição das estruturas locais, ou seja, chegaram depois com uma situação econômica melhor, conseguiu comprar as terras por preço mais barato, levando alguns a migrarem de novo. Cupins vivem em galerias, são insetos que vivem em colônias, destroem móveis, portas, estruturas de madeira das casas. Constroem galerias e câmaras e acabam destruindo o material local onde vivem, assim, são considerados como pragas urbanas. Disponível em: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com). Acesso em: 08 set. 2019.

objeto de poder”, de um lado temos aqueles que se intitulam “pioneiros” por terem chegado primeiro, e por outro temos os discursos dos fazendeiros que não foram os primeiros a chegar, mas também requerem para si o título de “pioneiro” por terem transformado a economia local, elevando o distrito à município no final da década de 1990.

Sobre a memória coletiva com instrumento e objeto de poder, Le Goff (2013) discorreu que,

São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta de dominação da recordação e da tradição, esta manifestação de memória (Le Goff, 2013, p. 435).

Sendo assim, a memória oficial é tensionada por outras memórias e elas se inserem num campo de disputas sobre o que é recordado, contado e, principalmente, como deve ser contado. Outro aspecto a se considerar é que ao abordarmos a memória, falamos da identidade dos grupos que se enfrentam disputando um lugar na história do município como “pioneiros”.

É importante compreendermos que nossa identidade é definida pela memória individual e coletiva, ela é construída na interação com o outro e nessa relação construímos o sentimento de pertencer a um grupo, ou sociedade.

Nesse sentido, ao falar sobre a identidade e memória estabelecemos um diálogo com Silva (2006) e Hall (2006) que nos possibilitou refletir sobre como as identidades são

elaboradas para dar suporte aos documentos cristalizados como portadores de uma identidade comum a todos.

Os entrevistados não questionam apenas a memória oficial, mas a identidade que essa memória tende a perpetuar, havendo sempre uma disputa entre a memória oficial dominante e a identidade social elaborada pelas outras memórias.

O hino oficial de Santa Rita do Trivelato aborda a representação do avanço e do progresso iniciado na década de 1980 e 1990, entrando em cena a memória oficial que criou a identidade dos pioneiros como “humilde e trabalhador”, no entanto, aqueles que chegaram primeiro contestam essa representação.

A primeira estrofe do hino de Santa Rita do Trivelato apresenta a versão destacando as qualidades dos pioneiros. Na letra todos os que chegaram a Santa Rita do Trivelato nos anos de 1977 até 1990 participaram da colonização e da criação do município.

O refrão do hino do município reafirma a imagem positiva elaborada na década de 1970 pelos governos militares sobre as terras do norte do Mato Grosso como o lugar ideal para aqueles que almejavam prosperar, e, nos anos 1990, quando os empresários que estavam se fixando em Santa Rita do Trivelato usavam para convencer as “autoridades” políticas a emancipar o lugar.

‘Oh! Santa Rita do Trivelato, o teu futuro é promissor, os teus campos e cerrados são cultivados com muito amor. Oh! Santa Rita do Trivelato está do jeito que o povo quis, esta terra é abençoada não falta nada, vivo feliz’ (Santa Rita do Trivelato, 1999).

A letra do hino pode ser tomada como um contraponto aos relatos dos “pioneiros” entrevistados, pois elabora uma narrativa homogênea para descrevê-los tentando impor-lhes uma imagem que segundo os relatos gravados não lhes representam, pois, “humildes” foram os que chegaram primeiro, vieram descapitalizados, ou com poucos recursos financeiros e alguns com dívidas com a Colonizadora Trivelatto.

Outro posicionamento que tenciona as narrativas dos migrantes é a ideia da “terra abençoada”, considerando as dificuldades encontradas para fazer a terra produzir, pois na vila faltava “tudo”, tanto os bens materiais como também os familiares que deixaram longe.

Ao falarem da área adquirida, os primeiros moradores relembrou das ações que fizeram, entre elas as reuniões na “escolinha”, da união, do respeito e solidariedade entre os moradores. Nas reuniões tratavam de diversos assuntos que beneficiavam a todos da comunidade, como por exemplo a criação da associação dos moradores.

No ano de 1980 foi feita uma reunião com os moradores da Gleba Trivelato, para compor uma associação dos moradores locais, e juntos elaboraram um documento de criação do Distrito de Santa Rita, no município de Nobres (MT), “com intuito de

buscar melhorias para a região, bem como o desenvolvimento agropecuário, político e administrativo” (Ata nº 06).

Outro aspecto a considerar tanto nas entrevistas como no Livro Ata do senhor Segundo Martinelli, foi a luta para conseguir os empréstimos e financiamentos junto ao Banco do Brasil, uma vez que para produzir os pioneiros precisavam desse auxílio, pois a maioria deles estavam endividados e sem condições de plantar.

‘Aos 10-2-80 na dependência da escola Regina Faber Trivelatto foi realizada esta reunião. Quando deu-se a chegada em Sta. Rita a presença dos representantes do Banco do Brasil Sr: Felesmino e da Platech Implementos Sr. Dr. Dejair e outros, e o superintendente do Banco do Brasil Sr. Dr. Bezerra. Fez exposições sobre agricultura, e financiamentos. Após fez um percurso até as lavouras existentes com a passeata de todos os implementos agrícolas existentes, dando término com um almoço em sua despedida’<sup>51</sup>.

A Ata traduz as expectativas dos colonos para conseguir financiamentos para o desenvolvimento da agricultura na vila, o que de certa maneira vem de encontro com o que foi relatado pelos entrevistados sobre as dificuldades encontradas para fazer a terra produzir.

Em relação aos empréstimos e financiamentos do Banco do Brasil, o senhor H.O., relatou que:

*Financiamento tinha, porque quando nós chegamos aqui fomos ao Banco do Brasil em*

---

51 Ata nº 08, Livro Ata do senhor Segundo Martinelli, acervo particular.

*Rosário d'Oeste, porque só tinha banco lá, não tinha em Nova Mutum, aliás, naquele tempo Nova Mutum, Sorriso, e Lucas do Rio Verde ainda não eram municípios. Todos tinham que ir a Rosário d'Oeste resolver coisas de banco. Então nós íamos lá, e, como não tínhamos nem escrituras (mas tinha já o contrato da firma), íamos ao banco financiar a lavoura no primeiro ano. Tinha financiamento, todo mundo podia pedir financiamento, só quem não queria, isso era um grande incentivo. Inclusive eu plantei acho que uns 200 e poucos hectares de arroz, fui lá falei com o gerente, que não tinha capital para comprar uma colhedeira nova, e o gerente (inclusive depois mataram ele, a turma do Pacoval matou ele). Ele falou assim - você teria que dar 30% do valor da máquina, essa máquina custava dois mil naquele tempo (dois milhões mas acho que não era dois milhões não, acho que era dois mil e trezentos cruzeiros) eu tinha que dar trezentos mil cruzeiros. Ele falou, mas como você é um homem trabalhador, eu vou te financiar 100%, e financiou a colhedeira 100% (H.O)..*

O relato do senhor H.O. sobre a concessão de financiamento aos agricultores, e, principalmente sobre o assassinato do gerente do Banco do Brasil, denuncia algumas práticas ilícitas, considerando que o senhor S.T.B., nos contou sobre a negação de empréstimos e financiamentos do Banco do Brasil a sua família por não terem a escritura das terras.

No ano de 1989 a comunidade se unia novamente, mas desta vez para criar a associação do Distrito de Santa Rita que apresentava várias reivindicações para o poder executivo de Nobres (MT), entre elas a construção do posto de saúde, da escola, do centro telefônico e outros assuntos do interesse da comunidade.

Além das dificuldades encontradas no passado, houve questionamentos sobre a política de emancipação de Santa Rita do Trivelato, pois no ano de 1990 o Distrito de Santa Rita foi desmembrado de Nobres e passou a pertencer à Nova Mutum, esse acontecimento foi visto como positivo para os moradores do distrito.

Nova Mutum estava crescendo e se despontando no cenário econômico, e com isso Santa Rita crescia junto, entretanto, alguns diziam que Santa Rita do Trivelato não possuía as condições necessárias para ser emancipada, principalmente pelo número de habitantes.

*[...] Começou quando o Distrito de Santa Rita, foi desmembrado do município de Nobres e anexado a Nova Mutum, em seguida 'brigamos' para desmembrar de Nova Mutum, para ser um município, e ver se melhorava, porque tudo era muito longe. Não tínhamos condição de ser município, poucas casas, e naquela época exigia ter tantas casas para criar o município... O que nós fizemos, o senhor Ilson Matchinske, (primeiro prefeito e um dos grandes fazendeiros) ele estava interessado em ser prefeito, ou interessado talvez em melhorar o lugar, falou assim: - vamos fazer o seguinte, tem que ter tantas casas, vamos fazer uma reunião, no Clube Magessi, e em seguida fizemos a reunião, aí falou que não tínhamos condição de ser município, porque não temos casas, para resolver o problema, vou doar lotes, vamos doar lotes, para quem quiser lote vamos doar, para começar a erguer os alicerces, e quando vir a contagem do Censo (sei lá como se diz), eu sei que a pessoa vai vir, já vai ter começado as construções das casas, e pode contar como casa. E, assim começou, eu não queria pegar lote, mas muita gente pegou o lote para começar*

*construir, e contar como casa para virar município, fizemos uma lista com os nomes das pessoas das fazendas, saímos para as fazendas afora, até conseguir contar as casas que precisaria para ser município. Iniciamos a luta, fomos para Cuiabá na Assembleia, Nova Mutum não quis aceitar de jeito nenhum (S.T.B.).*

O futuro promissor ainda estava distante, faltava muita coisa para os moradores de Santa Rita, por mais que a produção estava aumentando, os moradores sentiam-se abandonados pelo governo estadual e por Nova Mutum. A distância foi apenas um dos motivos que os levou a lutarem por sua emancipação política e econômica, talvez um dos fatores que mais contribuíram para a criação do município foi à questão política.

Percebe-se que existia, por parte dos moradores de Santa Rita do Trivelato em relação à Nova Mutum, certo descontentamento, a começar pela mudança do traçado da BR 163, e uma disputa quanto a produtividade na agricultura e na política.

Ao falar sobre os sonhos que motivaram os primeiros moradores a se deslocarem para Santa Rita do Trivelato, cabe destacar dos relatos a questão da migração em busca de uma “vida melhor”, de mais terras para deixar aos filhos e estabilidade financeira.

Entretanto, o que se observou nos gestos, nos olhares e falas foi a nostalgia e algum sentimento de revolta em relação aos rumos que a colonização de Santa Rita do Trivelato tomou.

O discurso sobre a criação da “Fronteira Agrícola” inserindo essas terras do norte do estado como o lugar ideal do “progresso” e do crescimento econômico do país, trouxe para os colonos algumas frustrações ao perceberem que foram seduzidos por um “lugar ideal” que só existia na imagem que eles criaram a partir da propaganda feita pela colonizadora, mas que não correspondiam às terras adquiridas.

## 2.4. COLONIZAÇÃO E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO DISTRITO SANTA RITA

A imagem que propagandeavam nos jornais da época sobre as terras da Amazônia Legal funcionava como uma “mola propulsora”, exercendo uma forte influência sob aqueles que sem esperança acreditavam nos “milagres” econômicos forjado no período de 1970 e 1980.

A Amazônia Legal foi representada como a terra de oportunidades, ou como a Canaã Brasileira<sup>52</sup>, esse significado simbólico e com forte apelo religioso renovava a crença em dias melhores para os colonos, reforçando a imagem positiva sobre a colonização.

---

52 A representação elaborada pelo governo estadual e federal sobre a Amazônia Legal associada à Canaã brasileira noticiada nos jornais do estado no ano de 1978, criou a imagem da “terra prometida”, fértil e abundante. Além das políticas públicas de concessão de crédito para os colonizadores, a ocupação das terras da Amazônia Legal teve um forte apelo religioso, ao ser comparada à terra anunciada na Bíblia no livro de Êxodo, 3:8-17 (Custódio, 2005, p. 33).

Ao falar de sua experiência nas novas terras, o senhor S.T.B. compara a sua história a de Moisés, um personagem bíblico do povo hebreu, que levou 40 anos para levar os hebreus do Egito a Israel.

Assim como os hebreus, os colonos levariam muitos anos para concretizarem os seus objetivos, a luta, as doenças, perdas e sofrimentos são partes do mesmo processo, ou como expressou o senhor S. T. B.

*A senhora sabe né, Moisés levou quarenta anos para atravessar o deserto, e levar os hebreus de volta para Israel, e depois do sofrimento, eles conseguiram uma vitória. Assim somos nós, hoje nós estamos colhendo os frutos, mas antes nós sofremos muito, e agora estamos bem (S. T. B.).*

As terras, antes anunciadas como boas e férteis, mostram-se como propaganda enganosa. No entanto, o anúncio era repetido pelos que vieram primeiro e ao retornarem para o Paraná convidavam os irmãos, parentes e conhecidos usando a mesma estratégia da colonizadora, divulgando uma imagem positiva das terras no estado de Mato Grosso, pois acreditavam que em algum lugar das áreas vendidas/trocadas pela colonizadora seria realmente “terra boa”.

*Os primeiros anos aqui só plantava arroz, arroz e mais nada. Teve muita gente que faliu com o arroz e perdeu a terra. Os meus amigos foram embora, muita gente, por exemplo, é por isso que eu falo para você, que depois de 10 anos, o pessoal endividou e viu que isso aqui não ia pra frente. Naquela época Mato Grosso era difícil, muita gente foi embora, se o meu pai não tivesse morrido eu teria ido embora, minha vontade era ir embora, mas com a morte do meu pai eu não tive jeito de ir embora, se voltasse para o Paraná*

*não tinha como pegar nem dois alqueires de volta, não conseguia, porque lá (Paraná) valorizou e aqui desvalorizou, não valia nada (S. T. B.).*

As dificuldades encontradas pelos colonos foram imensas, pois para fazer as terras produzirem precisavam de dinheiro e máquinas e muitos vieram descapitalizados. A colonizadora, embora tivesse firmado o compromisso de entregar a escritura das terras, não conseguiu cumprir o acordo, agravando ainda mais a situação dos colonos que não podiam pegar empréstimos e nem realizar financiamentos.

Na observação de Martins (1984), a questão agrária no país é perpassada por lutas e embates, marcadas por desigualdade tanto na aquisição das terras mais férteis, quanto na concessão dos benefícios financeiros, nesse sentido, aos grandes empresários e fazendeiros foram concedidos privilégios em detrimento dos pequenos produtores agrícolas.

O governo militar sob o slogan da proteção e “segurança nacional” assegurava as velhas formas de estrutura social e econômica, aumentando a distância entre pobres e ricos.

Se o Estado militarizado visava com isto atingir a meta de ‘integração e desenvolvimento com segurança’ da região, não foi necessário muito tempo para que verificasse, que os reais propósitos e metas deste empreendimento era o de favorecer a exploração de caráter comercial, que como bem se conhece, não é feita por pequenos produtores agrícolas (Oliveira, 2008 *apud* Souza, 1998, p. 12).

Sob a égide do desenvolvimento com segurança, o estado favoreceu a exploração comercial da região, incentivando a

aquisição de grandes áreas aos ricos empresários, enquanto os pequenos produtores agrícolas mais uma vez se viram abandonados pelo estado e pela colonizadora e expulsos pelos grandes latifundiários.

O grande desafio relatado pelos entrevistados, além do problema em conseguir os créditos financeiros junto ao Banco do Brasil, era fazer a terra produzir. Nos primeiros anos foi cultivado o arroz, no entanto, como nos contou o senhor H. O., só podiam plantar o arroz no máximo 04 (quatro) anos numa mesma área, se insistisse em plantar por mais alguns anos, corria-se o risco de perder tudo.

Outra questão que interferiu na produção foi o tamanho das áreas adquiridas pelos “pioneiros”. Alguns tinham áreas de 300 hectares, outros de 1000 hectares e uns tinham apenas 50 hectares, e, ainda tinham que deixar 50% da área como reservas ambientais, logo, quem tinha 50 hectares só poderia plantar 25 hectares.

Assim, os pequenos proprietários começaram a falir e vender suas terras aos fazendeiros do Paraná. Já em relação à produção da soja, os entrevistados afirmaram que ninguém conhecia ou sabia como plantar, e que somente no ano 1981 com a criação da Associação Cooperativa Mista de Trivelato (COOPEVALTI), e por meio de sua diretoria tiveram incentivos e orientação quanto ao plantio da soja<sup>53</sup>.

---

53 A ata da criação da Associação Cooperativa Mista de Trivelato (COOPEVALTI), acervo particular.

Em relação ao cultivo da soja, o senhor H.O., relatou o seguinte:

*Aqui só plantava arroz, ninguém conhecia soja, os cuiabanhinhos coitados não sabiam... Então nós formamos uma cooperativa, era pequena, tinha uns 10 associados. O gerente foi para Goiás (que Goiás em 1980, já plantava soja), e comprou entre 10 a 20 sacos de semente de soja para cada um, em seguida compramos o adubo, na Coopervale. A Coopervale já existia em Diamantino, então plantamos em 10 moradores que já estavam mais 'enraizados', porque a maioria não tinha condições para fazer isso. Cada um plantou 20 hectares de soja, no total foram 200 hectares em 10 famílias. Era uma variedade de soja não muito boa, mas ela produziu. Produziu uma média assim de 20 sacos por hectares, todo mundo colheu, mas não tínhamos onde vender, pois aqui ninguém conhecia, falar em soja era bicho de sete cabeças. A cooperativa de Diamantino a Coopervale, já mexia com soja, e tinha refinaria de óleo no Paraná (esqueço o nome), e ela comprou essa soja (H.O.).*

A introdução da soja na agricultura de Santa Rita favoreceu a vinda de alguns fazendeiros do estado do Paraná, e a exploração comercial do produto, enquanto que, uma maioria dos pequenos agricultores novamente se via “expulso” de suas terras, por não ter condições financeiras para fazê-las produzir.

A posse da terra não era garantia de estabilidade para os seus proprietários, considerando que o solo dependia de investimentos e correções para a produção, seja ela de arroz ou de soja. Se em 1977 a colonização tinha características de lotes menores e agricultura voltada para os pequenos

proprietários, no final dos anos 1980 foi alterada, dando origem aos grandes latifúndios, conforme descreveu o senhor H.O.,

*No outro ano nós começamos plantar, aí o povo do Paraná descobriu, e os 'maiores' começaram a vir, e a comprar terra aqui dos 'quebradinhos' porque a maioria ficou tudo quebrada, e virou no que virou, aqui tinha característica de pequenos agricultores. Sim, mas o arroz é assim, ele produz se você plantar e mecanizar 10 hectares de lavoura, e plantar 4 (quatro) anos arroz seguidos, aqui ele não dá mais, ele não produz. O arroz seca a terra, ainda mais que naquele tempo plantava sem adubo, e o mato tomava conta. Então plantava 4 (quatro) anos, como por exemplo eu que comprei 200 e pouco, depois comprei mais um pouco eu tinha quase 1000 hectares de terras, teve gente que comprou 40, 50 hectares derrubou, e podia derrubar só a metade, porque já existia a lei do IBAMA, e o Banco do Brasil se você tinha 50 hectares por exemplo, só podia financiar 25 hectares e quebrar também só 25 hectares, (podia até quebrar mais, mas já era clandestino), então plantava aí 4 (quatro) anos e daí acabou (H.O.).*

A terra pode ser “abençoada”, mas para os pequenos agricultores faltou a “mão protetora” do Estado, que legitimou o poder dos ricos, favorecendo a acumulação do capital para os que já tinham dinheiro.

A dificuldade em se manter em Santa Rita do Trivelato que levou os pequenos proprietários à um novo deslocamento para diversas regiões do país, também possibilitou a entrada de outras pessoas que possuíam capital para mecanizar e ampliar a agricultura, e estes começaram a reivindicar melhorias para o lugar.

*Por isso virou no que virou uma crise, nós estávamos em 100 famílias, numa situação difícil, aí começou vim os fazendeiros reforçados da região de Cascavel e das outras regiões do Paraná e do Brasil, como dizem e foram comprando as terrinhas dos pequenos e esses foram embora para o Araguaí, outros voltaram para o Paraná, outros foram para Rondônia, e esparramou esse povo (H.O.).*

As dificuldades iam além de fazer a terra produzir, os agricultores por meio da Associação Cooperativa Mista de Trivelato (COOPEVALTI), reivindicavam junto ao governo estadual apoio quanto à infraestrutura para armazenar a produção, pois o pouco que se produzia corria-se o risco de perder tudo, por não terem lugar adequado para estocar o arroz e a soja.

Os associados da Cooperativa Mista de Trivelato (COOPEVALTI), no ano de 1983, através do Ofício nº 110/83, requeriam junto ao Deputado Ubiratan F. Vilela Spinelli, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a construção de armazéns para que pudessem guardar a produção, sob a alegação de que esta região era a principal produtora do município de Nobres,

Senhor Presidente,

Os infra-assinados, produtores agrícolas, residentes e domiciliados no Distrito de Santa Rita, em propriedade loteada pela Colonizadora Trivelatto, no município de Nobres, vem, com a devida ânsia, expor para ao final pedir o apoio de Vossa Excelência junto à CASEMAT e CIBRAZEM, para o caso a seguir:

Considerando que a região do Distrito de Santa Rita se constitui no principal polo agrícola do município de Nobres;

Considerando a atual produção agrícola que já ultrapassou a 600.00 sacas de cereais, sobretudo de arroz;

Considerando, ainda, o início do ciclo da soja, com a produção estimada para a próxima safra de 300.00 sacas desse cereal;

Considerando a total inexistência de infraestrutura para armazenamento, e precárias condições viárias para o escoamento;

Pedimos a Vossa Excelência, na condição de legítimo representante desta região no Parlamento Matogrossense, providência junto aos órgãos mencionados objetivando a edificação, ainda no corrente exercício, de armazéns metálicos convencionais e graneleiros<sup>54</sup>.

O escoamento da produção também era outra preocupação, as estradas eram precárias, não tinha pavimentação e como o município de Nobres era muito extenso, a prefeitura não conseguia manter as estradas “arrumadas”. As viagens na época das chuvas duravam mais de 03 dias e para que o transporte fosse feito precisavam do auxílio dos tratores particulares para puxar os caminhões e carros baixos que atolavam.

Todos esses fatores levaram os “pioneiros” a questionar os discursos que colocavam os fazendeiros que chegaram

---

54 O Ofício nº 110/83, faz parte do livro Ata do senhor Segundo Martinelli, acervo particular.

a partir do ano de 1985 como pioneiros. As dificuldades foram imensas e mesmo após a emancipação os problemas continuaram, pois numa estratégia política criaram o município, mas com característica de grandes latifúndios e aqueles que não conseguiam acompanhar a modernização da agricultura, se viram obrigados a vender as suas propriedades.

Ao discorrermos sobre as narrativas como produtoras de sentidos sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato, encontramos em Bosi (1994), argumentos que nos permitem refletir sobre a importância do estudo da História Local, das narrativas e da memória voltada para o conhecimento histórico.

A colonização do norte do estado, bem como a do município de Santa Rita do Trivelato, que no início alimentou nos migrantes a expectativa de crescimento econômico e ascensão social, deixou marcas positivas e negativas. No entanto, as que mais se destacaram na rememoração dos diferentes sujeitos entrevistados foram as marcas de um abandono político e administrativo por parte do estado e da colonizadora.

Essas marcas são percebidas nos diálogos sobre a ascensão de um pequeno grupo composto de 05 grandes fazendeiros como sendo pioneiros do município, que são apresentados nos documentos oficiais como os responsáveis pela colonização de Santa Rita do Trivelato.

A partir de 1985, a colonização no Distrito de Trivelato, foi direcionada para os grandes proprietários do Paraná, que

começaram a vir e comprar as terras por um preço baixo, iniciando uma nova fase do mesmo processo.

Além disso, outra marca negativa da colonização foi a concorrência entre Santa Rita do Trivelato e Nova Mutum, no cenário econômico do estado de Mato Grosso, em que a última se destaca como uma das cidades que nos últimos anos tem despontado na produção agrícola e no crescimento urbano.

Os entrevistados afirmaram que a colonização de Santa Rita do Trivelato iniciou-se antes que a de Nova Mutum, mas que por questões políticas Nova Mutum se desenvolveu e Santa Rita do Trivelato ainda busca o seu lugar de destaque na economia estadual e nacional.

Ao pensarmos nestas questões, surgem algumas indagações: como saberíamos de todas essas informações, considerando que elas ainda não haviam sido registradas em nenhum arquivo ou documento escrito, eram transmitidas oralmente?

Ao escrever sobre as lembranças de velhos, Bosi (1994, p. 82), argumenta que,

O vínculo com outra época, à consciência de ter suportado, compreendendo muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade de encontrar ouvidos atentos, ressonância. [...] Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente.

Destacamos a relevância do trabalho com a história oral, o uso da memória como “reconstrução do passado”, e, sobretudo, a compreensão de como o conhecimento histórico é produzido por diferentes sujeitos e por diferentes memórias.

As narrativas dos primeiros moradores, assim como escreveu Bosi, desvendou para nós um conhecimento sobre quem são os “pioneiros” de Santa Rita do Trivelato. Os primeiros moradores a adquirirem terras da Colonizadora Trivelatto eram pequenos proprietários do sul país, que por motivos diversos migraram-se para a Vila Trivelato.

Desses, apenas alguns conseguiram se manter em Santa Rita do Trivelato, e por vários fatores muitos desistiram da colonização, uns venderam suas áreas logo nos primeiros anos, outros a partir do final da década 1990 iniciaram um novo deslocamento direcionado para o Pará e Maranhão.

Assim, inicia-se uma disputa entre aqueles que chegaram primeiro e os que vieram a partir de 1985, pois os dois grupos se intitulam como “pioneiros”, uns porque foram os primeiros a chegar e os outros porque tinham dinheiro para investir em Santa Rita do Trivelato, “transformando um pequeno distrito em um município”.

## ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS SOBRE SANTA RITA DO TRIVELATO

*A História é a disciplina que se refere aos homens, a tantos homens quanto possível, a todos os homens do mundo enquanto se unem entre si em sociedade, e trabalham, lutam e se aperfeiçoam a si mesmos.*

(Gramsci, 1978, p. 38)

Neste capítulo estabelecemos uma relação entre o Ensino de História, as memórias e histórias contadas sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato evidenciando a contribuição das memórias para a construção da História Local.

Ao escrever sobre a história de colonização de Santa Rita do Trivelato, precisamos inseri-la no contexto das políticas de ocupação do estado de Mato Grosso desencadeada pelos governos militares na década de 1970, que via nesse processo uma estratégia econômica, social e política no enfrentamento dos problemas sociais internos que estavam acontecendo no período e a ameaça de um suposto “inimigo externo”.

Dessa forma, as cidades como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Alta Floresta, entre outras têm em suas origens a presença do “pioneiro, o desbravador” que com muito esforço conseguiu fazer o seu lugar prosperar. No entanto, ao abordar a colonização no Ensino de História em sala de aula percebe-se que as outras narrativas que emergem dos sujeitos comuns são significativas e ricas em detalhes que na maioria das vezes são ignoradas por aqueles que escrevem sobre a História Local.

De modo geral, os “pioneiros” nas narrativas são representados como desbravadores, ou melhor, empreendedores e têm um lugar de destaque na escrita sobre a História Local. No entanto, cabe a nós historiadores indagarmos: quem é o pioneiro? Seria ele um trabalhador braçal ou um empresário? Pequeno agricultor ou grande latifundiário?

Este trabalho não tem a finalidade de produzir uma “verdade” sobre história da fundação da cidade, nem lhe conferir autenticidade ou desmentir os relatos dos “pioneiros”. Pretendemos contribuir inserindo as narrativas de memória dos pioneiros no Ensino de História para fomentar nos alunos a curiosidade e a busca por novos conhecimentos, observando as mudanças e permanências que caracterizaram a colonização de Santa Rita do Trivelato.

Concordamos com o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), que todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente

elaborado por distintos sujeitos (Brasil, 2018, p. 397). É nessa perspectiva que escrevemos o terceiro capítulo.

Assim, as vivências e experiências do tempo presente nos ajudam a compreender os acontecimentos do passado, e, sobretudo, as representações sociais que construímos ao longo do tempo sobre o passado.

### **3.1. O QUE O ENSINO DE HISTÓRIA NOS REVELA SOBRE A HISTÓRIA LOCAL?**

A história passou a ser ressignificada nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, articulada as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, buscando ela própria um sentido para a sua existência enquanto campo de conhecimento e promotora da cidaabeudania.

A reforma educacional da década de 1990, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394/1996, trazia em seu bojo como objetivo para a educação e o Ensino de História nas escolas do país a formação integral do estudante como cidadão e agente da transformação, ou seja, um novo cidadão capaz de intervir, participar e transformar a sociedade em que está inserido (Brasil, 1998).

Para se alcançar o objetivo proposto pela LDB, devemos considerar os conhecimentos prévios dos alunos na medida em que eles possibilitam uma aproximação entre o tema que

será estudado, suas vivências cotidianas e o significado de cada experiência para que o aluno possa intervir e participar da História Local.

Nesse sentido, o cotidiano que anteriormente não era visto como uma fonte histórica transformou-se em um campo fecundo para produção historiográfica, possibilitando aos historiadores a escrita das práticas e costumes dos sujeitos comuns que compõem a História, e assim, marcando épocas.

Ao propor um Ensino de História voltado para a formação integral dos estudantes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394/1996, no artigo 26, aborda a importância de inserir no currículo escolar as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos<sup>55</sup>.

A parte diversificada do currículo, da qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) se refere, diz respeito a muitas questões que até naquele momento não eram tidas como relevantes, e passaram a ser incluídas nos livros didáticos e nos currículos escolares, a exemplo da História Local, da colonização e dos movimentos sociais.

---

55 O artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 12.796/2013, traz a seguinte redação: Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 25 mar. 2020.

O documento Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso – Área de Ciências Humanas, sobre o currículo do Ensino de História para os alunos do 3º ciclo do ensino fundamental II da rede estadual de ensino, orienta para uma formação voltada para a percepção dos educandos relacionada ao comportamento humano, relações com o local, regional, nacional e mundial e relações de conflitos entre os diferentes grupos.

Embora predominem hoje as preocupações do mundo globalizado, a compreensão e o estudo da história brasileira devem ter prioridade por sua especificidade. Estudar o local e o regional é fundamental, pois possibilita que o estudante entenda a história a partir do seu cotidiano, das suas relações sociais, dos seus hábitos e costumes, das memórias construídas culturalmente, de maneira que ele contextualize a dinamicidade das organizações sociais, econômicas, políticas, nacionais e mundiais (Mato Grosso, 2012, p. 37).

Nessa abordagem os alunos são considerados sujeitos sociais ativos no processo de construção e apropriação dos conhecimentos históricos a serem trabalhados nas salas de aulas. Nesse contexto, concordamos com Pinsky e Pinsky (2010) ao escrever sobre conhecimento histórico como um potencial transformador, desde que consiga fazer com o que os alunos se percebam enquanto ser social, dotados de histórias, memórias, e que estas se interligam a outras histórias e memórias, compondo assim a história contada nos livros.

Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como um ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país, ou região, oriundo

de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos (Pinsky; Pinsky, 2010, p. 28).

Dessa maneira, um dos desafios postos aos professores de história, assim como escreveu Pinsky e Pinsky (2010, p. 28) é proporcionar ao aluno reflexões acerca do seu papel como construtor da história, mediando sua aproximação com os personagens “concretos da história” na sociedade em que está inserido.

Cabe ao professor, utilizando-se dos métodos históricos descritos acima, aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo a História (Pinsky; Pinsky, 2010, p. 28).

Assim, ao compreender que as mudanças no Ensino de História suscitaram debates sobre temas como o local e o regional, história do cotidiano e a história de vida das pessoas comuns se conectam com a história nacional.

O reconhecimento dos alunos enquanto sujeitos históricos faz com que eles interajam com determinados assuntos, buscando pesquisar e conhecer a comunidade a qual pertencem. E como podemos levar os alunos a se apropriarem da História Local? Quais são as fontes históricas disponíveis? Quem são os sujeitos que contam essas histórias? As indagações são importantes para refletirmos sobre as fontes históricas e a construção de materiais que deem conta da parte diversificada do currículo escolar de cada sistema de ensino.

É nesse momento que se insere a História Local, o estudo da memória e dos relatos dos moradores antigos do município de Santa Rita do Trivelato, considerando que ainda não temos a produção de um material voltado para as escolas que contemple o currículo local.

Diante das inquietações sobre a História Local e da colonização de Santa Rita do Trivelato, é que este trabalho teve origem, ou seja: como vamos aproximar os nossos alunos da história de Santa Rita do Trivelato se não temos os registros para problematizar, para interpretar, construir e desconstruir outras interpretações?

Nesse contexto, recorreremos à memória das pessoas da comunidade para estudarmos sobre a História Local, por isso, concordamos com vários autores que têm se dedicado a definir o conceito de memória. Para Halbwachs (1990), ela seria o registro de vivências de grupos sociais, já para Ricoeur (2007), a memória é dialética da presença e da ausência, da organização e do esquecimento e, segundo Benjamin (1985) é o registro de experiências e vivências plenas de significações<sup>56</sup>.

Nesse sentido, as memórias sobre o passado entram em “crise” para serem ressignificadas pelo historiador, produzindo novos sentidos e significados, ou seja, a memória também produz esquecimentos ao silenciar os sujeitos históricos

---

56 Essa definição de memória foi extraída do artigo: “História do tempo presente e ensino de História”, escrito por Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira (2010).

que não interessam aos detentores do poder, e aos grupos dominantes serem lembrados, e ouvidos.

As memórias são desfeitas para serem refeitas no discurso do historiador, discurso conceitual, competente e legitimado socialmente para violar as memórias e fazê-las falar, muitas vezes, aquilo que não quiseram dizer, pelo menos, conscientemente (Albuquerque Junior, 2012, p. 37).

Albuquerque Júnior (2012) no artigo “Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da História?”, ao escrever sobre as funcionalidades da História pontuou que ao historiador de hoje não cabe cultuar as memórias, mas manter com elas uma relação mediada pela problematização, pela interrogação, e pelo questionamento.

O trabalho do historiador não é apenas registrar a memória, mas deslegitimar, distinguindo memória de ficção. Questionando e problematizando as tradições inventadas, as identidades locais e as lembranças de grupos e individuais, e principalmente os esquecimentos produzidos pelos indivíduos e grupos sociais bem como por aqueles que são responsáveis por registrar os acontecimentos do passado.

Fazer emergir das memórias dos diferentes sujeitos históricos outra história sobre município de Santa Rita do Trivelato tem se constituído um grande desafio. Ao ouvir os relatos orais fica evidente que o esquecimento é produzido intencionalmente pelos primeiros moradores, negando a presença de índios, de posseiros e de conflitos ou disputas por terras nesse espaço.

Essa postura de não os considerar importante no contexto da colonização do município faz com que alguns entrevistados reproduzam o discurso de outros sujeitos, e isso nos faz pensar no que Guimarães (2012) observou sobre a história do cidadão comum que não se vê enquanto sujeito portador de uma história. Ou seja, “a História é feita por e para alguns, que não somos nós; são outros e são poucos” (Guimarães, 2012, p. 145).

Assim como o ato de lembrar é importante para a escrita da História, o silêncio e o esquecimento também são, pois em alguns casos são marcas de sofrimentos, mágoas e decepções que os indivíduos trazem em seus relatos.

Essas memórias nos falam de uma identidade elaborada para diferenciar os “pioneiros” dos demais moradores da comunidade, e as identidades assim como a memória nos ajudam a compreender a história de Santa Rita do Trivelato.

Assim, Guimarães (2012) ao escrever sobre o estudo da História Local e a construção de identidades, nos apresenta o local e o cotidiano como possibilidades de uma aprendizagem significativa em sala de aula,

O local e o cotidiano devem ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia da sala de aula, com criatividade, a partir de variadas fontes. As memórias da localidade, da região, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, da política estão vivas entre nós (Guimarães, 2012, p. 244).

O Ensino de História Local se dá por meio das diferentes memórias que permeiam o cotidiano da cidade, problematizando e confrontando os relatos elaborados sobre a colonização, proporcionando aos educandos a compreensão de que a ocupação não é um dado natural e linear, pelo contrário, ela é marcada por interesses e conflitos.

Sendo assim, as memórias individuais e coletivas que compõem os relatos de diferentes sujeitos são tomadas por nós como fontes históricas que nos possibilitam a elaboração do conhecimento histórico, passível de atualizações e revisões, releituras e novos conhecimentos.

Neste trabalho, além dos documentos escritos, tomamos as entrevistas como fontes históricas, pois a partir delas podemos construir roteiros e materiais didáticos que são o ponto inicial para o trabalho em sala de aula. Ao contar sobre o momento de sua chegada à Santa Rita do Trivelato, os entrevistados lembraram os diversos acontecimentos que contribuíram para o seu deslocamento rumo a Mato Grosso, da tristeza em deixar seus familiares e dos sonhos que traziam para a nova terra.

Sobre a importância do estudo das migrações internas para ampliação da percepção dos alunos quanto a multiplicidade de outras vozes e sujeitos históricos na constituição da História Local, Fonseca (2009) observou que,

Por exemplo, ao estudar as migrações internas no território brasileiro e a imigração, professores e alunos são motivados à compreensão dos

deslocamentos de diferentes lugares do País e do mundo. Assim, torna-se um trabalho da formação da identidade plural do lugar onde vivem. A história deixa de ser única e homogênea, deixa de privilegiar as vozes dominantes a favor da multiplicidade de outras vozes e sujeitos que construíram e constroem a história local (Fonseca, 2009, p. 127).

As migrações internas tem sido um tema muito estudado por aqueles que inserem a História Local no currículo escolar, considerando que esse assunto motiva professores e alunos a compreenderem como os deslocamentos em diferentes épocas e lugares do país contribuem para a formação de identidades, possibilitando a análise dos aspectos sociais, econômicos e culturais que contribuem para a construção da História Local.

Em todos os relatos, havia uma grande preocupação com a questão econômica que envolvia os migrantes, e destes com os seus filhos, em que os pais se sacrificariam para um “futuro melhor” para os seus dependentes. O senhor H.O., contou que sua vinda do Paraná para o Mato Grosso se deu por conta de problemas ambientais, aliado a preocupação em manter a família unida,

*O que nos motivou, foi porque lá no Paraná deu 03 (três) anos de geadas, nós plantávamos trigo, e nos 03 (três) anos perdemos o trigo, e depois desses 03 (três) anos perdemos soja por causa da seca, ou seja, quando não era a geadas era a seca, então já não tínhamos uma condição muito boa. E o outro problema que me motivou mais, foi que eu tinha 07 filhos, 04 (quatro) meninas e 03 (três) piás, eu tinha um posto de gasolina (igual aqui), e*

*nós tínhamos umas vizinhas meninas que cresceu tão rápido e uma logo se casou, ela era amiga das minhas crianças, e foi para Rondônia, daí um ano a outra se casou e foi para Bahia. Então, eu falei para a mulher, meu Deus, e nós agora aqui com essas crianças, aí uma vai casar e vai para lá, a outra vai pra lá, vai pra lá (gesto indicando os lugares) e nunca mais vamos ver essas crianças. Por isso, é que resolvemos vir embora, apareceu esse negócio a colonizadora que estava negociando, pegando 01 alqueire lá e eles davam 10 hectares aqui. Muita gente que fez essa troca era vantajoso só que lá era sabe né, Paraná é Paraná... Não foi fácil, nós chegamos aqui e descarreguei a mudança no 'tempo', choveu muito, muito, muito, muito, mas nós já viemos preparados com lonas, as coisas tudo (H.O.)<sup>57</sup>.*

Desta maneira, observamos como as histórias de vida se entrelaçam com a história da política nacional e compõem os enredos sobre a História Local. Essas histórias são perpassadas por questões ambientais, políticas, econômicas, sociais e culturais.

Devemos evitar os anacronismos, no entanto, é imprescindível que os alunos questionem se em outros tempos essas questões também interferiram no percurso humano, se há semelhanças ou não entre essas narrativas dos migrantes com as de outros períodos.

Essas histórias não podem ser analisadas apenas como fragmento descontextualizado da história nacional, devem ser estudadas considerando o contexto dos acontecimentos em

---

57 Entrevista do senhor H.O.

nível global e nacional e como as decisões de determinados governantes influenciaram a vida de diversas pessoas numa determinada época e em diferentes espaços.

O Ensino de História a partir do trabalho com a História Local não anula o estudo sobre a história nacional e mundial, pelo contrário, ao fazer um recorte temporal e espacial, permite aos alunos uma maior compreensão sobre as relações entre o local, o nacional e o mundial.

Ao refletirmos sobre o que Fonseca (2009) discorreu sobre a História Local, que “o local é uma janela para o mundo”, para conhecer o global, os estudantes devem apropriar-se da História Local, dos acontecimentos da vida cotidiana, dos homens e mulheres comuns.

O mundo está dentro das nossas casas, nas diferentes localidades. Nosso cotidiano é perpassado pelas coisas do mundo. Nossos grupos de convívio são compostos por pessoas de diferentes lugares, nacionalidades, origens étnicas e culturais (Fonseca, 2009, p. 129).

Assim, os relatos de como as famílias viviam, das questões econômicas, sociais e ambientais e as necessidades dos homens ao longo do tempo, são possibilidades de assimilação, comparação e apropriação de conhecimentos em relação ao passado.

Como se pode verificar no relato do senhor S.T.B. ao falar do seu pai e dos motivos da mudança de sua família para Mato Grosso, recordando como seu pai era um homem trabalhador e da sua preocupação em deixar para os filhos algum capital,

*Meu pai veio para o Mato Grosso para aumentar a área de terra para deixar aos filhos, a intenção do meu pai era essa. Meu pai era incrível, muito trabalhador, trabalhou demais. A intenção dele era essa, deixar mais terras para os filhos... nós somos em 9 irmãos. Eu e mais 04 irmãos nascemos em Minas Gerais, 04 nasceram no Paraná e minha irmã caçula foi à primeira criança que nasceu em Santa Rita do Trivelato. E, infelizmente, o meu pai foi primeiro que morreu e foi enterrado aqui (S.T.B.).*

Além dessa preocupação, o senhor S.T.B. nos informou que outras questões ambientais como o período de seca prolongada e a desapropriação das terras de sua família pela construção da Hidrelétrica de Itaipu em 1977 em Foz do Iguaçu<sup>58</sup>, interferiram na decisão do seu pai de vir para o Mato Grosso,

*Em 1977 lá no Paraná deu uma seca, uma seca violenta e com aquela seca perdemos tudo o que plantamos, e foi bem naquela época que estavam construindo a Usina Hidrelétrica de Itaipu e a Colonizadora Trivelatto tinha essas terras aqui. As águas da Itaipu começaram a inundar as terras das pessoas de lá, então a Colonizadora Trivelatto, negociava na base de troca as terras de Nova Aurora (PR), pelas terras aqui de Mato Grosso, para revendê-las a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e nós viemos para cá (S.T.B.).*

58 A construção da usina é resultado de intensas negociações entre o Brasil e Paraguai, iniciadas ainda na década de 1960. Em 26 de abril de 1973, foi assinado o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento do potencial hidráulico do Rio Paraná. Em maio de 1974 foi criada a empresa Itaipu Binacional, para construir e gerenciar a usina. As primeiras máquinas chegaram ao canteiro de obras ainda em 1974. A Itaipu começou a gerar energia em maio de 1984. Além das vantagens da produção de energia renovável, e do desenvolvimento sustentável, a construção da usina em Foz do Iguaçu, trouxe os problemas ambientais, e também a desapropriação das terras produtivas pela inundação. Disponível em: [www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br). Acesso em: 30 jun. 2019.

Diante do fragmento acima, é possível constatar que naquele momento a política nacional do desenvolvimento econômico em diversos setores, como por exemplo, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, fez com que algumas famílias, como a do senhor S.T.B. fossem “expulsas” de suas terras.

Esse desenvolvimento custou para algumas pessoas um preço muito alto, a começar pela desapropriação de suas terras e, conseqüentemente, a “expulsão” para outras regiões do país.

Ressaltamos que a História Local não pode ser dissociada ou fragmentada, mas sim entrelaçada à história nacional, pois só assim os alunos compreenderão o contexto histórico de cada acontecimento, os silêncios, lacunas e as omissões na produção da documentação escrita.

A história como disciplina escolar e acadêmica passou a trabalhar com temas próximos da realidade dos alunos, entendendo os processos de mudanças e permanências que as sociedades passaram ao longo do tempo,

O objetivo da História escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e permanências ao longo do tempo e, nesse processo, emerge o homem político, o agente da transformação entendido não somente como um indivíduo, mas também como sujeito coletivo: uma sociedade, um Estado, uma nação, um povo (Guimarães, 2012, p. 45).

O Ensino de História, para além dos conhecimentos sobre a História Local/Regional, Nacional e Mundial, serve para formar o homem político, cidadão informado que saiba conviver com o outro, ser tolerante, reconhecendo a existência de outros valores, comportamentos, outras formas de pensar e agir no mundo em que vive como sujeito constituído de direitos e deveres, ou seja, formar o agente de transformação.

Sobre a História Local Bitencourt (2009) salienta que os historiadores precisam ter cuidado para não reproduzir a história dos grupos dominantes, dos personagens políticos e demais “autoridades”.

Assim como ela pode levar os alunos a se apropriarem de um conhecimento pautado nas relações e narrativas de pessoas comuns, que fazem parte de um município compondo os diversos cenários marcados pela ação dos diferentes sujeitos que a transformam e ao mesmo tempo são transformados pela interação que se estabelece com o outro, também pode levá-los à uma alienação reconhecendo nas autoridades locais líderes que promoveram o desenvolvimento de um lugar, um município, uma cidade, etc.

Dessa forma os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/1998), elencam o local como possibilidades de estudo a partir dos recortes e da escolha de alguns temas para que os alunos possam refletir sobre as relações estabelecidas entre sua localidade e as demais, na atualidade e no passado, e

como se posicionar diante da diversidade cultural e social e a respeitar o outro (Brasil, 1998, p. 48).

A respeito da diversidade cultural e social e do respeito com o outro, as relações estabelecidas entre os “pioneiros” e os indígenas e cuiabanos, a convivência e o reconhecimento do outro na composição da história sobre Santa Rita do Trivelato, o senhor H.O. contou que,

*A convivência era boa, os cuiabanos nunca deram trabalho para nós, quando nós chegamos aqui não tinha cuiabano e os índios já moravam na aldeia e vinha aqui tomar pinga, agora é que eles não vêm mais, mas nunca deu problema. Eles eram boa gente, só que a gente não entendia o que eles falavam, eles falavam diferente, cuiabano e índio aqui não deu problema. Inclusive nós tínhamos um prefeito cuiabano, lá em Cuiabá, que a cada 30 dias ele juntava um caminhão de moleque e trazia para jogar bola, e trazia um boi para assar, trazia garrafão de vinho, era o Baliza, e, para falar a verdade nós tínhamos um político bom, o Nico Baracat que morreu esses dias foi bom para nós, ele que nos ajudou no processo de emancipação, ele também era cuiabano (H.O.).*

Esse relato nos permite algumas reflexões, a começar pela questão do pioneirismo dos que chegaram no ano de 1977 ao falar que os cuiabanos não deram trabalho para os colonos. O primeiro ponto é, se não existia nestas terras nem cuiabano e nem indígenas, como é que eles poderiam dar trabalho? Ou que tipo de trabalho poderiam dar aos colonos? O segundo ponto refere-se aos indígenas, que falavam uma língua diferente e bebiam pinga, mas em nenhum momento fala-se dos indígenas que trabalharam na abertura e derrubada

do mato para formação das lavouras que passaram a ser cultivadas em Santa Rita do Trivelato.

Ao longo da história foram construídas visões estereotipadas sobre a questão indígena no país, contribuindo para aumentar o preconceito e reforçando a desigualdade social e cultural, tornando-se dessa forma um entrave para os novos conhecimentos a respeito dos povos indígenas no país e no estado.

Já em relação ao prefeito Eloísio Nunes Luz (Baliza) de Nobres, que o senhor H.O. chama de “cuiabano”, e o deputado estadual Nico Baracat, foram avaliados como bons políticos, pairando uma dúvida: bons porque eram detentores de um poder político ou porque realizaram obras que beneficiaram os colonos? E se o fato de serem cuiabanos havia algum impedimento em exercer um bom mandato político?

Essa fala está perpassada de preconceitos e de uma visão que foi muito disseminada nos livros didáticos e na história ensinada nos séculos XIX e XX, e nos levam a compreender como esses relatos tendem a relegar para o “outro” um lugar de inferioridade em relação aos “desbravadores”, neste caso o “outro” eram os indígenas e cuiabanos, mas para eles o outro não seriam os “pioneiros”?

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) nos diz que temos que tratar o conhecimento histórico como uma forma de indagar sobre as coisas do

passado, e compor e decompor as interpretações sobre o passado.

Por todas as razões apresentadas, espera-se que o conhecimento histórico, seja tratado como uma forma de pensar, entre várias, uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (Brasil, 2018, p. 401).

Dessa maneira, os alunos podem desconstruir a versão do “pioneiro” como “herói”, construindo uma aprendizagem histórica mais significativa e plural, observando que a História é produzida não por um único grupo, mas por uma multiplicidade de vozes, ela é heterogênea, contraditória e não linear.

Essa multiplicidade de vozes traz as subjetividades de cada entrevistado ao narrar sobre os acontecimentos que os envolviam nos primeiros anos da colonização. Elas se contradizem, ao mesmo tempo que se complementam, como por exemplo, a questão administrativa em que o prefeito Eloísio Nunes Luz (Baliza) uma figura que teve destaque na história de Santa Rita, por ser representado ora como uma “pessoa festiva”, ora por ser um “bom político”.

A primeira professora da vila Santa Rita senhora R.O., afirmou que foi na gestão do senhor Eloísio Nunes da Luz (Baliza), que mandou construir a Escola Rural Mista da Fazenda

Trivelatto e montou para a mesma o Cartório Notarial que anos mais tarde foi vendido para a senhora Jaqueline Dürks.

A professora R.O., afirma ter sido a primeira professora<sup>59</sup> da vila de Santa Rita e começou a trabalhar com 17 anos de idade, por ser a única pessoa com estudo “mais avançado”, no entanto, na escola ela fazia de tudo, limpava e fazia merenda que era doada pelos pais. As condições eram precárias, relatou que não tinha material, mas não lhe faltava apoio da Secretaria de Educação de Nobres, no entanto, tudo era muito difícil.

Segundo a professora R.O., não eram muitas crianças que iam à escola, o problema é que a turma era multisseriada, misturavam-se alunos da educação infantil com os do ensino fundamental e como não tinha outra professora, contava com o auxílio das irmãs menores.

*Durante o tempo que eu trabalhei como professora aqui, essa minha irmã e a outra que mora em Cuiabá me auxiliavam. Até chegar a segunda professora, elas me auxiliavam, e sem ganhar nada, porque não tinha como eu trabalhar misto, tudo, tudo sabe ali misturado, alfabetização, com outros, então elas separavam os que tinham que ser alfabetizados. Essa aqui alfabetizou um menino que já estava no terceiro ano, sem saber ler, e hoje é lembrada sempre pela família e por ele mesmo, hoje já é um paizão e empresário em Matupá, ele*

---

59 A professora R.O. afirma ter sido a primeira professora do município de Santa Rita do Trivelato, apresenta como prova do que relatou para a autora, os contratos de trabalho nos anos de 1978, 1979, 1980. No dia da realização da entrevista, a professora R.O., bem como sua irmã estava na mesma residência de sua mãe, mas a sua irmã não participou da entrevista, apenas foi chamada para a apresentação. A professora R.O., ao falar sobre a questão do pioneirismo no município, faz uma crítica ao livro Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato: História e Fundação, pois o autor do livro na 1ª e 2ª edição não falam dos realmente foram os primeiros a chegar em Santa Rita do Trivelato.

*fala - eu aprendi a ler graças a Roseli. Mas, elas não ganhavam nada, elas só me ajudavam, e a de Cuiabá também me ajudou muito, até chegar segunda professora oficial, então essa menina aqui e a de Cuiabá ela também tem grande relevância na história da escolinha Regina Faber Trivelatto<sup>60</sup>(R.O.).*

O Ensino de História a partir da multiplicidade de vozes implica no aprendizado da alteridade, da existência de outros valores, de outras formas de se comportar e perceber as relações e costumes que se estabelecem no cotidiano em diferentes tempos.

Nos relatos orais e no Livro Ata do senhor Segundo Martinelli, o prefeito Eloisio Nunes da Luz (Baliza), promovia diversão para os colonos. A sua visita na vila era aguardada com alegria, pois a cada vinda se realizava uma festa, animada por bandas, bebida e muita comida. O churrasco era o momento mais esperado, uma vez que carne só de caça ou peixe.

A Escola Municipal Mista “Regina Faber Trivelatto” - o nome da escola segundo a professora R.O. foi uma homenagem a esposa do senhor Gilberto Trivelatto, dono da Colonizadora Trivelatto, foi para os moradores de Santa Rita, um “point”, lugar de encontros diversos, bailes, velórios, alojamento para os viajantes, espaço para reuniões dos moradores da vila e ponto de encontro entre os jovens apaixonados e casamentos até a construção da igreja.

*Essa escolinha era o ‘point’ onde os jovens se encontravam, tinha muito pouco jovens, então*

---

60 Entrevista da professora R.O.

*era ali que de vez em quando a gente conseguia uma vitrola, gente dançava, as missas aconteciam ali, o padre vinha rezar missa uma vez no ano, as reuniões aconteciam ali, se chegava alguém de viagem, ou se passava alguém de viagem a gente colocava, não podia por no hotelzinho, eles paravam ali, faziam a sua comidinha, dormiam e seguiam viagem, era para tudo, era escola, era clube, a gente se divertia, era igreja, era para tudo, era o ponto onde a gente se divertia, com os amigos né, e depois começaram aparecer os namorados entre as famílias (R.O.).*

Da Escola Municipal “Regina Faber Trivelatto” só existe as lembranças, os relatos como o da professora R.O., e do senhor H.O., pois ela foi demolida há anos, e nas palavras do senhor H.O., essa história vai se perdendo. Esse espaço foi importante para os moradores da vila, considerando que ali foram tomadas as decisões importantes da história do município, como a reivindicação de uma linha de transporte coletivo da empresa União Cascavel, a construção do posto de saúde, a contratação do dentista e farmacêutico “Borrvalho” de Nobres, a eleição da diretoria do Clube esportivo de Santa Rita, etc.

Em relação aos costumes, os moradores da vila procuravam se reunir em festas religiosas ou eventos como a vinda do prefeito, o que segundo os entrevistados era um acontecimento esporádico, talvez a cada ano. Embora tivessem pouco contato com os cuiabanos e indígenas, tiveram que se adaptar as condições locais, mas não esqueceram as tradições trazidas de onde moravam.

Como na vila não tinha policiamento para manter a ordem e a segurança das famílias, os colonos se reuniram e criaram por conta própria o cargo de subdelegado na região, que a partir do ano de 1980 e da votação, se constituía na autoridade local, logo, deveria ser obedecida e respeitada por todos os moradores.

O padre José Renato Schaefer no livro *Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato: História e Fundação*, escreveu que “o povo migrante não costumava criar problemas, que ficavam por conta dos empregados de fazendas ou de pistoleiros que apareciam nos fins de semana para beber em excesso e fazerem arruaças sem maiores consequências” (Schaefer, 2018, p. 131).

Cabe a nós indagar, quem eram os empregados das fazendas? Seriam eles os cuiabanos? E os pistoleiros?

## **3.2. MEMÓRIA: UM ELEMENTO IMPORTANTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Ao escrevermos sobre a importância da memória para o Ensino de História, inserida no currículo de história do município, partimos dos escritos de Le Goff e Bosi, para pensarmos como a memória se constituiu num elemento relevante para compreendermos a História Local.

Jaques Le Goff no livro “História e Memória” trata a história como prática social refletindo sobre o que é história para as diferentes sociedades desde a antiguidade até os dias atuais. Define história como a ciência do passado e o passado como uma construção e reinterpretação das ações do homem, portanto o passado é fonte histórica da história permitindo aos historiadores a reconstrução dos acontecimentos, por meio da memória que compõe os documentos/monumentos preservando as narrativas do passado e presente.

O autor traz contribuições importantes ao distinguir história e memória, pois para o Le Goff a “memória não é a história”, mas uma de suas fontes, permitindo ao historiador tecer a partir da memória as narrativas históricas sobre determinado povo, acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, hábitos e costumes.

Ecléa Bosi ao escrever “Memória e Sociedade: lembranças de velho” nos diz que a função da memória é o conhecimento do passado, no que corrobora com Le Goff afirmando que o passado é matéria prima do presente, ou seja, o passado é uma reconstrução das experiências vivenciadas em grupo ou individual guardadas nas lembranças dos velhos. Para Bosi,

Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que

estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (Bosi, 1994, p. 55).

O Documento de Referência Curricular (DRC) (Mato Grosso, 2018), formulado pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (Seduc/MT, 2018), que direciona a política educacional a luz dos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) (Brasil, 2018) sobre o Ensino de História, faz uma consideração pertinente para a reflexão contida em nosso trabalho, sobre o uso da memória para o entendimento da História Local, a partir do cotidiano dos alunos.

Assim, estudar o local e o regional passa a ser considerado fundamental na compreensão do processo histórico, pois possibilita ao estudante entender a história a partir do seu cotidiano, das suas relações sociais, dos seus hábitos, costumes e das memórias construídas culturalmente e na diversidade social e cultural presente na sociedade (Mato Grosso, 2018, p. 247).

Para a compreensão dos processos históricos sobre o cotidiano dos alunos e as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, recorreremos aos conceitos de memória, e identidade.

As memórias dos diferentes sujeitos ganharam forma escrita a partir da rememoração daquilo que cada sujeito elencou como importante de ser narrado. São acontecimentos que marcaram as trajetórias de vida individual e coletiva sobre o período de 1977 até 1999. Uns se recordam das dificuldades, outros dos lugares que são cheios de boas lembranças como

é o caso da escola, outros dos sonhos que trouxeram, outros das mulheres que choravam e queriam voltar para o Paraná, mas todas as narrativas foram significativas para aqueles que viveram em Santa Rita do Trivelato no período estudado.

Assim como a História não é “um dado ou acidente que tudo explica”, e a memória também não é desprovida de intencionalidades e os interlocutores sabem disso, pois muitos detalhes que poderiam enriquecer o trabalho sobre a colonização não foram ditos ou contados, não porque não se lembraram deles, mas pelo fato de não quererem mexer em feridas ou problemas que ainda são sinais de fracasso ou desentendimento entre algumas pessoas (Brasil, 2018, p. 397).

A partir das leituras do Livro Ata dos relatos orais e de outros documentos escritos, isso vai ficando muito claro, pois todos os entrevistados se intitulam como “guardiões” da história da colonização, mesmo aqueles que não se consideram tão importantes nessa história.

Assim, sobre o ato de narrar às experiências registradas na memória Cardozo (2013) observou que,

A memória organiza o esquecimento, olha para um evento e ignora outro, narra sobre um acontecimento e esquece outro. [...] A relação entre o que lembramos e o que esquecemos revela significações sobre o que foi dito e o que foi calado nas histórias individuais e coletivas dos sujeitos (Cardozo, 2013, p. 36).

Lembrar e esquecer faz parte do mesmo processo do ato de narrar e devem ser entendidos e respeitados pelos

historiadores, pois o esquecimento também é portador de significados, o não dito revela as marcas ou disputas das memórias que compõem a história da colonização do município.

Nesse sentido algumas questões não foram respondidas e pelo silêncio em relação às perguntas feitas pela pesquisadora, podemos perceber que muitas lembranças são de fato dolorosas e conflituosas para essas pessoas.

O senhor S.T.B. ao contar sobre o acidente que levou o seu pai à óbito e as dificuldades enfrentadas por ele e sua família se emocionou muito, pois os sentimentos eram de dor pela perda sofrida, ao mesmo tempo de alegria por ter conseguido superar as dificuldades daquele período e manter a posse a propriedade adquirida pelo pai.

A história oficial da fundação de Santa Rita do Trivelato, assim como de todas as outras cidades de colonização recente do estado de Mato Grosso, é a história da memória dominante, da memória hegemônica. A memória hegemônica é importante para manter as estruturas de poder estabelecidas, assim como para manter os grupos dominantes e a estrutura criada a partir desta perspectiva.

A memória hegemônica dos empreendedores passa a ser questionada por aqueles que afirmam ter passado muitas necessidades na vila e pelo motivo de terem chegado e comprado as áreas que já estavam abertas, bem como por terem capital tudo ficou mais fácil. Como os fazendeiros vão falar de dificuldades se pegaram a “coisa pronta”?

Nesse cenário, o saber histórico ensinado nas escolas de Santa Rita do Trivelato busca salientar, disseminar e manter estes discursos. Dessa forma, nota-se que há um campo de disputas entre as memórias oficiais construídas e ensinadas na escola e as outras memórias silenciadas, dificultando e impedindo a construção de outras histórias, com a inserção dos sujeitos comuns, sem poder político e/ou econômico.

Os documentos oficiais e suas narrativas hegemônicas<sup>61</sup>, juntamente com a história ensinada nas escolas constituem-se em importantes mecanismos de controle da produção das memórias oficiais, divulgando e impondo suas trajetórias como exemplos de protagonistas responsáveis pela fundação e crescimento da cidade.

O senhor H.O. diz que Adir Pelisão, Roberto José Morandini, Guerino Ferrarin, Egon Hoepers e os irmãos Pivetta que atualmente controlam a produção de soja no município, não podem ser considerados “pioneiros”, esses possuíam riquezas.

O Ensino de História Local embasado no estudo das memórias está em permanente processo de transformação e disputas, possibilitando novas interpretações e revisões do material já produzido. Faz-se necessário observar que memória e história caminham juntas uma complementando a outra,

---

61 As narrativas hegemônicas são aqui entendidas como as narrativas dos que chegaram a partir de 1985 no Distrito de Trivelato, e que requerem para si o lugar de pioneiro, pois se não fossem a iniciativa empreendedora deles, Trivelato ainda seria um distrito pouco desenvolvido.

porém são distintas, “a memória é a matéria prima da História”, tencionando os historiadores a buscar novos elementos para compor os lugares de memórias (Montenegro, 2011).

Ao escrever sobre a problemática os lugares de memória, Nora (1993) destacou que história e memória embora caminhem juntas não significam a mesma coisa. A memória, assim como define Le Goff e Bosi, configura uma fonte importante para a história, a memória é vida e está em permanente evolução, se alimentando de lembranças vagas sendo materializada nos arquivos públicos ou pessoais, nos eventos como casamentos, aniversários, etc.

Com a aceleração da história os lugares de memória têm como objetivo principal registrar os acontecimentos para não correr o risco de serem esquecidos (Nora, 1993). Os lugares de memória são os registros dos acontecimentos do presente que permitem aos historiadores e pesquisadores a realização de estudos e pesquisas sobre determinado assunto, podendo ser produção escrita por meio dos arquivos públicos, entrevistas orais e escritas, jornais, cartas, músicas, filmes, álbuns fotográficos, certidões de nascimento, morte, inventários, monumentos, praças, centros históricos e culturais, etc.

Nora (1993) argumenta que as mudanças em níveis acelerados e globais têm levado os historiadores a criarem os lugares de memórias, que podem ser museus, registros de eventos como nascimento, casamento e morte, praças, etc. Assim, os relatos dos migrantes que se transformaram em

fontes históricas também são importantes para compor os lugares de memória do município de Santa Rita do Trivelato.

Sobre a aceleração dos acontecimentos e criação dos lugares de memória, indagamos qual seria a intenção do senhor Segundo Martinello, um dos líderes local apontado pelos demais entrevistados, a criar uma forma de registro escrito, o Livro Ata. O que se observa, é que este livro nos ajuda a compreender como os moradores da vila se organizavam, quais eram os problemas que enfrentavam, se eram de ordem econômica, social, cultural, étnica ou religiosa.

Na abertura do livro, consta a seguinte redação, “Este livro pertence à Família Martinelli para documentação da Comunidade de Trivelato”<sup>62</sup>. Os relatos orais foram complementados com os acontecimentos registrados no livro ata. Daí a importância dos arquivos para a preservação das fontes históricas.

Entendemos que “memórias escritas no plural” são dinâmicas estabelecidas a partir das vivências dos “diferentes grupos sociais, sendo eles a igreja, a família, a escola, as classes sociais a que pertencem” (Bosi, 1994, p. 420)

A memória do mesmo modo que a História não fala por si, elas se estabelecem num território conflituoso, sendo pertinente problematizá-la extraindo dela os fatos e acontecimentos vividos não como algo fictício, mas passível

---

62 Texto da abertura do livro ata do senhor Segundo Martinelli.

de ser interpretado, reconstruído, rememorado, deixando de serem lembranças e se transformando em documento.

Ao falarmos dos territórios conflituosos da memória, explicitaremos sobre a escolha do nome do município, quando o senhor H.O., nos conta que esse acontecimento deu uma confusão muito grande.

O acontecimento diz respeito ao processo de emancipação de Santa Rita do Trivelato, que conforme nos relataram os entrevistados, como o Distrito de Santa Rita era um pequeno povoado com poucas casas, não teriam condições de se tornarem município, mas por uma manobra política, ou “xuxo<sup>63</sup>”, conseguiram em pouco tempo reunir os requisitos para elevação do distrito a município,

*O Nico Baracat que morreu esses dias foi bom para nós, ele que nos emancipou inclusive nós fizemos até um xuxo, a ‘turma’ veio aí, e nós tínhamos a associação de moradores, tínhamos um dinheiro, e aí tinha muita gente, então a associação doou terrenos, fizemos um loteamento para cima da igreja católica, foram doados uns 50 lotes, porque senão não tinha casa para se emancipar. A associação doou lote e doou cimento, já a areia eles pegavam na estrada, então fizeram o alicerce, a turma veio de novo e perceberam que a cidade ia crescer já uns tem 30 alicerces (gargalhadas). A gente conseguiu e sabe que foi feito xuxo, e os políticos lá em cima também devem saber né, e nós conseguimos ser emancipados no dia 31 de dezembro do ano de 1999, foi no último dia do ano (H.O.).*

---

63 Xuxo: enganação; trapaça; facilitar que algo ocorra; roubo. Disponível em: [www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br). Acesso em: 29 jun. 2019.

Além da confusão referente ao prazo para emancipação e a doação dos lotes, outra questão marcou esse processo, pois um dos membros da Comissão Pró Emancipação era contrário ao nome Santa Rita, por professar sua fé na igreja evangélica e os católicos não aceitavam mudar o nome, uma vez que segundo eles se não fosse a proteção da Santa Rita de Cássia, padroeira da vila, eles não teriam conseguido resistir as dificuldades,

*Era 31 de dezembro do ano de 1999, que nós fomos emancipados lá na Assembleia em Cuiabá, era meia noite, e o governador reuniu os deputados. Aqui o povo era tudo querido, e nós gostávamos deles e eles de nós. [...] Então tinha um ou outro problema que a turma não queria Santa Rita, não queria, deu quase morte, tivemos que fazer um plebiscito. Eu, o padre e mais uns aí que queríamos que fosse padroeira Santa Rita, mas tinha gente que não queria e não gostava da Santa Rita (referência ao 1º prefeito de município de Santa Rita do Trivelato que era evangélico), teve gente que até chutou a Santa Rita (imagem), no dia emancipação em Cuiabá, os que eram contra, diziam que é porque Santa Rita era o nome de muitas fazendas, que Santa Rita vai dar problema. Então o governador falou assim – vou fazer uma proposta para vocês, o lugar de vocês lá é Trivelato? É - e a padroeira é Santa Rita? Uns responderam é, mais tem muitas fazendas Santa Rita e vai dar problema, o governador falou espera aí, então fácil de resolver esse problema, posso falar – os interlocutores do governador responderam – fala, e o governador perguntou: - Santa Rita do Trivelato ta bom para vocês? (bateu palma e riu, como se estivesse revivendo a mesma emoção) (H.O.).*

O episódio acima nos revela que além do auxílio financeiro do governo federal, os “pioneiros” atribuem ajuda de Santa Rita de Cássia, também conhecida por ser a santa das causas impossíveis. Esse relato traz elementos que nos permitem entender uma mensagem que não foi dita, mas que ficou subentendida em relação ao empreendimento da colonização, no tocante ao abandono da Colonizadora Trivelatto aos compradores.

De modo muito simples, atribuem a proteção da santa à causa deles, que era uma causa impossível de vencer, a terra era ruim, alguns não tinham escritura e os empréstimos e financiamentos não eram para todos.

Assim, memórias coletivas construídas a partir dos relatos dos migrantes constituem o elo de pertencimento, contestação e agrupamento social, e por meio das lembranças do passado instituem-se os lugares de memória aqui denominados como História Local, possibilitando a reconstrução das identidades locais.

Ainda sobre a elaboração das identidades locais, observa-se uma disputa entre a memória oficial cristalizada e divulgada na comunidade e as outras memórias. Essa disputa apareceu em 03 das 06 entrevistas realizadas, quando os colaboradores, ao contarem sobre o livro escrito pelo Padre Renato Schaeffer “Nova Mutum – História e Fundação”, questionavam sobre os “pioneiros” apresentados na obra por não estarem representados no referido livro.

As narrativas ao se tornarem documento por meio das entrevistas, contestam os documentos oficiais produzidos pelos órgãos oficiais reivindicando o direito de serem representados também nessa história.

São vários os desafios que se apresentam ao trabalhar com história do presente ou história contemporânea tendo como recorte temporal o período de 1977 até os dias atuais, uma vez que esta lida com fontes orais e com testemunhos vivos. Os autores Ferreira e Delgado (2013), ao escreverem sobre os desafios do trabalho do historiador do tempo presente observam que os testemunhos vivos podem vigiar e contestar o pesquisador, uma vez que estiveram presentes no momento em que os fatos aconteceram, questionando as narrativas produzidas pelos historiadores.

Sendo assim, a história do tempo presente possibilita ao historiador reescrever narrativas sobre determinados acontecimentos, não em tons de “verdade históricas”, mas como produto de conhecimento provisório que pode ser questionado, reinterpretado dando novos sentidos e significados aos fatos históricos.

Bloch (2001) em seu livro *Apologia da História* escreveu que o “presente na linguagem corrente quer dizer passado recente” esse presente mal nasce e já naufraga no reino da memória, em que por meio de transfiguração eterna, uma pretensa ciência se transformaria em uma ciência do passado.

O presente rapidamente se transforma em passado e essa aceleração do tempo faz com que os acontecimentos também sejam acelerados, reinterpretados e esquecidos, transformando o conhecimento em algo provisório.

Para além do uso metodológico da História Local podemos pensar a criação das identidades locais. O debate acerca das identidades locais possibilita a elaboração de outro enredo, de outras histórias, fazendo emergir novas e diferentes memórias que entram em choque com a memória oficial, colocando outros sujeitos e grupos também na condição de protagonistas da história de Santa Rita do Trivelato.

Por outro lado, as experiências vivenciadas a partir da releitura sobre as identidades locais como fonte de conhecimento, proporcionam às aulas espaços democráticos e, sobretudo, de reconhecimento e tolerância com outro. É um espaço de diálogo entre os jovens e seu passado, incentivando os educandos à construção do conhecimento a partir de suas experiências cotidianas no convívio com familiares, amigos e conhecidos, problematizando conceitos que no livro didático parecem distantes e de difícil compreensão.

A História Local associada ao cotidiano dos alunos possibilita articular a história individual a uma história coletiva a partir da vivência contextualizada entre o presente e o passado, compreendendo as mudanças realizadas pelos homens comuns, desmistificando as narrativas sobre a ótica dos grandes feitos e dos heróis que por muito tempo ocuparam lugar privilegiado

nas narrativas históricas ensinadas nas escolas e repetidas pela sociedade, reforçando os estereótipos e intolerância com aqueles que não eram dignos de serem ouvidos.

Ao perceberem-se como sujeitos históricos os alunos compreendem os conceitos de tempo, espaço e as interações entre eles com o homem. Nessa interação podem atribuir significado à História Local/Regional, Nacional e Internacional.

Ao conhecer os motivos internos e externos que levaram diferentes sujeitos a se deslocarem para a Lagoa das Conchas, atual Santa Rita do Trivelato, compreenderão que a História é perpassada pelo tempo, espaço e homem, sendo construída pelo diálogo que este estabelece com o passado. Esse diálogo é marcado por conflitos teóricos, fontes e metodologias.

Cabe ressaltar que todo trabalho científico é marcado por esses confrontos e embates epistemológicos, pois eles fazem parte da escolha do pesquisador.

No estudo sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato a partir da história do tempo presente, buscamos trabalhar com a História Local que está relacionada com história do cotidiano das pessoas comuns, sendo ela registrada em um tempo e “espaço”, neste caso entendido não apenas como espaço geográfico, mas, sobretudo como espaço social, político, econômico e cultural permeado por conflitos, embates ideológicos e políticos, na consolidação de uma identidade dos moradores de Santa Rita do Trivelato (Barros, 2005).

As entrevistas são tomadas como ponto inicial para a nossa escrita, mas elas também são fontes de questionamento e as narrativas representam a identidade e o interesse dos outros sujeitos, que não somente contestam a sua representação, mas o seu direito de como ser representados.

Portanto, ao estudar sobre a colonização de Santa Rita do Trivelato as narrativas revelam as memórias em disputas, questionando a identidade local pré-estabelecida, buscando a construção de outra identidade por diferentes sujeitos presentes no cotidiano da cidade, nas relações de trabalho, nas festas culturais.

Embora alguns se sintam ressentidos por não figurarem nos documentos oficiais, demonstraram sentimento de pertencimento, pois sentem-se sujeitos importantes nessa história. Questionam a identidade imposta ao mesmo tempo em que buscam criar outra identidade para os diferentes sujeitos que ocupam um lugar singular na história da colonização de Santa Rita do Trivelato.

Ao abordar a relevância do local e do cotidiano no Ensino de História, observa-se que para além dos conteúdos curriculares, esse ensino é voltado para a formação do aluno cidadão, conforme está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e a cidadania não deve ser estanque, mas efetivada nas vivências diárias dos alunos.

Assim, ao propor um Ensino de História voltado para formação dos alunos como sujeitos de direitos e deveres,

não se pode deixar de abordar a memória e identidade dos diferentes sujeitos na construção do conhecimento histórico, contextualizado ao grupo de convívio social e familiar.

Dessa forma, o Ensino de História Local permite ao aluno se reconhecer como sujeito que não é mero expectador dos acontecimentos, mas produtores do conhecimento reflexivo e crítico, por meio da indagação, formulação de hipótese e problematização das várias histórias contadas pelos diferentes sujeitos.

Nesse sentido, concordamos com Schmidt e Canielli (2009, p. 153) ao escrever que “é preciso que o ensino de história consiga estabelecer um elo entre o que se ensina na escola e os saberes que circundam no meio onde vive esse aluno no presente vivido”.

Cabe a nós professores de história assumirmos uma postura de valorização dos diferentes saberes que os alunos trazem para as salas de aulas, usando-os para a construção de um conhecimento que os liberte da alienação social, histórica e cultural.

O Ensino de História Local não é o ponto final para compreensão dos diferentes contextos históricos, e sim o ponto inicial, é uma entre as várias possibilidades de reconhecimento das diferenças sociais, culturais, econômicas e que o presente vivido e ressignificado por cada sujeito pode nos tirar do comodismo e nos colocar na condição de “ser humano” capaz de transformar a humanidade por meio de atitudes de respeito, solidariedade e empatia.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta escrita, exponho um trecho da entrevista do senhor H.O. em que ele apresenta sua reflexão sobre a importância da História e do trabalho do historiador no registro para a posterioridade de alguns acontecimentos sobre a história de Santa Rita do Trivelato.

*[...] a história que não é registrada nos livros, nos documentos, é igual a uma pedra jogada num rio profundo, e de águas escuras, as pessoas podem até saber que ela foi jogada e lá permanece, mas não podem retirá-la, e jamais vão saber como ela é. Assim é a história do nosso município. Se não for escrita, ou gravada, quando os pioneiros morrerem, todos saberão que ela existe, mas ninguém poderá escrevê-la, pois aqueles que chegaram depois, não contaram da mesma forma que nós, e a história vai acabar (H.O.).*

O Ensino de História em sua dimensão pedagógica passa por vários questionamentos, inquietações e inovações.

O Ensino de História passa a ser um exercício de reflexão sobre diversos aspectos da nossa sociedade, sendo eles econômicos, políticos, culturais, sociais, religiosos, etc.

A concepção de sujeito como agente de transformação está imbricado nesse momento de rupturas com as velhas formas educacionais. Nesse momento não nos interessa mais saber sobre os grandes homens, mas sobre o fazer

das pessoas comuns e sobre as outras memórias. Não nos interessa o vencedor sob a ótica do grande empresário, mas sim daqueles que, embora não obtiveram o lucro almejado, continuam dono das áreas adquiridas na década de 1970.

Sobre o fazer das pessoas comuns se insere a colonização de Santa Rita do Trivelato a partir das políticas governamentais promovidas na década de 1970 pelo governo federal e estadual.

Observou-se que para além da elaboração da “fronteira agrícola” como um lugar propício ao desenvolvimento econômico do país, dos “trabalhadores” e empresários, ela foi um instrumento de controle social para diminuir e/ou conter os conflitos sociais que ganhavam força no cenário nacional, em especial aqueles relacionados à questão agrária.

Assim, ao analisarmos as narrativas dos entrevistados interpretamos que eles compreendem o movimento de exploração e o privilégio de um grupo, pois no Paraná venderam suas áreas produtivas para os grandes latifundiários e no estado de Mato Grosso “iludidos” pelo preço das terras e tamanho das áreas adquiridas fizeram um negócio não muito vantajoso considerando os gastos que tiveram para fazer a terra produzir.

Dessa forma, denuncia-se a situação que muitos migrantes passaram por não terem tido, por algum motivo, auxílio financeiro do “estado” e não conseguindo, portanto, manter-se nas áreas adquiridas.

Ou seja, para eles a “fronteira agrícola” pode ser também considerada um lugar de exclusão social, pois para aqueles que não tinham algum recurso financeiro o sonho da “terra fértil” barata ficou cada vez mais distante; restando apenas o trabalho de abrir e cultivar a terra, não como proprietários, mas como mão de obra para aqueles que tinham capital para fazer a terra produzir. Esse aspecto nos leva a compreender que o governo federal ao fomentar a ideia de que as terras da Amazônia Legal poderiam ser adquiridas por “todos”, serviu apenas de um discurso vazio, pois verificou-se que essas terras foram destinadas a poucos, conforme discussão no primeiro capítulo.

As narrativas de memórias dos migrantes de Santa Rita do Trivelato revelaram o significado da colonização para os “pioneiros”, uma vez que eles vivenciaram os extremos de um mesmo processo – do mito da terra prometida aos problemas financeiros para fazê-la produzir, construindo suas narrativas a partir das dificuldades encontradas para se fixarem nas terras adquiridas até a “vitória” de conseguirem se manter como proprietários das terras compradas há mais de 40 anos.

Esses relatos são carregados de afetuosidade, saudosismo e alguns ressentimentos, mas, sobretudo, de “orgulho” de si mesmos por conseguirem vencer os desafios encontrados.

Por outro lado, essas narrativas nos ajudam a compreender, a partir das leituras realizadas sobre a colonização

do norte do Mato Grosso, que a colonização direcionada pelo governo federal e particular foi um mecanismo de controle da crise política que o país passava.

Em nome de uma suposta “ameaça” criaram-se os mecanismos de controle e acesso as terras, sendo elas devolutas ou não. O “estado” atuava como um intermediário, decidindo inclusive sobre quem tinha direito a posse da terra.

O fragmento da entrevista do senhor H.O. nos traz elementos para refletirmos sobre o Ensino de História Local como possibilidade de leituras diferenciadas sobre o cenário político que o país passava.

A colonização e a migração para além da ocupação dos “espaços vazios” nos permitem compreender como os acontecimentos internos e externos influenciaram a ocupação do norte do estado de Mato Grosso, na década de 1970, dando origem aos novos municípios.

Dessa maneira, observamos também como esses acontecimentos se entrelaçam ou se cruzam numa mesma direção, ou seja, naquele momento o Brasil buscava reconhecimento internacional quanto o seu crescimento econômico. Era um país com uma economia emergente identificado como agroexportador.

Na busca de se firmar como uma economia internacional a colonização da Amazônia Legal ganha um forte apelo governamental, sendo promovida a “paraíso agrícola”, e, os

sonhos então passam a ser direcionados para a ocupação deste lugar ideal e na aquisição de riqueza com a grande produção.

Surge então a segunda fase da colonização em Santa Rita do Trivelato. Os que “chegaram primeiro” nestas terras dizem que aqueles que iniciaram a segunda fase da colonização tinham capital e recursos para fazer a terra produzir.

Além da riqueza adquirida com a produção agrícola, ganharam o “direito” de terem seus nomes gravados nos documentos oficiais, nas ruas, praças, ginásios, causando assim um movimento de contestação entre estes e os “outros” que não se viam representados por estas narrativas.

O ato de narrar é próprio do ser humano e, neste sentido, destacamos a relevância dos relatos de memória, considerando que é a partir dela que construímos a nossa identidade.

Para além da cidadania e identidade, voltamos à entrevista do senhor H.O. A história, além de informar e formar os cidadãos, também se constitui ela própria um lugar de memória, pois o ato de registrar seja por meio dos documentos escritos, dos depoimentos orais, museus, fotografias e outros objetos, é relevante para não deixar se perder os vestígios humanos.

Assim, ao refletir sobre o que nos disse o senhor H.O., pensemos a importância da história e do Ensino de História, não para criar uma única versão sobre a história de Santa Rita do Trivelato, mas em um enredo que permita aos leitores outras possibilidades e interpretações.

# REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária. *In*: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 28-41.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? *In*: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012. p. 21-39.
- BARROS, José D' Assunção Barros. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- BERUTTI, Flávio; MARQUES, Ademar. **Ensinar e aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3. ed. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul – Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 47-64. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/revista-sul-americana-de-ciencia-politica/articulo/os-fundamentos-da-doutrina-de-seguranca-nacional-e-seu-legado-na-constituicao-do-estado-brasileiro-contemporaneo>. Acesso em: 30 maio 2019.

CALONGA, Maurilio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 126- 132, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26438>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CARDOZO, Lisliane dos Santos. **O plural e o singular: o ensino de História entre a formação de professores e o sujeito que narra**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7066/CARDOZO%2c%20LISLIANE%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2019.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Educação e dominação social: o ensino de História no regime militar brasileiro. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, ano VI, n. 03, jul./ago./set. 2009.

Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/201>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: a cidade (re)inventada - Mato Grosso – pós 1970**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Memórias da migração, memórias da profissão: narrativas de professoras sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980 (Tangará da Serra)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102317>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ERRANTE, Antoniette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar. **Histórias e Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30143>. Acesso em: 12 maio 2019.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do golpe à ditadura: a doutrina de segurança nacional e a construção do regime militar. **OPSIS**, Catalão, v. 14, n. 1, p. 60-78 – jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/28656/17885>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria e Estado da Educação, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90/70>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-205.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória, fontes orais e relato histórico. História e Perspectivas, **CLIO**: Revista de Pesquisa Histórica, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 99-105, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24835/20108>. Acesso em: 12 mar. 2019.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Ocupação, cidades e violências na Amazônia. **Revista História Unisinos**, v. 1, n. 21, p. 38-50. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10510>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Mundo do trabalho – Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural. *In*: HARRIS, Marluza Marques; NETO, Vitale Joanoni (org.). **História, terra e trabalho em Mato Grosso**: ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos, Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 66-89.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde:** política de colonização no Brasil contemporâneo. Recife: Editora UFPE, 2021. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/744/753/2423>. Acesso em: 13 jul. 2019.

GUIMARÃES, Selva. O estudo da historiografia local e construção de identidades. *In*: FONSECA, Selva Guimarães. (org.). **Didática e prática de ensino de História**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 235-255.

HABERT, Nadine. **A década de 70:** apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

HARRES, Marluza Marques; JOANONI, Neto Vitale (org.). **História, terra e trabalho em Mato Grosso:** ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEINST, Andrea. **Pioneiros do século XX:** memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D' Oeste. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença:** ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2007.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo-SP: Boitempo, 2017.

MARTINS, José de Souza. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25–70, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em: 7 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 4.265 de 12 de dezembro de 1980**. Cria o Distrito de Santa Rita no Município de Nobres. 1980. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-4265-1980.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: área de Ciências Humanas: Educação Básica**. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de Mato. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: ensino fundamental anos finais**. 2018. Disponível em: <https://sites.google.com/view/bnccmt/educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-e-ensino-fundamental/documento-de-refer%C3%Aancia-curricular-para-mato-grosso>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833/20128>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de Burla: 1892 – 1992. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

NETO, Vitale Joanoni. **Fronteiras da crença**: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 8-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 7 ago. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas para a Amazônia. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Migração e escolarização**: história de instituições escolares de Tangará da Serra Mato Grosso – Brasil (1964-1976). 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13610>. Acesse em: 05 out. 2018.

OLIVEIRA, Regina Soares de. **História**. São Paulo: Blucher, 2012. (Coleção a reflexão e a prática no ensino).

PENA, Rodolfo F. Alves. Fronteira agrícola no Brasil. **Brasil escola**. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/brasil/fronteira-agricola-brasil.htm>. Acesso em: 01 abr. 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5740/574069166007.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e consequente. *In*: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17-48.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 01 set. 2018.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. A história local e regional na sala de aula: mudanças e permanências. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 1 - 16. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300680292\\_ARQUIVO\\_artigolocaleregional2.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300680292_ARQUIVO_artigolocaleregional2.pdf). Acesso em: 01 set. 2018.

ROCHA, Gisélia Silva. O seringal e os seringueiros. *In*: BARROZO, João Carlos (org.). **Diamantino**: do extrativismo à agricultura moderna. Cuiabá: EdUFMT, 2002. p. 67-103.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARIUSSI, Aldori José; SILVA NETO, Manoel Benedito da. **Hino de Santa Rita do Trivelato**. Santa Rita do Trivelato, 1999. Disponível em: <https://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/#/conteudo/5>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SANTOS, Flávio Batista dos. **O Ensino de História Local na formação da consciência histórica**: um estudo com alunos do Ensino Fundamental na cidade de Ibaiti – PR. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Londrina, 2014. Disponível em: [https://www.uel.br/pos/ppedu/images/stories/downloads/dissertacoes/2014/2014\\_-\\_SANTOS\\_Flavio\\_Batista.pdf](https://www.uel.br/pos/ppedu/images/stories/downloads/dissertacoes/2014/2014_-_SANTOS_Flavio_Batista.pdf). Acesso em: 01 jun. 2019.

SCHAEFER, José Renato. **Nova Mutum**: história e fundação. Nova Mutum: Mutum Editora Gráfica Ltda, 2003.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a política e a política de representação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair. História (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341 – 364, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dfngGLvSg59gjdkV6RdTVw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2019.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 189-241.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Teorias da História I**. Maringá: Eduem, 2011.

# SOBRE A AUTORA

## **Simone Carneiro da Silva**

Professora de História na Escola Municipal “Três de Novembro”, no município de Santa Rita do Trivelato-MT, fez sua graduação em Licenciatura em História na Universidade do Estado de Mato Grosso/ UNEMAT, é egressa do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Filha de pais com pouca instrução, mas que reconheceu no estudo um caminho para diminuir as desigualdades de oportunidade, de trabalho e financeira, incentivando-a estudar sempre. Sua trajetória estudantil iniciou aos 07 anos na Escola Municipal “Florada da Serra”, no município de São José dos Quatro Marcos – MT. A identificação com a História da colonização de Santa Rita do Trivelato se deu, sobretudo, tendo em vista a história dos migrantes, que assim como ela, vieram em busca de melhores condições de vida e oportunidades.

**E-mail:** *simonecarneiri@hotmail.com*

**Lattes:** *<http://lattes.cnpq.br/8598032202490033>*

A presente obra é fruto do estudo sobre a história da colonização de Santa Rita do Trivelato – MT (1977 – 1999). A pesquisa se delineou no viés historiográfico da História Cultural, com foco na História Local do tempo presente. O período histórico teve como marco inicial o ano de 1977, com a chegada das primeiras famílias em Lagoa das Conchas, mais tarde denominada Vila Trivelato, encerrando no ano de 1999, com a emancipação de Santa Rita do Trivelato. A pesquisa foi desenvolvida com fontes bibliográfica, documental e oral. As fontes foram os documentos oficiais do município, jornais, dissertações, teses e entrevistas, que possibilitaram compreender e complementar as informações encontradas nas outras fontes, de modo que as fontes estabeleceram conexões que nos auxiliaram a escrever o texto. Nesse sentido, observamos que a história aqui apresentada não tem a pretensão de contar uma história única do município, mas, a partir dela, abrir caminhos para outras pesquisas e textos, uma vez que não lidamos com a verdade, e sim com subjetividades que nos permitem escrever histórias outras.